

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

EDILAMAR VIANA DA SILVA

PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

Trajetória histórica e perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes / RJ.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2011

EDILAMAR VIANA DA SILVA

PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

Trajetória histórica e perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes / RJ.

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO CARLOS GANTOS

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2011

EDILAMAR VIANA DA SILVA

PROFISSÃO: SERVIÇO SOCIAL

Trajetória histórica e perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes / RJ.

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 26 de setembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Denise Chrysóstomo de Moura Juncá
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Luis Vianna da Cruz
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Silvia Alicia Martínez
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Orientador

*A todos os Assistentes Sociais que lutam
cotidianamente por uma sociedade mais
justa e igualitária.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir alcançar mais esta conquista em minha vida.

Aos meus pais, Maria Neidimar e Salvador Edson, a quem devo tudo que tenho e sou. Obrigada pelo incentivo, força, ajuda e compreensão.

Ao meu esposo, Erlon, companheiro de todas as horas com quem dividi de forma mais intensa todo este processo, pela paciência, compreensão, ajuda e incentivo nos momentos de dificuldades.

À minha irmã, Maria Fernanda, presente de Deus em minha vida, pelo carinho e pelos momentos de felicidade.

Aos meus familiares, pelo incentivo e por compreenderem minha ausência em muitos momentos.

Aos amigos e colegas que compartilharam esta etapa de minha vida, pelo carinho, companheirismo e colaboração.

Às professoras Isabel Lopes, Ana Maria Almeida e Rosany Barcelos que contribuíram para meu ingresso no mestrado concedendo-me as Cartas de Referência para o processo de seleção.

À Assistente Social Conceição Muniz, memória viva do Serviço Social em Campos, que gentilmente compartilhou comigo sua história de vida, através da qual foi possível conhecer a gênese da Escola de Serviço Social do município.

Às Professoras Rita Márcia Paixão e Leda Barros que forneceram-me materiais e informações que contribuíram para o desvelamento da trajetória histórica da UFF – Campos.

Aos Assistentes Sociais, sujeitos desta pesquisa, que, com presteza, aceitaram ser entrevistados, partilhando suas trajetórias profissionais e colaborando para o conhecimento acerca do perfil profissional no município.

À Seccional de Campos dos Goytacazes do CRESS 7ª Região, gestões 2008/2011 e 2011/2014, pelas informações fornecidas.

A todo o corpo docente do PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do CCH/UENF, pelos conhecimentos transmitidos; e aos servidores técnico-administrativos por toda colaboração durante o período do mestrado.

Aos professores Denise Juncá, José Luis Vianna e Silvia Martínez por aceitarem compor a banca avaliadora.

Ao professor Marcelo Gantos, pelas orientações e por toda compreensão e colaboração durante o processo, árduo e gratificante, de construção do conhecimento.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

*“A profissão é a espinha dorsal da vida.”
(Friedrich Nietzsche)*

RESUMO

No presente estudo, objetivou-se analisar o processo de profissionalização do Assistente Social no município de Campos dos Goytacazes – RJ, a partir da reconstituição da trajetória histórica da profissão e da identificação do perfil profissional dos Assistentes Sociais que atuam no referido município. Para tanto, utilizou-se a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos. A fundamentação teórica baseou-se no arcabouço teórico da Sociologia das Profissões – disciplina que se ocupa dos estudos sobre as profissões, bem como em estudos específicos do Serviço Social. No trabalho, discute-se a importância do estudo acerca das profissões no cenário atual, evidenciando a necessidade de maior atenção às investigações acerca do perfil profissional, em especial dos Assistentes Sociais. Discute-se o Serviço Social enquanto profissão, apresentando seu processo de profissionalização, com ênfase no seu surgimento, regulamentação, institucionalização, organização e formação profissional no Brasil. A pesquisa evidenciou que, embora o Serviço Social vivencie o grande dilema das profissões liberais: a autonomia, os Assistentes Sociais vêm conseguindo manter um elevado nível de autonomia em relação ao seu processo de trabalho, mesmo estando vinculados a instituições. Demonstrou, ainda, que no município de Campos dos Goytacazes, *lócus* da pesquisa, o processo de profissionalização do Serviço Social teve seu início na década de 1960 com a criação da Escola de Serviço Social em Campos, consolidando-se na década de 1970 com a criação da Seccional de Campos do CRESS/RJ – 7ª Região, tendo tais instituições contribuído para o crescimento e consolidação da profissão no município. Além disso, a investigação confirmou inúmeras semelhanças entre o perfil local e nacional da categoria.

Palavras-chave: Políticas Sociais, Serviço Social, Profissão, Sociologia das Profissões, Profissionalização, Perfil Profissional.

ABSTRACT

In this study it was aimed to analyze the professionalization process of the Social Service in Campos dos Goytacazes - RJ, from the reconstruction of the historical trajectory of the profession and identification of the professional profile of Social Assistance in that municipality. To this end, it was used a combination of qualitative and quantitative methods. The theoretical structure was based on the theoretical framework of the Professions Sociology - the discipline dealing with studies on the professions, as well as specific studies of Social Service. This work discusses the importance of the professions study in the current scenario, emphasizing the necessity for greater attention to research on the professional profile, mainly Social Assistances. It discusses Social Service as a profession, presenting its professionalization process, with emphasis on their appearance, regulation, institutionalization, organization and training in Brazil. The research showed that although the Social Service experiences the great dilemma of the liberal professions - the autonomy -, Social Assistances maintain a high level of autonomy over their work process, even when linked to institutions. It had demonstrated further that in Campos dos Goytacazes, place of this research, the professionalization process of Social Service began in the 1960's with the creation of the Social Service School in Campos, consolidating itself in the 1970's with the Campos Sectional creation of the CRESS/RJ - 7th Region, and these institutions contributed to the growth and consolidation of the profession in the city. In addition, the research has confirmed many similarities between the local and national profile of the category.

Keywords: Social Policies, Social Service, Profession, Professions Sociology, Professionalization, Professional Profile.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Brasil dividido em Regiões/CRESS.....	53
Figura 2: Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Destaque: Município de Campos dos Goytacazes.	83
Figura 3: Fachada do prédio da UFF Campos (Sede própria adquirida em 1975)....	89
Figura 4: Prédio da UFF Campos adquirido na década de 1990.	91
Figura 5: Solenidade de Abertura do 2º Semestre Letivo de 2009.....	96
Figura 6: Solenidade de assinatura do contrato de doação do terreno.	97
Figura 7: Prédio de salas de aula do PUCG/UFF após reformas e ampliação.....	98
Figura 8: Assistentes Sociais campistas presentes na palestra sobre Comunicação Social, com o Prof. Raul Domingos Farina.....	102
Figura 9: Compra da sala da Delegacia de Campos.....	111
Figura 10: Mini-auditório da Seccional de Campos.	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de Assistentes Sociais inscritos ativos nos CRESS	54
Quadro 2: Estrutura organizativa dos Conselhos de Serviço Social no Brasil.....	58
Quadro 3: Municípios da área de circunscrição da Seccional de Campos.....	101
Quadro 4: Atribuições dos Assistentes Sociais por área de atuação	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo.....	127
Gráfico 2: Idade.....	128
Gráfico 3: Religião.....	128
Gráfico 5: Pertença Étnico-Racial	129
Gráfico 4: Assiduidade Religiosa (Praticante)	129
Gráfico 6: Orientação Sexual	130
Gráfico 7: Estado Civil.....	130
Gráfico 8: Quantidade de Filhos.....	131
Gráfico 9: Renda Familiar.....	131
Gráfico 10: Número de membros na família por faixa de renda familiar	132
Gráfico 11: Motivo para a Escolha do Curso de Serviço Social	133
Gráfico 12: Universidade onde se graduaram	135
Gráfico 13: Dedicção à graduação	135
Gráfico 14: Disciplinas contemplaram os conteúdos necessários à prática profissional	136
Gráfico 15: Participação em Grupo de Pesquisa, Extensão e Monitoria	138
Gráfico 16: Participação em Movimento Estudantil	139
Gráfico 17: Registro no CRESS (Tempo entre conclusão do Curso e registro no CRESS).....	139
Gráfico 18: Formação.....	140
Gráfico 19: Inserção no mercado de trabalho após a conclusão da graduação.....	141
Gráfico 20: Inserção no Mercado de Trabalho	143
Gráfico 21: Quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social	144
Gráfico 22: Tipo do principal vínculo empregatício.....	145
Gráfico 23: Natureza da instituição do principal vínculo empregatício	145
Gráfico 24: Área da instituição do principal vínculo empregatício	146
Gráfico 25: Renda total na área de Serviço Social.....	147
Gráfico 26: Carga horária semanal de trabalho no principal vínculo	148
Gráfico 27: Nomenclatura do cargo que ocupa (Assistente Social)	149
Gráfico 28: Local de trabalho x Local de moradia (mesma cidade).....	150

Gráfico 29: Autonomia no espaço de trabalho	151
Gráfico 30: Trabalho com equipe multiprofissional.....	154
Gráfico 31: Conhecimento da Legislação Profissional	158
Gráfico 32: Condições de Operacionalizar o Projeto Ético-Político do Serviço Social	161
Gráfico 33: Respostas que a profissão vem dando às necessidades sociais	162
Gráfico 34: Participação em atividade política.....	165
Gráfico 35: Participação em eventos da categoria	167
Gráfico 36: Participação em Conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais	167
Gráfico 37: Considera a categoria de Assistentes Sociais Corporativista	169
Gráfico 38: Contato com o CRESS	172
Gráfico 39: Atuação do CRESS e outras corporações (CFESS, ABEPSS)	173
Gráfico 40: Mudanças no Processo de Profissionalização do Assistente Social.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais

ANFAS – Associação Norte Fluminense de Assistentes Sociais

APAS – Associações Pré-sindicais de Assistentes Sociais

AS – Assistente Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COFI – Comissão de Orientação e Fiscalização

CONCUT – Congresso da CUT

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

ESR – Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

MEC – Ministério da Educação

PCC – Plano de Classificação de Cargos

PNF – Política Nacional de Fiscalização

PROAC – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos

PUCG – Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SESU – Secretaria de Desenvolvimento do Sistema de Rede de Ensino Superior

SFC – Departamento de Fundamentos das Ciências da Sociedade

SM – Salário Mínimo

SSC – Departamento de Serviço Social de Campos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA	19
1.1 O QUE SÃO AS PROFISSÕES?	22
1.1.1 Terminologia e conceito	22
1.1.2 O dilema das profissões liberais: Autonomia e Assalariamento	24
1.2 SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES	26
1.3 AS PROFISSÕES NO BRASIL	35
1.3.1 Os estudos sobre profissões no Brasil	35
1.3.2 A regulação das profissões no Brasil: Situando o Serviço Social neste quadro de análise	36
2 SERVIÇO SOCIAL: AS PECULIARIDADES DE UMA PROFISSÃO	40
2.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO	40
2.2 PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	46
2.3 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL	51
2.3.1 Regulamentação da profissão: o Conjunto CFESS/CRESS e os instrumentos normativos	52
2.3.2 Sindicalismo e Serviço Social no Brasil	59
2.3.3 Formação Profissional do Assistente Social no Brasil	66
2.3.3.1 O protagonismo da ABEPSS no processo de reforma curricular	66
2.3.3.2 Das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social	69
2.3.3.3 Desafios à formação profissional na atual conjuntura	72
3 O PROCESSO INVESTIGATIVO	74
3.1 MÉTODOS E ETAPAS DA PESQUISA	74
3.2 COLETA DE DADOS	76
3.2.1 Técnicas de Coleta de Dados	76
3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados	77
3.3 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	77
3.4 SELEÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS	80
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	81

3.6 LIMITES E POSSIBILIDADES DA PESQUISA	81
4 MARCOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.	83
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.	83
4.2 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS – UFF.	86
4.2.1 A Escola de Serviço Social de Campos: Um “sonho” que se tornou realidade.	86
4.2.2 Da incorporação da Escola de Serviço Social de Campos à UFF ao Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes / UFF.....	89
4.3 A SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DO CRESS 7ª REGIÃO (RJ)..	99
5 PERFIL PROFISSIONAL.....	124
5.1 APONTAMENTOS SOBRE O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL	125
5.2 PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.	127
5.2.1 Identificação	127
5.2.2 Escolha do Curso e Formação	133
5.2.3 Inserção no Mercado de Trabalho e Prática Profissional	141
5.2.4 Conhecimento da Legislação Profissional.....	157
5.2.5 Participação Política e Categoria Profissional	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
APÊNDICES	198

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetivou analisar o processo de profissionalização do Assistente Social no município de Campos dos Goytacazes – RJ, a partir da reconstituição da trajetória histórica da profissão e da identificação do perfil profissional dos Assistentes Sociais que atuam no referido município, e com base no arcabouço teórico da sociologia das profissões.

O estudo sociológico das profissões vem sendo considerado um tema legítimo e de grande interesse no âmbito acadêmico, donde decorrem inúmeras pesquisas desenvolvidas em várias partes do mundo, dentre elas o Brasil.

A evolução histórica das problemáticas relacionadas às profissões é tributária dos contributos da sociologia anglo-americana. No entanto, de acordo com Gonçalves (2007), este quadro tem se modificado substancialmente, uma vez que há um crescente interesse por parte dos sociólogos da Europa continental acerca deste tema, o que vem se traduzindo no incremento de investigações e formulações teóricas específicas nas últimas décadas do século XX.

No que se refere à América Latina, González Leandri (1999) afirma que as investigações relacionadas às problemáticas das profissões não tem sido abordadas suficientemente.

Neste sentido, destacamos que a escolha pelo tema do estudo está diretamente relacionada à nossa formação acadêmica – Bacharel em Serviço Social – e prática profissional da qual decorrem indagações sobre a profissão; justificando-se em função da sua originalidade, já que tal discussão ainda é pouco explorada no âmbito do Serviço Social, o que é evidenciado pela carência na literatura brasileira de referências sobre o perfil dos Assistentes Sociais, assim como de outras categorias profissionais.

Outro fator determinante é o fato de vivermos a era do profissionalismo que se dá, de acordo com Machado (1995 apud CARDOSO, 2005), porque todos os atos, comportamentos e ações dos indivíduos são e estão mediados por atos profissionais, que são exercidos de forma exclusiva e monopolista requerendo *status*, poder, prestígio e, acima de tudo mercado de prestação de serviços com exclusividade, onde profissionais e “clientes” são definidos previamente, permitindo a compra e venda desses serviços com autonomia no mercado de trabalho.

Considerando, portanto, que o processo de profissionalização se consolidou como um dos princípios estruturadores básicos da sociedade do século XX (GONZÁLEZ LEANDRI, 1999) é que o estudo das profissões constitui um campo de interesse específico nas ciências sociais, ainda no século atual, tendo o número de estudos sobre este tema aumentado ao longo das décadas de 1990 e 2000.

De acordo com Freidson (1996, p. 1-2),

Esse recente aumento de interesse pelas profissões pode ser explicado em termos práticos pelo fato de as profissões e os profissionais terem se tornado tão numerosos e importantes, nos países industriais avançados, que não podem mais ser ignorados.

Destacamos que a opção pelo referencial teórico deve-se ao fato da sociologia das profissões constituir-se numa especialidade da sociologia geral e explorar o processo de profissionalização, especificando uma série de características ou atributos considerados inerentes e comuns a todas as profissões.

Desta forma, procuramos discutir sobre as profissões, enfatizando o Serviço Social. Para tanto, buscamos entender o que é uma profissão, isto é, quais são suas características e importância na sociedade; compreender como se deu o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, com ênfase no município de Campos dos Goytacazes; e conhecer o perfil dos Assistentes Sociais que atuam no referido município.

Dentre os autores utilizados destacam-se: Abramides e Cabral (1995); Barbosa (2003, 1999, 1998, 1993); Cardoso (2005); Manrique Castro (2010); Coelho (1999); Diniz (2001); Dubar (2005); Freidson (1998, 1996); Gonçalves (2007), González Leandri (1999); Iamamoto (2010, 2009, 2007, 2004, 1999); Martinelli (2009); Netto (2004, 1996); entre outros.

O desenvolvimento do tema proposto se deu a partir da discussão de diversas categorias – profissão; profissionalização; perfil profissional; formação e inserção profissional; legislação e prática profissional; credenciais; e Serviço Social – estando a presente dissertação dividida em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a discussão sobre o processo de profissionalização – considerado um dos princípios estruturadores básicos da sociedade do século XX, a evolução do conceito de profissão bem como as características inerentes às profissões. Além disso, aponta o dilema vivenciado pelas profissões liberais – autonomia x assalariamento, enfocando os estudos e regulação das profissões no Brasil, com destaque para o Serviço Social.

No segundo capítulo, discute-se o Serviço Social enquanto profissão, apresentando seu processo de profissionalização, destacando-se seu surgimento, regulamentação, institucionalização, organização e formação profissional no Brasil.

O terceiro capítulo apresenta o processo de investigação, incluindo o método e a construção metodológica. Além dos procedimentos técnicos e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados, destacamos o movimento da pesquisa e os cuidados éticos para a sua realização. E, ressaltamos, ao final, as percepções obtidas quanto às surpresas e dificuldades encontradas no trajeto investigativo.

O capítulo quatro versa sobre os marcos da trajetória histórica do Serviço Social em Campos dos Goytacazes – RJ, a partir do histórico das instituições credenciadoras da região: UFF - Campos e Seccional de Campos do CRESS/RJ – 7ª Região.

O quinto capítulo mostra os resultados da pesquisa de campo realizada junto aos Assistentes Sociais que atuam no município de Campos dos Goytacazes com vistas à identificação do perfil profissional. Os dados encontram-se organizados nos seguintes eixos: Identificação; Escolha do Curso e Formação; Inserção no Mercado de Trabalho e Prática Profissional; Conhecimento da Legislação Profissional; Participação Política e Categoria Profissional.

1 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NA SOCIEDADE MODERNA

*“Somente a atividade que o homem exerce
lhe permite dar um sentido a seu entorno.”
(Nisbet)*

Vivemos a era do profissionalismo que se dá, de acordo com Machado (1995 apud CARDOSO, 2005), porque todos os atos, comportamentos e ações dos indivíduos são e estão mediados por atos profissionais, que são exercidos de forma exclusiva e monopolista requerendo *status*, poder, prestígio e, acima de tudo mercado de prestação de serviços com exclusividade, onde profissionais e “clientes” são definidos previamente, permitindo a compra e venda desses serviços com autonomia no mercado de trabalho.

De acordo com González Leandri (1999), o processo de profissionalização se consolidou como um dos princípios estruturadores básicos da sociedade do século XX, pois, conforme Barbosa (1993), seu potencial criativo extrapola sua capacidade de definir os problemas a resolver, alçando a esfera do projeto de profissionalização que é visto como ideal de implementação de princípios específicos de organização e divisão do mundo social.

Todo este quadro se inicia com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo que originam novas formas de divisão do trabalho, trazendo como expressão as diferentes profissões e especialidades que se apresentam na atualidade.

Segundo Cardoso (2005), Frankel (1972) afirma que as profissões que surgiram na Idade Média – cirurgiões, farmacêuticos, direito e ensino – com exceção do ensino, foram se libertando gradativamente, no século XVI, da tutela da Igreja Católica à qual estavam ligadas.

No século XVIII, tem-se o apogeu das tradições de independência e superioridade destas profissões; todavia, foi com a Revolução Industrial e o processo de globalização que importantes transformações se originaram na vida das profissões.

Conforme Cardoso (2005), os fatores determinantes para estas transformações são apontadas por Frankel como sendo: o crescimento dos monopólios, o desenvolvimento do setor de serviços e o crescimento da burocracia política do Estado. Tais fatores levaram aqueles que tinham uma *profissão de status* – termo utilizado por Freidson para se referir às profissões liberais, que possuem autonomia – a se tornarem assalariados.

Neste contexto de mudanças de sistema econômico e organização social surgem, a partir do século XIX, as profissões da área social que acabaram por substituir a consciência de caridade pela busca por técnicas eficazes.

Sendo assim, se comparadas às profissões seculares, as profissões da área social estão no início da adolescência (CARDOSO, 2005). Contudo, tais profissões imprimiram novas visões e dimensões aos serviços prestados à população, tendo como base seus conhecimentos esotéricos.

Independentemente das áreas de atuação (sociais, tecnológicas, humanas ou exatas), as profissões são uma construção social, uma vez que se constituem como elementos dos sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais e, de uma maneira geral, prestam serviços para suprir as demandas emergentes dos mesmos. As transformações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos vertiginosamente acelerados nas últimas décadas imprimiram mudanças no sistema produtivo, na sociedade e nas necessidades humanas. Conseqüentemente, exigiram novos posicionamentos dos profissionais, redimensionando procedimentos, técnicas e processos de trabalho; bem como emergiram novas profissões e valorizaram-se outras que em determinado momento foram relegadas a segundo plano (CARDOSO, 2005, p. 105-106).

Vale ressaltar que durante a história da humanidade muitas profissões consideradas socialmente necessárias tornaram-se desnecessárias face ao processo de qualificação/desqualificação empreendidos pela Revolução Industrial que fez surgir uma nova classe de profissionais (Ibid.).

No caso do Brasil, o processo de industrialização se intensificou a partir da década de 1930, trazendo em seu bojo a diversificação do mercado de trabalho e, sobretudo, o surgimento de distintas profissões, dentre elas o Serviço Social.

Passamos a identificar, neste contexto, o que Wanderley Guilherme dos Santos intitula de “cidadania regulada”, isto é, um tipo de cidadania atrelada à regulação ocupacional. O autor afirma que a extensão da cidadania ocorreu no pós-30 atrelada a um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal (COELHO, 1999).

O processo de profissionalização, no Brasil, tem se dado de maneira uniforme, em consonância com o modelo das profissões antigas, tais como medicina, engenharia e advocacia. No entanto, por se tratar de um processo, está sujeito a transformações e aos contextos históricos em que se apresentam.

De modo geral, o processo de profissionalização envolve etapas que englobam a questão da formação, a orientação por normas coletivas estabelecidas por um código de ética, o controle sobre o exercício profissional por parte das associações profissionais e a regulamentação por parte do Estado.

Neste sentido, Caldas (2006, p. 19), recorrendo a Wilensky (1970), afirma que as etapas típicas do processo de profissionalização são: “1) torna-se o trabalho uma ocupação de tempo integral; 2) criam-se escolas de treinamento; 3) forma-se associação profissional; 4) regulamenta-se a profissão e 5) adota-se um código de ética.”

Ressalte-se, ainda, que, no que se refere à regulamentação das profissões, o Estado possui um papel de extrema relevância, já que é ele que através do poder que possui garantirá às profissões o direito exclusivo (ou monopólio) sobre uma determinada área de atuação no mercado de serviços; estabelecendo os critérios para que um indivíduo se torne um profissional.

Tais critérios, conforme Freidson, perpassam pela questão do credencialismo que, como veremos, restringe a inserção nos grupos profissionais àqueles que detêm o diploma – decorrente de uma longa formação acadêmica – e o registro nas associações/conselhos profissionais.

Sendo assim, podemos afirmar, valendo-nos das palavras de Coelho (1999, p. 26) que

O que os sociólogos chamam de “profissionalização” consiste precisamente no processo pelo qual ocupações adquirem o status de profissão, e boa parte da literatura desde pelo menos os anos 60 trata de esclarecer o caráter historicamente contingente deste processo e suas formas e variações de sociedade para sociedade.

Destaque-se, por fim, que de acordo com Max Weber a profissionalização é um dos processos essenciais da modernização, isto é, da passagem de uma socialização comunitária, em que o *status* é herdado, a uma socialização societária, em que o *status* social depende das tarefas efetuadas e dos critérios de competência e de especialização (DUBAR, 2005).

1.1 O QUE SÃO AS PROFISSÕES?

1.1.1 Terminologia e conceito

Quando discutimos o tema “profissões” a primeira questão que nos vêm à cabeça é: a que estamos nos referindo quando utilizamos o termo “profissões”? Isto se deve ao fato deste termo ser polissêmico, isto é, ter várias significações.

A palavra “profissão” deriva do vocábulo latino *professio*, que originalmente significava “declaração pública” ou “confissão”. No entanto, ao longo do tempo, tal vocábulo adquiriu o sentido de adesão pública a um credo religioso e, ainda, o ato de tomar votos de uma ordem religiosa (COELHO, 1999).

Recorrendo às edições no século XIX do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio Moraes Silva, Coelho (1999) afirma que os significados do vocábulo “profissão” registrados são “declaração pública”, “voto” e “ofício”.

Segundo Dubar (2005), o termo “profissão” tem pelo menos dois significados principais, em francês, que correspondem a dois termos ingleses diferentes. O primeiro – *Occupations* – refere-se à totalidade dos “empregos” reconhecidos na linguagem administrativa; enquanto o segundo – *Professions* – refere-se às profissões liberais ou científicas, como os médicos e os juristas.

Ele aponta a oposição existente entre as “profissões” e os “ofícios”, salientando, contudo, que ambos têm uma origem comum no ocidente: as corporações. Ao serem admitidos como membros das corporações, os artistas, artesãos, trabalhadores intelectuais e manuais participavam de cerimônias onde faziam uma “profissão de fé”; donde deriva o termo “profissões”.

De acordo com o autor, o juramento feito na cerimônia de admissão nas corporações continha três compromissos: observar as regras; guardar os segredos; honrar e respeitar os jurados, inspetores eleitos e reconhecidos pelo Poder Real.

Com a consolidação das Universidades iniciou-se um processo de dissociação entre as artes liberais – ditas “*profissões*”, as quais eram ensinadas nas Universidades e cuja produção dependia do esforço intelectual/espiritual, e as artes mecânicas – intituladas “*ofícios*”, em que se tem a preponderância do trabalho manual. Tal oposição pode ser associada a um conjunto de distinções socialmente estruturantes e classificadoras: cabeça/mãos, trabalhadores intelectuais/trabalhadores manuais, nobre/vil etc. (DUBAR, 2005).

Ao prosseguir em sua busca nos dicionários pelo significado da palavra “profissão”, Coelho (1999) recorre ao Aurélio¹ a partir do qual afirma:

No Aurélio o primeiro significado de profissão é o de “declaração ou confissão pública de uma crença, sentimento, opinião ou modo de ser” (1); o segundo é o de “atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo”: a profissão de engenheiro, a profissão de motorista (2). O terceiro, de “atividade ou ocupação especializada que encerra certo prestígio pelo caráter social ou intelectual”: a profissão de jornalista, de ator: as profissões liberais (3). Este terceiro sentido resulta da adição ao anterior do atributo do prestígio social ou intelectual, de forma que obtém-se aqui a soma das seguintes características: especialização que requer algum preparo + prestígio social ou intelectual. O quarto significado é o de “carreira”: a carreira jurídica (4). O quinto, o de “meio de subsistência remunerado resultante do exercício de um trabalho, de um ofício” (5) (COELHO, 1999, p. 23).

De acordo com Coelho, o quinto significado é o mais utilizado no português coloquial, pois quando indagamos sobre a profissão de alguém, desejamos saber, na verdade, como ele ganha seu sustento; e podemos obter respostas diversas que contemplem quaisquer profissões, sejam elas especializadas ou não especializadas, de prestígio ou sem prestígio social ou intelectual.

Neste sentido,

[...] como ensina Freidson, “profissão” é mais do que uma coleção de indivíduos a transacionar no mercado seja com empregadores, seja com clientes individuais, pois existe uma dimensão corporativa que se manifesta em formas de associação e em “abrigos” institucionais criados na economia

1 Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 33ª impressão, 1996.

política. E tanto a forma como se organizam coletivamente quanto suas peculiares instituições contribuem para a privilegiada posição dos profissionais no mercado, sejam eles autônomos ou assalariados (COELHO, 1999, p. 25).

Conceituando de forma mais clara, podemos dizer que profissão é uma ocupação cujas obrigações criam e utilizam de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas postulados por um cliente (tanto individual como coletivo) (MACHADO, 1995 apud CARDOSO, 2005, p.69).

É importante destacar que nem todas as ocupações que hoje são sociologicamente consideradas profissões possuíam tal estatuto no passado. A profissionalização a que se referem os sociólogos é exatamente este processo ao qual as ocupações são submetidas a fim de adquirirem o *status* de profissão. Vale ressaltar, no entanto, que há um caráter histórico neste processo, devendo ser respeitadas as variações de contextos nacionais.

Enfim, conforme Diniz (2001, p. 18),

todos os principais estudiosos concordam em que uma definição “mínima” deverá fazer referência às profissões como: ocupações não-manuais que requerem funcionalmente para seu exercício um alto nível de educação formal usualmente testado em exames e confirmado por algum tipo de credencial.

Destaque-se que quando se fala em “alto nível de educação formal”, nas sociedades modernas contemporâneas, alude-se à educação de terceiro grau adquirida nas universidades; enquanto que as credenciais são os diplomas (Ibid.).

1.1.2 O dilema das profissões liberais: Autonomia e Assalariamento

Ao adicionarmos o termo “liberal” ao vocábulo “profissão”, na terceira acepção aludida anteriormente – *especialização que requer algum preparo + prestígio social ou intelectual*, obteremos o seguinte significado: “profissão de nível superior caracterizada pela inexistência de qualquer vinculação hierárquica e pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimento” (COELHO, 1999, p. 23-24).

Sendo assim, conforme Coelho (1999, p. 24), profissão liberal pode ser definida como:

[...] a atividade especializada que requer preparo através de treinamento formal de nível superior, que encerra prestígio social ou intelectual ou ambos, que é praticada de forma autônoma e cuja base de conhecimentos é de natureza predominantemente técnica ou intelectual.

Se tomarmos este conceito para as profissões liberais, nos depararemos com a dificuldade de enquadrarmos aqueles profissionais, como os assistentes sociais, médicos e advogados, que estão vinculados a instituições sob alguma forma de supervisão hierárquica e recebem salários. O dilema que se coloca é: Estes profissionais não são profissionais liberais? E o que seriam então?

Neste sentido, o grande dilema vivenciado pelas profissões liberais está no aspecto ligado à autonomia, já que conceitualmente falando, quando mencionamos o termo “profissão liberal”, estamos nos referindo a uma atividade que requer formação de nível superior e que é exercida de forma autônoma.

Para Freidson, a autonomia profissional é um atributo proeminente para o poder de uma profissão, tendo como decorrência o seu *status*. Ele ressalta, contudo, que a autonomia profissional não é absoluta, pois o Estado detém o poder e garante autonomia condicional para alguns; e afirma que há dois tipos de autonomia: a técnica e a hierárquica, sendo a primeira considerada o centro numa profissão.

De acordo com Cardoso, Freidson (1986)²

considera a autonomia como a liberdade da descrição e julgamento no desempenho do trabalho com base nos conhecimentos técnicos, que não estão disponíveis para os que não possuem o mesmo nível de escolaridade e qualificação. [...] os profissionais empregados na burocracia são tecnicamente autônomos, **pois possuem liberdade para agir de acordo com seu próprio julgamento no desempenho do trabalho profissional**, e na supervisão do trabalho de seus assistentes (CARDOSO, 2005, p. 70, grifo da autora).

Destarte, conforme Coelho, o que muda são as condições do exercício individual dessas profissões, não a profissão em si. Ele sinaliza que a existência ou

² FREIDSON, Eliot. **Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

não de vinculação hierárquica não é o que define uma profissão na acepção sociológica convencional e utiliza o exemplo dos engenheiros, os quais são em sua maioria assalariados e submetidos a algum tipo de controle hierárquico e ainda assim a engenharia é tida como uma profissão devido ao caráter sistemático do conhecimento que controla e pela significativa autonomia técnica no trabalho que gozam os engenheiros.

1.2 SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

A sociologia das profissões torna-se um campo de estudos que se ocupa por um lado com a questão da delimitação e posicionamento dos grupos profissionais, e por outro lado com a coesão interna das profissões.

Sua história pode ser dividida, conforme Gonçalves (2007), em quatro fases, com fronteiras temporais não traçadas em definitivo, que distinguem-se quanto ao predomínio de determinada perspectiva de análise.

Conforme Dubar (2005), a Sociologia das profissões nos Estados Unidos tem sua gênese numa estratégia de profissionalização dos sociólogos, que em meio à crise de 1929, foram demandados pelo governo Hoover para buscar entender a evolução da sociedade e definir sua política.

Neste período, tem-se o desenvolvimento na literatura sociológica do modelo profissional, distinto do empresário e do operário. Essa perspectiva de análise é apresentada pelos britânicos Carr-Saunders e Wilson em sua obra intitulada “*The Professions*” [As profissões], datada de 1933, tida como referência por diversos sociólogos anglo-saxões. A referida obra é considerada o marco inaugural do desenvolvimento da Sociologia das Profissões, destacando-se, sobretudo, por sua análise sociológica da evolução do trabalho e dos diversos “empregos” em termos de profissionalização, além de apresentar a preocupação acerca da definição dos atributos particulares às profissões bem como a defesa do profissionalismo.

Na **primeira fase** (décadas de 1930 a 1960) tem-se a preponderância da perspectiva funcionalista, que se desenvolve, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, sendo desenvolvidos inúmeros esquemas classificatórios, especialmente no

seio da sociologia norte-americana, isolando as profissões das demais ocupações. Os atributos conferidos às profissões eram o altruísmo e a orientação vocacional; a posse de conhecimentos científicos e técnicos adquiridos através de uma longa formação universitária; e a orientação de práticas profissionais por princípios éticos e deontológicos. Daí emerge o conceito de profissão, tendo como exemplos paradigmáticos os médicos e os advogados, que servirá como tipo ideal para a seleção e identificação das ocupações em geral (GONÇALVES, 2007).

Assim como os esquemas classificatórios, a concepção das profissões como instrumentos de resposta às necessidades sociais que contribuem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas destaca-se no quadro teórico funcionalista.

Nesta fase, os autores ocupam-se com o conceito de profissão; dentre eles destaca-se Parsons, para quem “Profissões são sistemas de solidariedade cuja identidade se baseia na competência técnica de seus membros, adquirida nas instituições educacionais e científicas” (PAIXÃO, 1988 apud BARBOSA, 1993, p. 4).

Parsons recupera a tese de Durkheim que se dedicou à discussão acerca da integração social, atribuindo aos grupos profissionais um papel fundamental na organização integrada das sociedades modernas.

As profissões passam a ocupar lugar de destaque no sistema ocupacional com o desenvolvimento das sociedades modernas e tornam-se destaque nas discussões públicas. Neste contexto, os profissionais distinguem-se dos demais por serem portadores de treinamento técnico formal com validação institucional e por deterem o controle do uso socialmente responsável dessas qualificações; tornam-se, assim, os mediadores entre as necessidades individuais e funcionais, contribuindo para o melhor funcionamento do sistema.

Assim como Parsons, Abbott destaca-se nesta etapa. Para ele, os grupos profissionais diferenciam-se pelas funções que exercem e hierarquizam-se pelo grau de necessidade que o sistema tem deles. Ele aponta o nível de abstração do conhecimento controlado pelas profissões como principal característica distintiva entre elas (BARBOSA, 1993).

Não há dúvidas, do ponto de vista do funcionalismo, quanto às possibilidades de que a profissão seja princípio definidor e hierarquizador

dos grupos sociais. Na realidade, é o grande princípio fundador de todas as diferenças, eixo organizador das sociedades modernas (BARBOSA, 1993, p. 6).

De acordo com Dubar (2005), a abordagem funcionalista se distingue das demais perspectivas de análise, sobretudo o interacionismo simbólico, por afirmar que os profissionais formam comunidades unidas em torno de valores comuns e da mesma “ética de serviço”; e por acreditar que o *status* profissional não se sustenta apenas no saber prático, mas no científico.

Portanto, no que se refere à delimitação do campo da análise sociológica das profissões e para sua valorização no seio da sociologia, as teses funcionalistas foram fundamentais. No entanto, de acordo com Gonçalves (2007), ocorre uma ruptura com o quadro funcionalista protagonizada pelos trabalhos de alguns interacionistas simbólicos, cuja perspectiva manteve-se marginal durante toda a década de 1950/60.

A partir de tal ruptura, tem início a **segunda fase** (meados da década de 1960 à final da década de 1970) do desenvolvimento da análise sociológica das profissões,

caracterizada pelas leituras críticas da perspectiva funcionalista, que se conjugam com um discurso anti-profissional desmistificador das práticas das profissões, da retórica legitimadora da sua existência e igualmente contestatória dos privilégios materiais e simbólicos dos profissionais (GONÇALVES, 2007, p. 181).

Tais leituras derivam da revisão dos resultados dos estudos funcionalistas e da desconstrução das teses em que se assentam, e resultam na emersão e na aquisição de destaque das teses do poder e do monopólio profissionais.

Neste sentido, o movimento revisionista da sociologia das profissões caracteriza-se pela sua diversidade teórica, pautando-se em teses neo-weberianas, neo-marxistas, interacionistas, entre outras; destacando-se os trabalhos de Johnson (1972), Larson (1977), Freidson (1978)³, entre outros. Assim sendo,

³ JOHNSON, Terence (1972), **Professions and Power**. London, Macmillan.
LARSON, Magali Sarfatti (1977), **The Rise of Professionalism. A sociological analysis**. London, University of California Press.
FREIDSON, Eliot (1978), **La Profesión Médica**. Barcelona, Ediciones Península.

Os anos 60 representaram um divisor-de-águas nos textos sociológicos sobre as profissões. Em primeiro lugar, o tom avaliativo da literatura mudou. Enquanto a maioria dos sociólogos haviam enfatizado anteriormente as funções e conquistas positivas das profissões (sem com isso ignorar suas deficiências), escritores recentes têm sido coerentemente mais críticos. [...] A literatura especializada mais recente, por sua vez, concentra-se na influência política das profissões (Freidson, 1988), na relação das profissões com o mercado (Johnson, 1972) e na relação das profissões com o mercado e o sistema de classes (Larson, 1977) (FREIDSON, 1998, p. 48).

Para Johnson, a análise das profissões deve centrar-se nas relações de poder que subsistem entre o produtor de serviços profissionais e o cliente. Ele reafirma a análise das dinâmicas das profissões, relacionando-as, numa abordagem conceitualmente ampla, que mobiliza a dimensão histórica da profissionalização com a evolução econômica e as ações do Estado.

Segundo Barbosa (1993), o poder é um dos elementos centrais nos processos de monopolização das áreas de saber e este monopólio é utilizado como recurso de negociação na sociedade. Para ela, a luta pelo monopólio torna-se marca distintiva das profissões enquanto grupos sociais; há uma busca pela constituição de um mercado fechado e protegido, do qual só estão aptos a fazer parte os detentores de determinado saber.

Partidários desta visão, Magali Sarfati Larson e Eliot Freidson acreditam que o elemento central para a organização de um grupo profissional é o controle sobre uma determinada área do saber. O enfoque dado a tal discussão por estes autores tem sido, conforme Barbosa (1993), a base para boa parte da sociologia das profissões produzida no Brasil.

A perspectiva de Larson baseia-se numa síntese entre as teses marxistas e weberianas, dirigindo seu interesse para a análise do projeto profissional de várias profissões (médicos, advogados, engenheiros) articulando-o com o desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Larson, tal projeto incorpora um processo histórico no qual as profissões alcançam o monopólio legal sobre determinadas atividades de serviços, criando mercados de profissionais específicos, os quais possuem reconhecimento legal e proteção do Estado.

O monopólio a que se refere a autora se estende a uma área do conhecimento e às qualificações profissionais específicas ao grupo, as quais são

ensinadas nas universidades e legitimadas socialmente por credenciais específicas. Como consequência de tais monopólios tem-se o “*fechamento social*”⁴, objetivo principal das profissões.

Segundo González Leandri (1999, p.123),

La teoría de la “clausura social” no sugiere, sin embargo, el mero estudio microsocioal o microhistórico del empleo de tácticas económicas y de sus circunstancias de aplicabilidad. Según ha sido desarrollada en los últimos tiempos tiene ambiciones amplias y, al refinar los conceptos de monopolio y exclusión elaborados por Max Weber, pretende erigirse en una nueva teoría de la dominación social.

O autor supracitado recupera os apontamentos de Collins⁵ quando este trabalha o conceito de “clausura de mercado” como uma ampliação da “clausura social”.

Su principal peculiaridad es que en vez de responder a la dinámica del mercado, como lo sugiere el modelo de conflicto social clásico derivado del marxismo, los actores participantes – grupos, organizaciones u ocupaciones – tienden más bien a controlar sus condiciones de funcionamiento. En el caso particular de las ocupaciones algunas tienen éxito en estos objetivos específicos. Se las denomina profesiones (Ibid., p. 125).

A inserção nos grupos profissionais se dá a partir de uma longa formação acadêmica, com vistas à aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, e da conquista das credenciais⁶ necessárias ao exercício profissional e consequente inclusão no mercado de serviços.

As credenciais acadêmicas dos profissionais, antes de serem a expressão de algum critério meritocrático para acesso a vantagens e privilégios ocupacionais constituem, *independentemente do conteúdo do conhecimento que elas possam atestar*, uma regra de exclusão social e de monopolização de posições privilegiadas no mercado de trabalho e de status na hierarquia ocupacional (DINIZ, 2001, p. 171, grifo da autora).

⁴ “clausura social” ou “social closure”.

⁵ COLLINS, Randall. “Market Closure and the Conflict Theory of the Professions”, en Burrage Michael y Torstendahl, R., Professions in Theory and History. Rethinking the Study of the Professions, Sage, London-Newbury Prk-New Delhi, 1990.

⁶ O conceito de credenciais advém de credencialismo. “O termo credencialismo procura descrever o tipo de sociedade em que os critérios meritocráticos, certificados via diplomas universitários, tornam-se a base mais importante de posicionamento social” (BARBOSA, 1998, p. 132).

Portanto, o credencialismo acadêmico foi incluído, conforme Diniz (2001), como recurso estratégico nos vários projetos profissionais de monopolização de mercado e de apropriação de privilégios ocupacionais reforçando, em decorrência, a *estratificação social* existente nas sociedades capitalistas.

Neste contexto, as instituições educacionais (faculdades/universidades) adquirem destaque, pois é através delas que os indivíduos tornam-se profissionais e passam a ocupar posições no mercado de serviços empreendendo uma mobilidade social; o que é corroborado por Larson (1977) a qual afirma que:

Nas sociedades contemporâneas criam-se novos padrões de desigualdade social, cuja base deixa de ser origem familiar ou critérios semelhantes. Nas nossas sociedades torna-se um princípio dominante a idéia de ganhar *status* via trabalho. Nesse sentido, podemos definir sociedades profissionalizadas como aquelas em que predominam princípios de classificação social baseados no mérito da ocupação. Do ponto de vista de cada profissão, o projeto de mobilidade se traduz numa tendência a monopolizar as oportunidades de renda no mercado de serviços ou de trabalho e também dos privilégios de *status* e trabalho na hierarquia ocupacional (LARSON, 1977 apud BARBOSA 1998, p. 132).

Larson, como observamos acima, utiliza a idéia de *status*, típica da abordagem weberiana, que acentua a passagem do estudo do papel adequado a cada profissão à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social como relação de poder, para a qual o conceito de *status* é fundamental. Segundo esta autora, o profissionalismo tornou-se uma forma de organização social e com o seu fortalecimento inaugura-se uma nova forma de desigualdade estrutural (BARBOSA, 1993).

Segundo Larson, paralelamente às mudanças pelas quais passou a sociedade moderna, na qual o mercado se tornou elemento fundamental, a estruturação do conhecimento e de sua relação com as demais instâncias se transformou, tornando o saber e a posse de uma qualificação qualquer numa propriedade tipicamente moderna.

Neste sentido,

[...] Larson define o profissionalismo como um projeto coletivo de mobilidade social articulado em torno de um determinado tipo de conhecimento, cujo monopólio permite controlar um mercado definido. Trata-se de um processo que busca um duplo monopólio: da *expertise* no mercado e do *status* no sistema de estratificação (LARSON, 1977 apud BARBOSA, 1993, p. 9, grifo da autora).

Destarte, duas características do processo de profissionalização podem ser destacadas: a importância da educação – sobretudo de nível superior – como fundamento de posição social e o papel que as profissões têm na definição e resolução dos problemas enfrentados pelos leigos (BARBOSA, 1998).

No que refere à legitimidade social conquistada pelas profissões, González Leandri (1999, p. 11) afirma que:

[...] los profesionales adquieren su particular éxito mediante la persuasión, es decir, convenciendo a sus clientes, pacientes, o empleadores, y, sobre todo al Estado, de que sus servicios, y por ende su ejercicio exclusivo, son indispensables.

Assim como Larson, Freidson também destaca-se nesta fase. Ele constrói sua análise em torno da importância do conhecimento formal e do papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas. Sua tese fundamental aponta a profissão como uma forma de organização do mercado de trabalho, o qual se assenta em três elementos fundamentais que sustentam seu poder: a autonomia técnica; o monopólio de uma área de conhecimento especializado e institucionalizado; e o credencialismo que permite o acesso à profissão apenas dos que possuem credenciais ocupacionais ou institucionais.

Neste contexto, tem-se um “sistema de credenciamento que funciona como mecanismo de exclusão, criando nicho do mercado de trabalho exclusivo dos membros da profissão” (BARBOSA, 1993, p. 10). Tal sistema constitui-se no “elemento central à análise das condições institucionais que permitem às profissões exercer o poder” (Ibid. p.10).

Eliot Freidson defende as virtualidades do profissionalismo nas sociedades capitalistas contemporâneas, reconhecendo, contudo, os privilégios demasiados recebidos por algumas profissões.

O autor segue um caminho diferente para definir e caracterizar as profissões; elege um conjunto homogêneo de requisitos a fim de diferenciar as ocupações das verdadeiras profissões. Para ele, as profissões possuem história, paradigmas, competências e formas de expressão social diferentes, culturas próprias e distintas.

Conforme Freidson (1998, p. 33), profissão designa “[...] uma ocupação que controla seu próprio trabalho, organizada por um conjunto especial de instituições

sustentadas em parte por uma ideologia particular de experiência e utilidade”. Ele afirma que as profissões são ocupações em que a educação é condição para o emprego em determinadas posições. E, sinaliza que as diferentes formas de acesso e controle do saber acarretam a formação de três categorias: pesquisadores/professores, técnicos e administradores.

O autor acredita que o profissionalismo é o componente fundamental que separa o trabalho dos profissionais dos demais trabalhadores e que as profissões são influenciadas pelas transformações decorrentes do tempo, diferenciando-se em função da estrutura social e cultural de uma nação.

Em sua análise acerca das profissões, Freidson aponta duas categorias de profissão: as “profissões ocupacionais” cuja principal característica é o assalariamento, e conseqüente vinculação a instituições; e as “profissões de status” que seriam as liberais, detentoras de autonomia. Ele aponta a autonomia profissional como atributo relevante para o poder e o *status* de uma profissão, ressaltando que a vinculação a uma instituição pode comprometer tal autonomia (CARDOSO, 2005).

No entanto, conforme Freidson, essa imagem do profissional liberal clássico, atuando de forma autônoma no mercado está comprometida, não representando a realidade atual, já que a grande maioria dos profissionais necessitam de emprego e vinculam-se a instituições, tornando-se assalariados.

Neste sentido, é possível fazermos uma pequena aproximação da vertente marxista com a discussão acima, na medida em que, segundo Barbosa (1993, p. 17) “[...] os estudos marxistas sobre profissões destacam a transformação do profissional liberal em trabalhador assalariado.”

Segundo Barbosa (1993), os marxistas apontam as profissões como objeto subordinado às classes sociais, consideradas fator essencial na mediação entre a divisão do trabalho e a formação dos grupos profissionais.

Ela afirma que,

Nas diversas correntes que formam o marxismo, o principal impedimento a se considerar as profissões como um grupo social específico seria a existência de cortes de classes, de diferentes posições de classe dentro de uma mesma profissão. Deste ponto de vista, inexistente qualquer coisa parecida com uma comunidade (BARBOSA, 1993, p. 17).

Retomando nossa evolução histórica da sociologia das profissões, chegamos à **terceira fase** (década de 1980) que distingue-se das anteriores pelo aprofundamento das teses do poder e dos monopólios profissionais e pela afirmação de uma perspectiva sistêmica e complexa sobre o fenômeno profissional. Observa-se uma redução das críticas às profissões e o começo de uma releitura da inserção destas nas sociedades capitalistas.

Nesta fase, destaca-se o trabalho de Abbott (1988) cuja atenção se volta para a análise da natureza do trabalho dos profissionais, com ênfase nos seguintes elementos: práticas profissionais, mobilização de conhecimentos e a relação de conflitos com outras profissões.

Se para a sociologia das profissões norte-americana a década de 1980 representou, segundo Gonçalves (2007), um período de quebra do interesse pelos grupos profissionais gerando um vazio teórico difícil de ser preenchido; para os britânicos os estudos continuavam sendo desenvolvidos com base na releitura de Marx e Weber.

Por fim, na **quarta fase** (décadas de 1990 e 2000) ganham destaque a produção sociológica européia, a abordagem comparativa dos fenômenos profissionais e a manifestação de novas problemáticas.

Não se tem mais a preocupação acerca da noção de profissão no âmbito da sociologia. O que se tem é uma diversidade teórica que mantém, contudo, alguns elementos comuns: referência a um domínio científico e correspondente posse de conhecimentos científicos e técnicos, adquiridos graças a uma longa formação acadêmica; autonomia profissional; identidade própria; e associações de pares.

É preciso ressaltar, entretanto, que tais noções precisam passar por um processo de relativização histórica e espacial, já que as profissões estão profundamente enraizadas na história das diferentes sociedades nacionais, não fazendo sentido, portanto, a elaboração de uma “história natural” das profissões concebidas como uma seqüência determinada e unilinear de estágio de “profissionalização” pela qual deve avançar uma ocupação até adquirir o *status* de profissão (DINIZ, 2001).

Considerando o exposto até o momento, pode-se afirmar, conforme Gonçalves (2007), que a partir dos esquemas classificatórios decorre a concepção

das profissões como instrumentos de resposta às necessidades sociais que concorrem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas. Neste contexto, a posse de conhecimentos científicos e técnicos e o ideal de serviço à coletividade são considerados fontes legitimadoras das profissões e garantia da sua imprescindibilidade funcional para as sociedades.

1.3 AS PROFISSÕES NO BRASIL

1.3.1 Os estudos sobre profissões no Brasil

O estudo sociológico das profissões vem sendo considerado um tema legítimo e de grande interesse no âmbito acadêmico, donde decorrem inúmeras pesquisas desenvolvidas em várias partes do mundo, dentre elas o Brasil.

No entanto, no que se refere à América Latina, González Leandri (1999) afirma que as investigações relacionadas às problemáticas das profissões não têm sido abordadas suficientemente.

No Brasil, os estudos baseiam-se numa tendência tributária dos contributos teóricos dos interacionistas e das teses do poder e do monopólio profissional, onde possuem destaque os trabalhos de Larson e Freidson. Vale ressaltar que são poucos os estudos empreendidos a nível nacional, destacando-se por suas contribuições: Coelho (1999); Diniz (2001); Bonelli (2002, 1998, 1993), Barbosa (2003, 1999, 1998, 1993) e Machado (1995).

A partir da literatura pesquisada é possível observar que algumas profissões têm sido estudadas com maior detalhamento, destacando-se as mais antigas, tais como medicina, engenharia e advocacia.

No âmbito do Serviço Social existem poucos trabalhos desenvolvidos a partir dos apontamentos da sociologia das profissões. De acordo com Cardoso (2005, p. 23), isto se dá porque

os conceitos e perspectivas da sociologia das profissões não são habitualmente incorporados aos currículos do serviço social, nem tampouco são parte integrante das discussões dos assistentes sociais acerca da prática profissional.

1.3.2 A regulação das profissões no Brasil: Situando o Serviço Social neste quadro de análise

As profissões percorrem trajetórias bastante diferenciadas em cada sociedade. No Brasil, o desenvolvimento das profissões se dá a partir de uma seqüência de eventos que se associam entre si.

De acordo com Diniz (2001, p. 87),

- a) criam-se, em primeiro lugar, escolas profissionais;
- b) em seguida, surgem associações profissionais que procuram garantir para seus membros, através da mobilização do apoio do Estado, vantagens e privilégios ocupacionais com base nas credenciais educacionais;
- c) o Estado cria para os profissionais “reservas de mercado” na burocracia pública, isto é, posições e cargos reservados aos diplomados pelas escolas profissionais;
- d) as associações mobilizam-se para ampliar a “reserva” e, com o apoio do Estado, excluir do mercado de trabalho e de serviços os não-qualificados;
- e) o Estado regulamenta as profissões, criando monopólios;
- f) conquistado o monopólio da prestação de serviços, as profissões tentam criar “escassez” pela restrição do acesso às credenciais acadêmicas, isto é, pelo controle da “produção de produtores”.

Observa-se, portanto, a preponderância das escolas profissionais, das associações profissionais e do Estado no âmbito do processo de profissionalização no Brasil.

Tal processo inicia-se com a introdução dos saberes modernos como recurso na luta inter-elites; sendo profissionalização “o processo pelo qual certas áreas de competência, delimitadas pela divisão do trabalho, são monopolizadas por determinadas categorias de trabalhadores” (BARBOSA 1993, p. 8).

A regulamentação profissional praticada no Brasil estabelece os monopólios profissionais com base nas credenciais educacionais; o que segundo Coelho (1999) vem ocorrendo desde a Independência.

De acordo com o autor supracitado, “a legislação regulatória pós-30 organizou as profissões fora da estrutura sindical típica das outras ocupações” (COELHO, 1999, p. 28). A estrutura básica passou a assentar-se nos Conselhos nacionais e regionais, cuja função era fiscalizar o exercício profissional, embora os sindicatos fossem permitidos.

Ao longo do tempo, inúmeras mudanças ocorreram na legislação regulatória, mantendo-se, contudo, a competência dos Conselhos profissionais de legislar, por meio de resoluções, sobre as atividades e funções privativas das profissões.

Alguns critérios para o exercício profissional foram estabelecidos, como pagamento de anuidades e registro no respectivo Conselho; no entanto, o credenciamento educacional permaneceu como mecanismo básico de “fechamento” do mercado de prestação de serviços profissionais (COELHO, 1999).

A conexão entre privilégios profissionais e universidade consolidou-se na República, atrelando-se a regulamentação de uma profissão à criação de Conselhos; o que acarretou a hierarquização entre as profissões, pois de um lado ficaram as regulamentadas, cujos diplomas traziam implicações legais no mercado, e de outro as não-regulamentadas, em que os portadores dos diplomas não possuíam garantia alguma (Ibid).

Assim, as universidades e escolas isoladas desempenham as funções de ensino e credenciamento, já que o diploma é o instrumento que atesta a aptidão profissional; bastando o registro do diploma nos conselhos regionais para se obter o licenciamento para o exercício profissional.

Neste sentido, a educação profissional e sua “moeda” de conversão, os diplomas acadêmicos, têm sobre os mercados de prestação de serviços e sobre a hierarquia ocupacional os mesmos efeitos excludentes que raça, gênero ou etnia produzem na estrutura social; [...] (DINIZ, 2001, p. 172).

Diante deste quadro, todas as profissões não-regulamentadas passaram a aspirar aos privilégios da regulação; para tanto, tais profissões deveriam satisfazer a duas condições: capacidade de mobilizar os praticantes e de persuadir a sociedade da sua imprescindibilidade, e encontrar um “padrinho” no Congresso disposto a apresentar o projeto de regulamentação e cuidar de seus desdobramentos até a aprovação na Câmara e no Senado.

Mais tarde, já em 1988, a Assembléia Constituinte propôs a instauração do regime de liberdade profissional; todavia, a constituição cidadã preservou os mecanismos de *closure*.

Face ao exposto, podemos apreender o importante papel do Estado na regulação profissional no Brasil, pois “não se faz a sociologia ou a história das profissões ignorando o papel do Estado” (COELHO, 1999, p. 33).

Neste sentido, Freidson (1998) afirma que na maioria dos países o Estado desempenhou um papel ativo na introdução da institucionalização de algumas profissões e na reorganização de outras. Em muitos casos, segundo o autor, o Estado funcionou como o principal empregador; como foi o caso do Serviço Social no Brasil.

De acordo com Diniz (2001, p. 173), “aparentemente, o Brasil, combinou dois modelos: o anglo-americano até 1930, com um mínimo de regulação estatal, e o europeu continental a partir dos anos 30 com o estabelecimento do corporativismo”.

Neste contexto, Barbosa (1998) afirma que os advogados, engenheiros, sanitaristas e economistas destacam-se ao longo da história brasileira, relacionando-se estreitamente com o processo de evolução do Estado ao mesmo tempo em que este participa do processo de regulação das profissões.

No que se refere ao Serviço Social, Cardoso (2005, p. 24) ressalta que:

A relação entre o Estado e a constituição e regulação das profissões assume diferentes dimensões, das quais destacam-se a sua relação com a origem histórica do serviço social [...] a institucionalização dos campos profissionais e os impactos da reforma estatal sobre as profissões da área social.

Na análise que empreendeu em sua dissertação de mestrado⁷, a autora supracitada afirma, com base em autores como Netto, Yamamoto e Martinelli, que:

[...] o serviço social nasce como profissão gestada nas relações do Estado com a classe social dominante; portanto, o Estado cria o *locus* próprio de trabalho dos assistentes sociais e, paralelamente, institui mecanismos que o reconhecem como profissão (Ibid., p. 25).

Foi o governo federal que através do Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938, organizou o serviço social como uma estrutura do serviço público,

⁷ CARDOSO, Denise. **A Sociologia das Profissões de Eliot Freidson: Uma aplicação à análise do Serviço Social como profissão no Brasil contemporâneo.** Florianópolis: UFSC, 2005. 135p. [Dissertação de Mestrado]

caracterizando o exercício da profissão legalmente e com caráter assalariado. Pelo mesmo decreto foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social. Já em 1949, por meio da portaria nº 35, de 19 de abril, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio enquadrado o serviço social no 14º grupo de profissões liberais.

Portanto, no Brasil, o serviço social legitimou-se, chancelado pelo Estado, obtendo o monopólio legal sobre o estabelecimento de requerimentos educacionais, licenciamentos para o exercício profissional, código de ética, constituição de associações e elementos de controles por pares (CARDOSO, 2005).

No entanto, conforme Lamamoto (2004, p.16),

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

Avançando na discussão, temos que a expansão e diversificação da estrutura ocupacional no Brasil caracterizam-se pelo aumento do número de ocupações que requerem o nível superior de educação. De acordo com Diniz (2001), em 1950 havia menos de uma dezena de profissões regulamentadas enquanto que em 1984 este número salta para 114, das quais 76 estavam regulamentadas. Ela afirma que:

Por trás desta explosão está a expansão vertiginosa do sistema de ensino superior, principalmente a partir da Reforma Universitária de 1968. O afluxo de sucessivas ondas de jovens em busca do diploma universitário, talvez mais do que as exigências da divisão social do trabalho, forçou a ampliação do número de carreiras disponíveis (DINIZ, 2001, p. 13).

Embora muitos autores afirmem que a valorização da titulação acadêmica constitui por si só um instrumento de ascensão social, a busca por diplomas universitários, na atualidade brasileira, não se vincula à busca por *status*, mas à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e conseqüente estabilidade.

2 SERVIÇO SOCIAL: AS PECULIARIDADES DE UMA PROFISSÃO

*“Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação.”
(Marilda V. Yamamoto)*

O Serviço Social, enquanto profissão da área social, encontra-se no início da adolescência⁸ se comparada às profissões seculares (CARDOSO, 2005), tais como medicina, advocacia e engenharia; havendo muito que se discutir a seu respeito.

Sua especificidade deriva, dentre outras razões, do fato do Assistente Social possuir inúmeras possibilidades de inserção profissional, dadas as várias áreas de atuação existentes, tais como: saúde, educação, assistência social, previdência etc. O Assistente Social lida no seu cotidiano profissional com demandas decorrentes das expressões da questão social e, independente da área em que atua, tem o dever de garantir e efetivar direitos.

Neste sentido e face à necessidade de elucidarmos o que é essa profissão, apontaremos, neste capítulo, os aspectos concernentes ao Serviço Social no Brasil, tais como: marcos de sua trajetória histórica, processo de profissionalização, organização e formação profissional.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

O Serviço Social é uma profissão que tem dedicado um significativo espaço intelectual à compreensão de sua origem como profissão, além de sua legitimação e funções na sociedade (MONTAÑO, 2009).

⁸ As profissões da área social surgiram a partir do final do século XIX (CARDOSO, 2005).

Neste sentido, duas teses opostas, alternativas e mutuamente excludentes, são apresentadas por diferentes autores sobre a gênese do Serviço Social. A primeira possui uma perspectiva *endogenista* e a segunda baseia-se numa perspectiva *histórico-crítica* (MONTAÑO, 2009).

A perspectiva *endogenista* “sustenta a origem do Serviço Social na *evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social”*” (Ibid., p.19-20, grifos do autor).

Nesta tese, o Serviço Social é visto como profissionalização da caridade e evolução das formas anteriores de assistência; originando-se enquanto profissão em função da identificação, por parte dos filantropos, da necessidade de organização e profissionalização.

De acordo com Montaña (2009, p. 28), esta tese não apresenta

[...] uma análise do contexto social, econômico e político como determinante ou condicionante do processo de criação desta profissão; apenas, na melhor das hipóteses, situa-se historicamente este fenômeno sem que ele redunde em uma análise exógena, estrutural, do surgimento do Serviço Social.

Já na perspectiva *histórico-crítica* – sustentada por autores como Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Maria Lúcia Martinelli e José Paulo Netto – o Serviço Social surge “[...] *quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’*” (Ibid., p. 30, grifos do autor).

Nesta tese, o surgimento da profissão não é visto de forma descontextualizada e a-histórica; ao contrário, é considerado um produto histórico. Entende-se que a gênese do Serviço Social se dá em decorrência da necessidade de resposta, por parte do Estado, às diferentes expressões da questão social explicitadas num dado estágio do Capitalismo.

Evidencia-se, assim, que o Serviço Social, assim como outras profissões da área social, tem seu processo de surgimento, regulamentação e institucionalização estreitamente relacionado à evolução do Estado, relacionando-se diretamente ao surgimento das novas formas da chamada “questão social”.

Segundo Iamamoto (2004, p. 77),

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana* [...]. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (grifos da autora)

Neste sentido, o Assistente Social desponta-se como aquele profissional com função controladora e integradora, necessárias à manutenção da ordem social. Enquanto mediador entre a “questão social” e o “Estado”, o Assistente Social é instrumentalizado pelas políticas sociais, sendo chamado, na prática, a atuar como seu executor terminal, embora na teoria suas competências⁹ compreendam a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais.

No Brasil, o Serviço Social afirma-se como profissão estreitamente ligada ao setor público dada a necessidade de ampliar o controle e o âmbito de ação do Estado junto à sociedade civil. “A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas” (IAMAMOTO, 2004, p. 79).

Segundo Cardoso (2005), o governo federal, através do Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938, organizou o Serviço Social como uma estrutura do serviço público, caracterizando o exercício da profissão legalmente e com caráter assalariado.

⁹ O Art. 4º da Lei 8.662/93 apresenta as competências do Assistente Social, quais sejam: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2005a, p. 33-34)

Neste sentido, o Serviço Social constitui-se numa profissão liberal, regulamentada, no Brasil, pela Lei nº 8.662, de 07 de julho de 1993; tendo sido enquadrado no 14º grupo de profissões liberais, pela Portaria 35, de 19/04/1949, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (IAMAMOTO, 2004).

Embora regulamentado como profissão liberal, o Serviço Social não tem uma tradição de prática característica das profissões liberais tal como são concebidas. Isso decorre do fato de que os Assistentes Sociais não têm sido profissionais autônomos, já que não exercem suas atividades de forma independente – estão sempre vinculados a instituições, as quais estabelecem as jornadas de trabalho e a remuneração, oferecem as condições materiais e técnicas para o exercício profissional e, ainda, definem o público a ser alcançado (Ibid.).

Contudo, de acordo com Cardoso (2005), mesmo submetidos às normas estabelecidas pelas instituições nas quais estão inseridos, os Assistentes Sociais conseguem manter um elevado nível de autonomia em relação ao seu processo de trabalho.

No que tange ao aspecto da autonomia dos Assistentes Sociais, Iamamoto (2010, p. 215) afirma que

Sendo o Serviço Social regulamentado como profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil.

Vale ressaltar, ainda, que o assalariamento é uma característica das profissões novas, justificando-se pelo fato de terem surgido na sociedade capitalista (CARDOSO, 2005), não se configurando como um atributo exclusivo do Serviço Social. Muitas profissões liberais são acometidas por esta mesma situação, na medida em que cada vez mais temos a vinculação destes profissionais a instituições, seja na esfera pública ou privada.

Abramides e Cabral (1995) afirmam que, embora a legislação oficial configure enfermeiros, assistentes sociais, médicos, engenheiros, arquitetos, psicólogos etc., como profissionais liberais, entendendo-os como autônomos, muitos deles nunca se

constituíram como profissionais liberais. Além disso, garantem que, face à situação imposta pelo mercado de trabalho, muitos profissionais passam a vincular-se a determinada instituição, na condição de assalariado, mantendo, na maioria dos casos, uma atividade como liberal, isto é autônomo.

Por outro lado, se não há o aspecto da autonomia, tem-se no Serviço Social alguns traços que denotam uma prática liberal os quais relacionam-se ao fato dos profissionais possuírem formação de nível superior (pautada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), contarem com uma deontologia (Código de Ética - importante instrumento de orientação das condutas profissionais), deterem um conhecimento técnico específico, terem a possibilidade de desenvolver um trabalho não-rotineiro além de manterem contato direto com os usuários de seus serviços (IAMAMOTO, 2004).

Aos aspectos apontados acima se acresce a exigência de registro no conselho de classe (CRESS) para que o Assistente Social exerça a profissão, o que permite maior controle sobre o exercício profissional.

O registro e o diploma universitário constituem, portanto, sob nossa perspectiva de análise, as credenciais mencionadas por diferentes autores quando estes apontam a importância do credencialismo no âmbito das profissões.

Tem-se em decorrência das credenciais o “*fechamento social*” concernente ao desenvolvimento das profissões, que decorre da legislação reguladora das mesmas no Brasil. No caso do Serviço Social, este aspecto deriva da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, restringindo o exercício profissional aos possuidores de diploma de graduação em Serviço Social e àqueles que possuem registro nos Conselhos Regionais.

Art. 2º - Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:
I- Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.
II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;
III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo Único – O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei. (CFESS, 2005a, p. 32-33)

É importante ressaltar, ainda, que, conforme o Art. 3º da Lei 8.662/93, a designação profissional de Assistente Social é privativa aos habilitados na forma da legislação vigente.

Além disso,

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS, 2005a, p. 34-35).

Face ao exposto, é possível afirmar que, embora o Assistente Social, não seja um profissional liberal na acepção estrita do termo, o Serviço Social é, de fato, uma profissão liberal, já que configura-se como uma “[...] atividade especializada que requer preparo através de treinamento formal de nível superior [...] e cuja base de conhecimentos é de natureza predominantemente técnica ou intelectual” (COELHO, 1999, p. 24).

Além disso, conforme Freidson (1978, apud CARDOSO, 2005), a autonomia profissional não é absoluta, havendo dois tipos de autonomia: a técnica e a hierárquica, sendo a primeira considerada o centro numa profissão. Neste sentido, o autor afirma que “[...] os profissionais empregados na burocracia são tecnicamente

autônomos, **pois possuem liberdade para agir de acordo com seu próprio julgamento no desempenho do trabalho profissional [...]** (FREIDSON, 1986 apud CARDOSO, 2005, p. 70, grifo da autora).

2.2 PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A formação acadêmica é um aspecto inerente e indispensável ao processo de profissionalização. No caso do Serviço Social, segundo Martinelli (2009), este processo se iniciou com a criação das Escolas de Serviço Social, ainda no século XIX, com o intuito de qualificar os agentes para o exercício profissional; tese defendida e difundida por Mary Richmond, que colaborou significativamente para a realização, em 1898, em Nova Iorque, de um curso destinado à aprendizagem da ação social, cujo desdobramento resultou, no ano seguinte, na criação da Primeira Escola de Filantropia Aplicada.

De acordo com Martinelli (2009, p. 106), “O impulso trazido pela criação da Escola foi muito importante para a sistematização do ensino do Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização”.

Assim, muitas escolas foram sendo fundadas em diferentes partes da Europa e dos Estados Unidos. Ao final da II Guerra Mundial, havia cerca de 200 escolas, em funcionamento, espalhadas pela Europa, Estados Unidos e América Latina (Ibid.), onde, em 1925, no Chile, foi criada a Primeira Escola de Serviço Social (MANRIQUE CASTRO, 2010).

[...] 1925 pode ser considerado como o “ano de nascimento” do Serviço Social profissional na América Latina, já que marca a criação da primeira escola da especialidade num país latino-americano. Desde o seu nascimento, o Serviço Social latino-americano recebeu forte influência externa. Não é surpreendente que a sua concepção tenha sido, basicamente, a de um mero reflexo. Entre 1925 e 1940, aproximadamente, foi tributário da Europa, em especial sob o influxo belga, francês e alemão; a partir de 1940, passou a ter o exclusivo selo norte-americano (ANDER EGG, 1975 apud MANRIQUE CASTRO, 2010, p. 29-30).

Conforme Manrique Castro (2010), a fundação de uma escola de Serviço Social, em 1925, no Chile, inaugurou uma nova etapa no interior da profissão,

representando um novo estágio de institucionalização engendrado pela incorporação do Serviço Social ao espectro de profissão de nível superior. Para ele, a criação das primeiras escolas na América Latina, respectivamente, 1925 - Chile; 1936 - Brasil; 1937 - Peru, “revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo quando a profissão começa a se colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático” (MANRIQUE CASTRO, 2010, p. 35).

No Brasil, o surgimento do Serviço Social se deu na década de 1930, enquanto resultado da iniciativa de diversos setores da burguesia, com respaldo da Igreja Católica e sob influência do Serviço Social europeu, caracterizado por um pensamento conservador, vinculado à Igreja Católica e marcado por uma linha sociológica e de abordagem grupal (MARTINELLI, 2009).

Entretanto, conforme Martinelli (2009), o fato de ter sofrido influência européia não significa que houve uma mera transposição de modelos ou incorporação de idéias, já que as origens do Serviço Social no Brasil estão relacionadas à conjuntura histórica do país naquele momento, marcada pelo acirramento das lutas de classes e por medidas radicais tomadas pelo governo, que culminaram com a instauração do “Estado Novo”, em 1937.

Foi, portanto, em meio ao complexo quadro social e político vivido no Brasil na década de 1930, que o Serviço Social iniciou sua trajetória em direção à profissionalização no país, após ter aportado no território brasileiro, em 1932 (Ibid.).

Deste modo, conforme Yamamoto (2004, p. 213, grifo da autora),

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do *bloco católico*, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia.

Neste período, mais precisamente em 1932, surgiu o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) com a finalidade de promover a “*formação técnica especializada* de quadros para a ação social e a difusão da *doutrina social* da Igreja” (Ibid., p. 173, grifos da autora).

Em 1936, com a fundação da Primeira Escola de Serviço Social do Brasil, em São Paulo, tem-se o marco inaugural do processo de profissionalização no país, revelando-se a necessidade de formação técnica especializada, não apenas pelo movimento católico, mas também pelo Estado e pelo Empresariado. Assim, embora tenha sido criada pelo CEAS, não se pode considerar que tal iniciativa tenha sido exclusiva do Movimento Católico, pois já havia uma demanda por parte do Estado (IAMAMOTO, 2004).

Em 1938, o Serviço Social organizou-se, em âmbito federal, como uma estrutura de serviço público, através do Decreto-lei nº 525, de 01//07/1938, a fim de atender ao disposto na Carta Constitucional de 1934 que responsabilizava o Estado pelos desamparados (MARTINELLI, 2009).

Contudo, a grande abertura para o social se deu, em 1942, com a criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, que contribuiu significativamente para a implantação e institucionalização do Serviço Social (Ibid.).

Nesta década, ocorreu o processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942); SESI - Serviço Social da Indústria (1946); Fundação Leão XIII (1946) – que se constituiu, ao mesmo tempo, no processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social (IAMAMOTO, 2004).

Além disso, segundo Martinelli (2009), no final da década de 1940 o Estado despontou como o grande empregador do Assistente Social. Houve, ainda, uma alteração substancial na linha de prática do Serviço Social no Brasil, substituindo-se a influência européia, em especial da linha franco-belga, pela influência norte-americana. Tal substituição se deu em função da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, e teve como marco o Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941 nos Estados Unidos.

Em função de interesses políticos e econômicos, o presidente Getúlio Vargas tratou de estreitar as relações com os Estados Unidos, integrando-se oficialmente aos seus aliados em 1942. Dessa aliança Vargas-Roosevelt resultaram inúmeras conseqüências para o país, no plano político, social e econômico. Restringindo-se ao interesse deste momento da reflexão e situando-as no plano do Serviço Social, o que se teve como decorrência daquele pacto foi a mudança de eixo, em termos de linha de prática, de perspectivas de ensino e de formas de abordagem (MARTINELLI, 2009, p. 131-132).

É importante salientar que o Serviço Social americano possuía uma linha psicanalítica, pautada em conhecimentos científicos característicos da Psicologia, da Psicanálise, da Medicina e do Direito, com ênfase na abordagem individual.

A década de 1940 foi marcada, ainda, pelos Congressos de Serviço Social com destaque para o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS em 1947; e 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Brasil, em 1949 (IAMAMOTO, 2004).

Durante a década de 1950, marcada pela ideologia desenvolvimentista – que se define, conforme lamamoto (2004, p. 341), “por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social e de segurança”, o Serviço Social manteve-se alheio ao chamamento do desenvolvimentismo. Contudo, isto não o impediu

[...] de beneficiar-se da expansão econômica; das novas pressões pela ampliação de seu consumo desencadeadas pelas classes subordinadas; de desenvolver-se enquanto instituição, absorver e aprofundar novas experiências e institucionalizar-se enquanto profissão (IAMAMOTO, 2004, p. 343).

Neste sentido, o período compreendido entre o final de década de 1940 e a década 50 é marcado pela abertura de campo de atuação para os assistentes sociais nas grandes empresas, pela interiorização do Serviço Social e pela busca de maior sistematização técnica e teórica de suas funções. No âmbito do ensino, a influência norte-americana aprofunda-se, levando o Serviço Social a voltar-se ainda mais para o tratamento dos desajustamentos psicossociais (Ibid.).

Durante o rápido governo de João Goulart, no início da década de 1960, o Serviço Social participou de forma mais expressiva na formulação das políticas e planejamento. Nesta mesma década, de acordo com lamamoto (2004), observa-se a existência de um meio profissional em franca expansão. “No decorrer desses anos, a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, ‘modernizando-se’ tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados” (Ibid. p. 339-340).

Observa-se, portanto, neste período, o alargamento das funções exercidas pelos Assistentes Sociais no âmbito de coordenação e planejamento, evidenciando, assim, um avanço no *status* técnico da profissão.

Tal processo de modernização, evidenciado pela autora, desencadeado na década de 1960, caracteriza-se pela erosão do Serviço Social “tradicional”, tendo como detonadores de fundo “o estágio de precipitação da dinâmica sociopolítica da vida brasileira, entre 1960-61/1964, com o aprofundamento e a problematização do processo democrático na sociedade e no Estado” (NETTO, 2004, p. 139).

Segundo Netto (2004), embora tais detonadores sejam extraprofissionais, possuem rebatimento profissional, pela mediação de quatro condutos específicos:

O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com os outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja católica em face do seu conservantismo tradicional; a emersão de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espraiar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares (p. 139-140).

O referido autor salienta que a crise do Serviço Social ‘tradicional’ não ocorreu apenas no Brasil, mas constituiu-se como um fenômeno internacional; e, destaca que o movimento de reconceituação do Serviço Social teve sua ascensão na América Latina a partir de 1965.

De acordo com Netto (2004), a reflexão profissional acerca do movimento de reconceituação se desenvolveu em três direções: *perspectiva modernizadora*; *reatualização do conservadorismo*; e *intenção de ruptura*.

A *perspectiva modernizadora* encontra afirmação nos resultados do Seminário de Teorização do Serviço Social realizado em Araxá - MG (1967) e se desdobra no evento realizado em Teresópolis - RJ (1970).

Embora não tenham tido a mesma repercussão dos eventos que os precederam, foram realizados os seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), nos marcos dos quais ressoaram as formulações da *reatualização do conservadorismo*.

No que se refere à *intenção de ruptura*, Netto (2004) afirma que se divide em três momentos: emersão; consolidação acadêmica; e espraiamento sobre a

categoria profissional. Destacam-se nesta perspectiva o célebre “Método BH”, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e a reflexão produzida por Marilda Villela Iamamoto, cujo trabalho sinalizou a maioria intelectual e consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil.

Um marco significativo na trajetória do Serviço Social no Brasil foi o III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo, em 1979. Durante a referida convenção, foi discutida a proposta de currículo mínimo da ABESS, encaminhada ao Conselho Federal de Educação e aprovada em 1982.

Na década de 1990, a profissão avança significativamente com a formulação do projeto ético-político, materializado através do Código de Ética Profissional, instituído em 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão, lei nº 8.662/93, e das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas pela ABEPSS em 1996.

Desta forma, o Serviço Social, que surgiu no cenário histórico brasileiro com uma identidade atribuída pelo capitalismo (Martinelli, 2009), iniciou seu processo de profissionalização, na década de 1930, engendrou a partir dos anos 1960 seu processo de reconceituação e alcançou sua maioria intelectual na década de 1980, vem consolidando-se, nas duas últimas décadas, como profissão.

2.3 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

A história da organização política dos Assistentes Sociais no Brasil é marcada pela atuação das entidades representativas que imprimem dinâmica aos debates e lutas empreendidos no âmbito do Serviço Social nas seguintes dimensões:

- Fiscalização do exercício profissional: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social;
- Político-sindical: ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais (1983-1994);

- Projeto de formação profissional: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;
- Movimento Estudantil de Serviço Social: ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Dada a natureza e objetivos deste trabalho, destacaremos nos itens seguintes os aspectos relacionados à evolução histórica na esfera da regulamentação e fiscalização profissional, da organização sindical dos assistentes sociais, e da formação profissional no Brasil.

2.3.1 Regulamentação da profissão: o Conjunto CFESS/CRESS e os instrumentos normativos

Os Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm sua gênese nos anos 1950, quando as profissões e ofícios liberais foram regulamentados pelo Estado. Criados para exercerem o controle político estatal sobre os profissionais e desprovidos de autonomia, os Conselhos possuíam caráter corporativo e tinham função controladora e reguladora (CFESS, 200-?).

No âmbito das profissões da área social o Serviço Social destacou-se como uma das primeiras a serem legalmente regulamentadas. Tal regulamentação se deu através da Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, regulamentada, posteriormente, pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962¹⁰. Com o referido decreto deu-se a criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), aos quais cabia disciplinar e fiscalizar o exercício profissional.

Inicialmente, os Conselhos profissionais no âmbito do Serviço Social eram entidades autoritárias que não buscavam aproximação com a categoria; além disso, a fiscalização restringia-se somente à exigência de inscrição do profissional e pagamento do tributo devido (CFESS, 200-?).

¹⁰ O dia 15 de maio ficou instituído como o Dia do Assistente Social, sendo comemorado anualmente por toda a categoria com eventos organizados pelas entidades representativas em todo o território nacional.

Com a criação dos Conselhos, o território nacional foi dividido, inicialmente, em 10 regiões (CFESS, 200-?). Atualmente, há 25 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e 02 Seccionais de Base Estadual (Acre e Amapá)¹¹, distribuídos por Região, conforme figura abaixo.

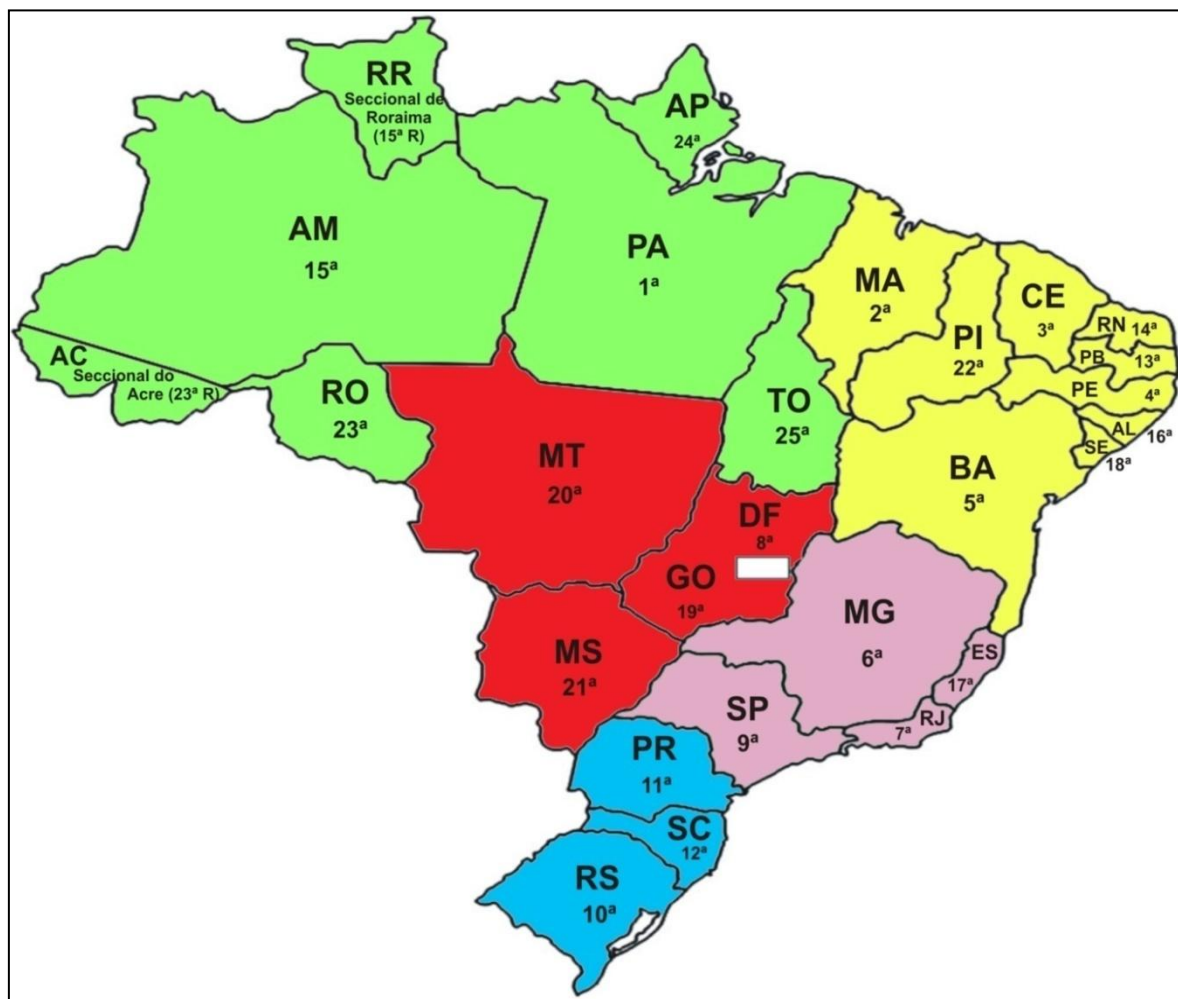


Figura 1: Mapa do Brasil dividido em Regiões/CRESS.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CFESS, 2011.

Em 2010, o Brasil possuía 95.147 Assistentes Sociais com inscrição ativa, distribuídos nas diferentes regiões, conforme quadro 1.

¹¹ Informações disponíveis em: <http://www.cfess.org.br/cfess_diretorias.php>. Acesso em: 28 de abril de 2011.

CRESS	ASSISTENTES SOCIAIS INSCRITOS	ASSISTENTES SOCIAIS ATIVOS
1ª Região – PA	5.293	2.952
2ª Região – MA	2.681	1.678
3ª Região – CE	4.974	2.720
4ª Região - PE	6.530	2.728
5ª Região – BA	8.403	4.613
6ª Região – MG	14.324	9.342
7ª Região – RJ	21.970	11.165
8ª Região – DF	3.890	1.022
9ª Região – SP	43.525	23.825
10ª Região – RS	8.147	4.900
11ª Região – PR	8.624	5.139
12ª Região – SC	5.620	3.574
13ª Região – PB	3.917	2.382
14ª Região – RN	3.399	2.175
15ª Região – AM e Seccional RR	4.205	3.116
16ª Região – AL	2.598	1.423
17ª Região – ES	4.580	2.828
18ª Região – SE	2.539	1.511
19ª Região – GO	3.587	1.959
20ª Região – MT	2.488	1.430
21ª Região – MS	2.618	1.492
22ª Região – PI	1.957	1.175
23ª Região – RO e Seccional AC	1.162	751
24ª Região – AP	690	532
25ª Região – TO	1.284	712
TOTAL	168.199	95.147

Quadro 1: Número de Assistentes Sociais inscritos ativos nos CRESS
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CFESS, 2011.

Como é possível observar, a região sudeste concentra um número significativo de Assistentes Sociais, considerando-se o número por Região, destacando-se os estados de São Paulo, com 23.825 profissionais ativos; Rio de Janeiro, com 11.165; e Minas Gerais com 9.342.

Por outro lado, na região Norte do país localizam-se os estados com menor número de Assistentes Sociais inscritos ativos do Brasil, a saber: Amapá - 532; Tocantins - 712; e Rondônia/Acre - 751.

Com a aprovação da lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, que revogou a lei 3252/57, o conjunto CFAS/CRAS passou a designar-se CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

A nova legislação assegurou à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, pois define com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social. Inova também ao reconhecer formalmente os Encontros Nacionais CFESS/CRESS como fórum máximo de deliberação da profissão (CFESS, 200-?, p.3).

Na esteira das lutas e mudanças vividas pela sociedade brasileira e, conseqüentemente, pelo Serviço Social, muitas renovações ocorreram no âmbito do CFESS e de seus instrumentos normativos: Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Política Nacional de Fiscalização; implicando numa mudança de postura das novas gestões do CFESS, que

imprimiram nova direção política às entidades, através de ações comprometidas com a democratização das relações entre o Conselho Federal e os Regionais, bem como articulação política com os movimentos sociais e com as demais entidades da categoria, e destas com os profissionais (Ibid., p. 2).

Neste contexto, destaca-se, o processo de debates conduzido pelo CFESS, a partir de 1983, com o objetivo de alterar o Código de Ética vigente desde 1975, que resultou na aprovação do Código de Ética de 1986, considerado um “divisor de águas” no interior da profissão.

Apesar do significativo avanço, em 1991 o conjunto CFESS/CRESS sinalizou a necessidade de nova revisão no Código de Ética com o intuito de torná-lo mais operacional face aos novos princípios defendidos pela categoria. Tal revisão culminou com a aprovação em 1993 do atual Código de Ética Profissional que representou um avanço em relação ao Código de 1986.

No que refere ao Código de Ética Profissional, é importante ressaltar que no curso de sua história no Brasil a profissão teve a aprovação de cinco Códigos, contando com o atual – 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993.

Quando nos referimos a um Código de Ética, estamos tratando de uma dimensão da ética profissional que remete para o caráter normativo e jurídico que regulamenta a profissão no que concerne às implicações éticas de sua ação. Indicando o *dever ser* profissional, o Código estabelece normas, deveres, direitos e proibições, representando para a sociedade, de um lado, um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população; de outro, uma forma de legitimação social da categoria profissional. Para esta, o Código representa um instrumento que determina parâmetros para o exercício profissional, por meio de sanções e normas, consubstanciando a identidade profissional frente à sociedade (PAIVA et al., 2009, p. 171, grifo da autora).

Do ponto de vista filosófico, o Código de 1947 baseava-se no humanismo tradicional, o qual não foi superado com as reformulações (parciais) ocorridas em 1965 e 1975. A superação da visão metafísica e idealista do real só ocorreu em 1986, com a aprovação do Código em que se observa a negação da neutralidade, dos pressupostos metafísicos e idealistas e do papel profissional tradicional (BARROCO, 2009).

Desde a primeira formulação do nosso Código de Ética Profissional, em 1947, até a reelaboração de 1975, permaneceram vigentes as mesmas concepções filosóficas assentadas no neotomismo, a partir das quais consagrávamos valores abstratos e metafísicos como “bem comum” e “pessoa humana”. Somente com a reformulação de 1986 essas concepções foram superadas, com a explicitação de princípios éticos historicamente situados: foram negados conceitos abstratos e indicada a urgência de objetivar os sujeitos históricos para apreender suas necessidades concretas (PAIVA et al., 2009, p. 159-160).

Assim como o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão também passou por um processo de revisão iniciado, ainda que de forma embrionária, em 1966. Em 1971, durante o IV Encontro Nacional CFESS/CRESS, a categoria discutiu o primeiro anteprojeto de uma nova lei encaminhado apenas em 1986, pelo deputado Airton Soares, por meio do PL 7669 que foi arquivado sem aprovação em função da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. Contudo, a categoria não esmoreceu, mantendo as discussões que culminaram na elaboração da versão final do Projeto de Lei, apresentado desta vez pelas deputadas Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia. Tal processo resultou na aprovação da lei 8662 em 7 de junho de 1993, após longo processo legislativo (CFESS, 200-?).

A Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, estabelece em seu Art. 1º que “É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.” Além de estabelecer a alteração das denominações de CFAS/CRAS para CFESS/CRESS (art. 6º), a referida lei aponta a natureza e as atribuições dos Conselhos Federal e Regionais, a saber:

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

- I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;
- II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;
- III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;
- V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;
- VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;
- IX - (Vetado).

[...]

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

- I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;
- II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;
- V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- VI - fixar, em assembléia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;
- VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS (CFESS, 2005a, p. 35-37).

É necessário destacar que embora tenha sede e foro no Distrito Federal, o Conselho Federal de Serviço Social tem jurisdição em todo território nacional. E, assim como os CRESS, o CFESS não mantém qualquer vínculo funcional ou hierárquico com órgãos da administração pública (CFESS, 2005d).

No que tange à composição do CFESS e dos CRESS, a Resolução CFESS nº 469/2005 estabelece que:

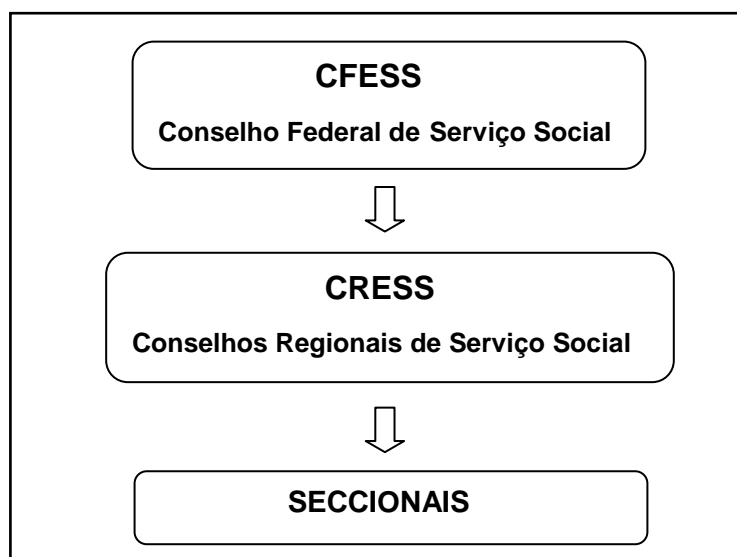
Art. 8º - O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – é composto por 09 (nove) membros efetivos: Presidente; Vice-Presidente; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoueiros e 03 (três) Membros do Conselho Fiscal e 09 (nove) membros suplentes, que serão eleitos dentre os assistentes sociais por via direta, para um mandato de 03 (três) anos, em gestão colegiada, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Eleitoral,

aprovado pelo Fórum máximo de deliberações, denominado Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Parágrafo 1º - Os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, contarão cada um com 09 (nove) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, 02 (dois) secretários, 02 (dois) tesoureiros, 03 (três) membros do Conselho Fiscal e 09 (nove) suplentes, eleitos dentre os assistentes sociais inscritos na jurisdição respectiva, por via direta, para um mandato de 03 (três) anos, de acordo com as normas estabelecidas no Código Eleitoral. (CFESS, 2005d, p. 4-5)

A estrutura do Conselho Federal de Serviço Social é composta por seis instâncias: Encontro Nacional CFESS/CRESS; Conselho Pleno; Diretoria; Conselho Fiscal; Comissão Especial; Comissões, Assessorias e Grupos de Trabalhos. Com exceção da Comissão Especial e salvas as peculiaridades, os Conselhos Regionais de Serviço Social possuem a mesma estrutura básica do CFESS (Ibid.).

No âmbito de jurisdição dos CRESS existem as Seccionais que desempenham atribuições executivas nas regiões de cada Estado. Sua diretoria é composta por 06 (seis) assistentes sociais, sendo três efetivos e três suplentes, eleitos pela categoria por um mandato de 03 (três) anos, pelo qual não auferem remuneração (CRESS, 2006).



Quadro 2: Estrutura organizativa dos Conselhos de Serviço Social no Brasil

Como vimos, a fiscalização é uma das atribuições dos Conselhos e assim como o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, a Política Nacional de Fiscalização (PNF) passou por reformulações. Instituída pela

Resolução CFESS 382 de 21 de fevereiro de 1999, a PNF passou a ser utilizada como instrumento no âmbito da fiscalização profissional em todo território nacional. Em 2007, após intenso processo de discussões nos espaços deliberativos do conjunto CFESS/CRESS, ocorreu a aprovação da Resolução CFESS 512 de 29 de setembro de 2007 que reformulou as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualizou a Política Nacional de Fiscalização (CFESS, 200-?).

2.3.2 Sindicalismo e Serviço Social no Brasil

A organização sindical da categoria dos Assistentes Sociais – marcada pelo caráter corporativista¹² – data de um período anterior a 1968, quando sua vigência foi interrompida pelo Ato Institucional n. 5 de 13/12/1968 (ABRAMIDES, 2009) que suspendeu as garantias constitucionais, mostrando uma face ainda mais repressiva da Ditadura Militar instaurada no Brasil desde 1964.

A repressão estendida aos movimentos e entidades sindicais determinou o fechamento de sindicatos de diversas categorias profissionais, dentre elas a de Assistentes Sociais. De acordo com Abramides (2009), foram desativados os sindicatos de Assistentes Sociais existentes à época (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte) e as APAS – Associações Pré-sindicais de Assistentes Sociais (São Paulo, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Paraíba, Santa Catarina e Pará).

¹² O conceito de corporativismo tem sido utilizado nas análises do papel dos interesses organizados nas democracias liberais da atualidade; refere-se ao envolvimento de sindicatos em negociações com os governos a respeito de políticas econômicas. Apontada como antítese do pluralismo, a teoria corporativista enfatizava um número limitado de organizações politicamente influentes e a tendência desses grupos a alcançar uma posição monopolista na representação de interesses dentro de categorias sociais particulares. A utilização moderna mais difundida da palavra identifica o cerne do corporativismo como sendo o papel das organizações de interesses como intermediário entre o estado e a sociedade civil. (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX, 1996, p. 140-141) Definindo de forma concisa, “o corporativismo é um processo sócio-político específico no qual organizações que representam interesses funcionais monopolistas dedicam-se ao intercâmbio político com agências do estado a respeito dos rendimentos das políticas públicas, o que envolve essas organizações em um papel que combina a representação de interesses com a implementação de políticas através da capacidade de realizar decisões, delegada pelo estado.” (Ibid., p. 143)

No final da década de 1970, diversas categorias profissionais retomaram sua organização sindical; e a partir de 1978 surgiu o “novo sindicalismo”¹³ no Brasil, o qual constitui-se num marco na história de lutas da classe trabalhadora no país e “recoloca na ordem do dia o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores, autônomos e independentes dos partidos e do patronato” (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 97).

A partir de 1977 os Assistentes Sociais reiniciaram sua organização através da reativação de entidades pré-sindicais e sindicais no país. Mas foi somente em 1978 que (re) iniciou-se, efetivamente, a organização dos Assistentes Sociais em nível nacional, tendo como marco o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado nos dias 25 e 26 de agosto. No mesmo ano ocorreu o II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, entre os dias 2 e 4 de novembro. Ambos os encontros foram sediados em Belo Horizonte (MG) (Ibid.).

Conforme Abramides e Cabral (1995, p. 120), “É o momento da rearticulação das entidades sindicais da categoria em nível nacional (1977/1978), posto que durante o período da ditadura militar elas permanecem desativadas.” Tal rearticulação pode ser percebida através do crescimento expressivo das entidades sindicais e pré-sindicais de Assistentes Sociais, que entre 1978-1979 saltou de 03 para 22 (ABRAMIDES, 2009).

Em 1979, em meio a este processo de reestruturação da organização sindical dos Assistentes Sociais no Brasil, foi criada a CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado no período de 21 a 23 de setembro em São Paulo (SP) (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

A CENEAS era composta por uma coordenação geral e por uma entidade representativa de cada uma das regiões em que se dividiu o país; e, enquanto mecanismo articulador em nível nacional, tinha a tarefa de:

¹³ O “novo sindicalismo” é um tipo de sindicalismo de massas, independente e combativo, que surge no Brasil a partir de 1978, e que tem como marco as grandes mobilizações operárias no ABC paulista em prol das reposições salariais. Este tipo de sindicalismo se contrapõe ao sindicalismo oficial, de cunho corporativista, e ao “peleguismo” característico do sindicalismo brasileiro durante a Ditadura Militar (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

coordenar e encaminhar a pesquisa sobre o salário mínimo profissional; acompanhar o processo de discussão do Plano de Classificação de Cargos (PCC) do funcionalismo público federal – justa posição dos assistentes sociais; promover encontros regionais preparatórios ao IV Encontro Nacional das Entidades Sindicais. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 128)¹⁴

Dando continuidade à mobilização pela organização sindical da categoria foram realizados o IV e V Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais¹⁵, ambos no estado de Minas Gerais. O V Encontro, que teve um caráter preparatório para o IV CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, foi coordenado pela CENEAS e diferiu dos congressos anteriores por seu conteúdo basicamente sindical (Ibid.).

No IV CBAS, os profissionais deliberaram pela realização da I ANAS – Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais – sinalizando a necessidade de criação de uma entidade sindical nacional e entendendo que a CENEAS já tinha exercido seu papel de articulação (Ibid.).

Em decorrência desta decisão, a CENEAS organizou a I Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, que aconteceu no período de 27 a 29 de outubro de 1983, em Salvador (BA). Na ocasião, houve a criação da ANAS – Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais, que representou uma evolução qualitativa na organização político-sindical da categoria.¹⁶ Tal associação possuía as seguintes tarefas políticas: “ser a direção do movimento sindical nacional dos assistentes sociais; encaminhar as lutas de forma unificada e centralizada no plano nacional; dar entrada na carta sindical de federação” (Ibid., p. 133).

De acordo com Abramides e Cabral, “A ANAS, fundada em 1983, foi criada na perspectiva de uma nova estrutura sindical que fortalece o sindicalismo de base, a

¹⁴ É importante destacar que desde o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado em 1978, tem-se a questão salarial na pauta de discussões da categoria. Nos diversos encontros, a discussão sobre piso salarial e PCC (Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Federais) mostram-se uma tônica constante.

¹⁵ O IV Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais foi realizado em 1981, em Goiás, entre os dias 13 e 15 de fevereiro. Já o V Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais aconteceu em 1982, em Belo Horizonte, do dia 4 a 6 de setembro. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995)

¹⁶ “Na I Assembléia Nacional é eleita a primeira diretoria da ANAS, que tem seu mandato por um período de dois anos, e se define, também, a estrutura básica da entidade, a saber: Direção, Conselho de Representantes e Assembléia Nacional Sindical.” (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 134)

democracia interna do movimento da categoria, rompendo com as amarras da CLT [...]” (1995, p. 134)

Neste sentido, a categoria avançou na sua trajetória de lutas com a elaboração, em 1983, do projeto de lei sobre condições de trabalho, salário e carga horária do Assistente Social. Tal projeto deu entrada no Congresso Nacional em 1984 pleiteando inicialmente dez salários mínimos por trinta horas de trabalho; após negociações, o número de salários foi rebaixado para 8,5 salários mínimos. Depois de grande mobilização da categoria e aprovação na Câmara e no Senado, com a alteração para seis salários, o projeto foi vetado pelo presidente Sarney¹⁷ (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

Em 1985, durante a realização da II Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais¹⁸ ocorreu a filiação da ANAS à CUT – Central Única dos Trabalhadores – com aprovação de 86% do plenário.

A II ANAS¹⁹ é um dos eventos mais importantes na trajetória da organização sindical da categoria, na medida em que: fortalece o seu processo de organização; elege uma diretoria em cima de uma proposta política clara, o que significa armar a ANAS²⁰ na luta política para o enfrentamento com a Nova República no conjunto da classe trabalhadora, por meio da CUT. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 137).

A tentativa de oficialização da entidade foi cerceada pela Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, cuja decisão foi ratificada pelo parecer negativo, emitido em 1986 pelo ministro do Trabalho – Sr. Almir Pazzianoto, que entendeu que a ANAS era uma associação profissional fora da CLT, não podendo, por esta razão, requerer a carta sindical (Ibid.).

¹⁷ Até os dias de hoje, não há um piso salarial para os profissionais de Serviço Social no território nacional. O SASERJ – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – vem orientando aos empregadores que o piso salarial dos assistentes sociais é o equivalente a R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), para uma carga horária de 24h semanais, sendo esta a realidade do estado do Rio de Janeiro. E, que as Empresas deverão pagar por esta equivalência. (Disponível em: <<http://www.saserj.org.br/index02.htm>>. Consulta em: 10 de abril de 2011.) No que se refere à jornada de trabalho, apenas em 2010 é que a categoria alcançou tal direito através da lei nº 12.317, de 27 de agosto, que alterou a lei de Regulamentação da Profissão (lei 8.662/93) estabelecendo a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os assistentes sociais, garantida a adequação da carga horária sem redução salarial para os profissionais em exercício quando da aprovação da lei.

¹⁸ A II Assembléia Nacional ocorreu em Diadema (SP), no período de 6 a 8 de dezembro de 1985.

¹⁹ Aqui as autoras estão se referindo à Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais.

²⁰ A sigla se refere à Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais que a partir de 1986 passou a ser chamada apenas Associação Nacional dos Assistentes Sociais.

Este episódio não esmoreceu a categoria que, diante do fato, deliberou que a ANAS, já legitimada pela categoria, era a partir de então a federação dos Assistentes Sociais e passaria a se chamar Associação Nacional dos Assistentes Sociais. Em 1987, portanto, durante a realização da III Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais²¹, a ANAS se tornou a federação dos Assistentes Sociais (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

Em 1986, a CUT, por ocasião do II CONCURT, propôs uma nova estrutura sindical caracterizada pela organização dos trabalhadores por ramo de atividade econômica em substituição aos sindicatos por categoria profissional (Ibid.).

Na IV Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, realizada em agosto de 1989, a categoria deliberou pela transição para a nova estrutura sindical e apontou para a construção da entidade única, com amplo debate no interior da categoria²². No entanto, conforme Abramides e Cabral (1995, p. 188), “[...] não se teve uma política clara que possibilitasse a passagem do sindicato de categoria para o de ramo de atividade de forma organizada.”

Neste contexto, ocorreu o esvaziamento de inúmeros sindicatos, inclusive com fechamento de alguns²³, e o distanciamento da categoria, culminando com a extinção da ANAS em 1994 durante a VI Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais realizada em Brasília (DF), nos dias 5 e 6 de setembro.

Ao cumprir a transição sindical por ramo de atividade econômica, seguindo as deliberações do II Congresso da CUT em 1986 e da resolução do congresso sindical nacional da categoria em 1987, reafirmada em 1989 e 1991²⁴, encerra-se acertadamente o ciclo de organização político-sindical dos assistentes sociais por categoria profissional (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 30).

²¹ A III Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais foi realizada em Belo Horizonte (MG), entre os dias 2 e 4 de outubro de 1987 (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

²² A decisão da categoria de assistentes sociais de aderir à nova estrutura sindical da CUT foi amplamente discutida nas Assembléias Nacionais Sindicais da ANAS em 1987/1989/1991 e 1994 (ABRAMIDES, 2009).

²³ “O sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro foi o primeiro sindicato a fechar em janeiro de 1990, como resultado de baixa mobilização da categoria. O referido sindicato foi reativado em maio de 1995, após a VI ANAS” (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 205).

²⁴ Ao que tudo indica, este foi o ano em que a V Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais foi realizada. Não dispomos de maiores informações sobre tal assembléia, pois o período em que ela acontece não é estudado por Abramides e Cabral, autoras cuja obra “O NOVO SINDICALISMO E O SERVIÇO SOCIAL – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988” norteou nossa contextualização histórica do sindicalismo da categoria de Assistentes Sociais no Brasil.

Embora diversas categorias profissionais (arquitetos, psicólogos, enfermeiros, médicos e engenheiros) tenham deliberado pela extinção dos sindicatos de categorias e suas federações, e conseqüente adesão ao novo modelo de organização sindical proposto pela CUT, isso não ocorreu na prática. “[...] as únicas entidades sindicais de categoria profissional que se extinguiram foram as entidades sindicais dos assistentes sociais – a Anas como legítima federação dos assistentes sociais, autônoma e independente do Estado, e 23 dos 28 sindicatos existentes em 1994, e todos eles filiados à CUT”²⁵ (ABRAMIDES, 2009, p.100).

Diante do avanço da ofensiva neoliberal no Brasil e das mudanças acarretadas pela reestruturação produtiva, teve-se o arrefecimento do movimento sindical brasileiro, cuja transitoriedade para a organização por ramos de atividade econômica permanece inconclusa (Ibid.).

Tangenciar o processo de *transitoriedade* da organização sindical dos assistentes sociais no âmbito estadual e nacional abrange o período de 1989 a 1994. Pode-se afirmar que o mesmo é marcado por um conjunto de contradições no interior do próprio *novo sindicalismo*, que se metamorfoseia em um *sindicalismo “da ordem”*, funcional a toda reorganização do capital, posto que subordinado à supremacia da democracia formal do Estado burguês (ABRAMIDES, 2009, p. 104, grifos da autora).

Face à conjuntura, os sindicatos de Assistentes Sociais que não se extinguiram, embora as dificuldades fossem inúmeras, reativaram a organização sindical através da criação da FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais (NASCIMENTO et al., 2010).

A criação da FENAS²⁶ ocorreu em novembro de 2000, na cidade do Rio de Janeiro, quando foi realizada a I Assembléia Sindical Pró-Federação dos Assistentes Sociais, que teve como pauta a trajetória sindical dos assistentes sociais e os caminhos do sindicalismo brasileiro; fazendo ressurgir a discussão sobre a modalidade de organização sindical no âmbito do Serviço Social.

²⁵ Os sindicatos que continuaram a atuar foram: Ceará, Alagoas, Porto Alegre, Pelotas (RS) e Rio de Janeiro (que permaneceu inativo entre janeiro de 1990 e maio de 1995). (RAMOS, 2006)

²⁶ Sobre a criação da FENAS, Ramos (2006, p. 164) afirma que “[...] diferentemente das outras entidades de caráter nacional, no campo do Serviço Social, seu processo de criação não foi produto de um intenso debate no interior da categoria profissional. [...] A ausência desse debate coletivo, aliada às divergências com a direção política da Fenas, gerou uma falta de legitimidade dessa entidade entre expressivos segmentos profissionais e demais entidades representativas.”

Ao final da referida assembléia,

[...] os delegados sindicais deliberaram pela criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais / FENAS, entendendo que só uma entidade nacional sindical tem legitimidade para retomar o debate da organização sindical da categoria em todos os estados e promover a inserção dos profissionais nos sindicatos da categoria e/ou nos sindicatos de ramo de atividade (DALLARUVERA, 2003, p. 7).

Se por um lado, tal movimento se mostra favorável à luta pelos interesses da categoria; por outro, pode representar um retrocesso do movimento geral dos trabalhadores diante do quadro de precarização do mundo do trabalho evidenciado pelo neocorporativismo²⁷, além de contrariar a deliberação coletiva de filiação por ramo de produção e colaborar para o enfraquecimento da luta unificada da classe trabalhadora (NASCIMENTO et al., 2010).

De acordo com Ramos e Santos (2008, p. 54),

O debate sobre esta questão existente no interior da profissão continua polarizando dois campos divergentes: um aglutina parte da categoria, que, em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como com a proposta da nova estruturação sindical, pela quebra do corporativismo e unificação das lutas do conjunto dos(as) trabalhadores(as), defende a sindicalização por ramo de atividade; o outro não defende isso nessa conjuntura, mantendo em funcionamento uma entidade sindical nacional da categoria que investe na reabertura dos sindicatos de assistentes sociais, sob a alegação de que os ramos não foram estruturas consolidadas e, portanto, os sindicatos profissionais devem continuar dando prosseguimento às lutas da categoria, o que representa um retrocesso político diante da superação histórica construída pelo sindicalismo de massas.

A FENAS possui onze sindicatos filiados, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Sul, Ceará, Caxias do Sul, Belém, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Paraná. Além disso, há nove sindicatos em processo de reabertura: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo e Brasília.²⁸

²⁷ A nova postura sindical instaurada no Brasil a partir dos anos 90, de caráter neocorporativista, se caracteriza por uma mudança de postura, em que passa-se a privilegiar a negociação ou a “cooperação conflitiva” em detrimento do confronto. (ALVES, Giovanni. Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI. **Outubro** (São Paulo), São Paulo, v. 2, n. 5, p. 47-58, 2001. – Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_o4.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2011.)

²⁸ Informação disponível em: <<http://www.saserj.org.br/index02.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

A atual tendência de reabertura de sindicatos profissionais é preocupante, “pois representa a afirmação de uma perspectiva que aparentemente se mostra progressista, mas em essência é reacionária [...] reforçando práticas isoladas do conjunto das lutas das classes trabalhadoras” (RAMOS E SANTOS, 2008, p. 56-57).

Face ao exposto, destacamos que nossa intenção neste trabalho não é acirrar o debate instaurado no interior da categoria acerca da reativação dos sindicatos por categoria, mas apresentar as posições colocadas por alguns autores que se dedicam a tal discussão. Sinalizamos, contudo, que “[...] um dos principais desafios postos ao conjunto das entidades da categoria é a retomada da discussão sobre a inserção dos(as) profissionais na luta sindical [...]” (Ibid., p. 57).

Destarte, acreditamos que tal debate, em pauta no interior da categoria dos Assistentes Sociais, merece atenção especial a fim de que a nossa trajetória de lutas e conquistas prossiga, ainda que com outros contornos e novas nuances.

2.3.3 Formação Profissional do Assistente Social no Brasil

2.3.3.1 O protagonismo da ABEPSS no processo de reforma curricular

A questão da formação profissional do Assistente Social constitui-se num objeto de análise para todos os personagens e instituições no âmbito do Serviço Social ao longo de sua trajetória histórica. Tal formação busca estar sempre em consonância com as necessidades e condições da sociedade brasileira, a fim de preparar o Assistente Social para lidar em sua prática com as expressões da questão social, objeto do Serviço Social.

Enquanto profissional inserido no rol das profissões liberais, o Assistente Social é submetido a um longo período de formação de nível superior – que envolve as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, e ao final do qual obtém o diploma de bacharel em Serviço Social – devendo, em seguida, registrar-se no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Após este processo e tendo conquistado tais

credenciais necessárias ao *status* de profissional, o Assistente Social está apto a atuar.

Assim como as demais dimensões existentes no Serviço Social, o aspecto da formação possui uma longa trajetória de discussões e aprimoramentos, visando imprimir maior qualidade e contemporaneidade aos Cursos existentes desde a instalação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em 1936.

Neste contexto, destaca-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Criada em 1946 e transformada em 1979, por ocasião da XXI Convenção, na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, a ABESS assumiu a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional.

Atendendo às demandas potencializadas pelo surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972, foi criada na década de 1980 o CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. A partir deste momento, a ABESS/CEDEPSS, enquanto entidade representativa das unidades de ensino, assumiu o papel de conduzir o processo de revisão curricular engendrada desde o final da década de 1970.

Amplamente discutida na Convenção de 1979 a proposta de currículo mínimo da ABESS foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação, tendo sido aprovada em 1982²⁹, e implementada pelas unidades de ensino a partir de meados da década de 1980. Tal currículo, que teve como referencial a pesquisa sobre formação profissional realizada pela ABESS, representou um avanço no processo de renovação da formação profissional no período de 1976 a 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1996).

De acordo com lamamoto (1998, p. 103),

Os desdobramentos da implementação do currículo pleno alteraram substancialmente o debate no campo da história, teoria e método no Serviço Social, assim como permitiram avançar na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais.

No entanto, a necessidade de revisão do Currículo Mínimo de 1982 tornou-se latente no interior da profissão face às transformações societárias desencadeadas

²⁹ Parecer CFE nº 412, de 04/08/1982 e Resolução nº 6, de 23/09/1982.

pelo processo de transição democrática e, conseqüente, emersão de um novo perfil acadêmico-profissional. Deu-se início, assim, a um processo de mobilização e discussão acerca da formação profissional do Assistente Social que envolveu a realização de inúmeras oficinas locais (200), regionais (25) e nacionais (02) – realizadas entre 1994 e 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1997).

Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a ABESS promoveu e coordenou, com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS –, órgão acadêmico que articula a pós-graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino de Serviço Social no País. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da entidade nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS –, bem como dos estudantes, através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 58).

Em dezembro de 1995 teve-se a elaboração e aprovação na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, da “Proposta básica para o projeto de formação profissional”, a qual, após a realização de oficinas com a assessoria de um grupo de consultores (em 1996), resultou num segundo documento intitulado “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate” (Ibid.).

Tal processo culminou na elaboração da “Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social”, apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em assembléia geral da ABESS, ambas realizadas em novembro de 1996, no Rio de Janeiro. A referida proposta, caracterizada como Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social a partir da exigência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394 aprovada em 20 de dezembro de 1996), foi encaminhada pela ABESS para apreciação do Conselho Nacional de Educação do MEC em 1996 e aprimorada pela Comissão de Especialistas em documento de 1999 (ABESS/CEDEPSS, 1997; ABEPSS, 200-?).

Em 1998, por deliberação da Assembléia Geral realizada no dia 10/12/1998 a ABESS passa a ser denominada ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, tendo por finalidades, conforme o art. 2º do Estatuto da ABEPSS:

I - propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a

graduação com a pós-graduação;

II - fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais.

III - contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias.

IV - propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação.

V – estimular intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais entre as Unidades de Formação Acadêmica, grupos de pesquisa, pesquisadores, entidades representativas da categoria dos assistentes sociais;

VI - promover articulação entre associações acadêmicas e científicas congêneres;

VII - apoiar iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no país;

VIII - acompanhar o processo de autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação;

IX - fomentar e estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa nas universidades e/ou outras instituições voltadas para a pesquisa;

X- estimular a publicação da produção acadêmica na área de Serviço Social e assegurar a publicação semestral da Revista Temporalis como revista nacional da ABEPSS;

XI - divulgar cadastro de pesquisadores em Serviço Social;

XII - promover eventos acadêmico-científicos na área do Serviço Social;

XIII - manter atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social nos órgãos de fomento à pesquisa adequando-as aos eixos temáticos de orientação acadêmico-científica definidos no âmbito da ABEPSS;

XIV - representar e defender os interesses da área de Serviço Social, nas agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão;

XV- fortalecer a concepção de ensino de graduação presencial, denso, crítico, laico e numa perspectiva de totalidade (ABEPSS, 2008, p. 1 - 3).

Vale ressaltar que compete à ABEPSS o acompanhamento da implantação das Diretrizes Curriculares no âmbito nacional, já que cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu currículo pleno a partir de tais diretrizes, que estabelecem uma base comum para os cursos de graduação em Serviço Social.

2.3.3.2 Das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social

As Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS têm como pressuposto central “a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais [...], assegurando elevados

padrões de qualidade na formação do Assistente Social.” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63).

As Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABEPSS em 1996 e referendadas pela Comissão de Especialistas em 1999, foram homologadas em 2001 – Parecer CNE/CES 492/2001; Parecer CNE/CES 1.363/2001 – e regulamentadas através da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 (CRESS, 2005e). A Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007³⁰, a mais recente encontrada, assim como as demais publicações, está disponível para consulta no site da ABEPSS³¹.

Nas Diretrizes são estabelecidos o perfil do bacharel em Serviço Social; as competências e habilidades; os princípios da formação profissional; a nova lógica curricular (1. Tópicos de estudo; 2. Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso); atividades complementares; duração do curso; e recomendações.

A proposta curricular estrutura-se a partir de três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Tais núcleos “são *níveis distintos e complementares de conhecimentos* necessários à atuação profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 73, grifo da autora).

Outro aspecto presente nas Diretrizes Curriculares refere-se às matérias, tidas como áreas de conhecimento inerentes à formação profissional, que se expressam em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. Ao considerar-se tais componentes curriculares enquanto mecanismos de formação profissional, demonstra-se, segundo lamamoto (2007, p. 73, grifo da autora), que:

Busca-se ultrapassar assim uma visão tradicional do currículo centrado exclusivamente *em disciplinas*, valorizando a participação do estudante na dinâmica da vida universitária. São múltiplos, portanto, os recursos para trabalhar os conteúdos temáticos das várias áreas de conhecimento.

³⁰ Nesta resolução observa-se a alteração da carga horária mínima para o Curso de Serviço Social de 2.700 para 3.000 horas.

³¹ Site da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: www.abepss.org.br.

Merece destaque, ainda, as matérias previstas nas Diretrizes Curriculares, são elas: *Sociologia; Ciência Política; Economia Política; Filosofia; Psicologia; Antropologia; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Direito; Política Social; Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social; Processo de trabalho no Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional.*

Uma inovação trazida pela nova proposta curricular diz respeito à matéria *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social*, que integra conteúdos trabalhados até então separadamente. Em conjunto com *Processo de trabalho no Serviço Social* a referida matéria condensa a essência da discussão acerca do exercício profissional. Associadas a estas matérias e complementando-as, encontram-se *Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; e Política Social* (IAMAMOTO, 2007).

Outra matéria que merece destaque é *Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais*, cujo objetivo é discutir a questão social na atualidade em suas diversas expressões, “envolvendo as desigualdades presentes nas relações de classes matizadas pelas relações de gênero, etnia e raça, que conformam a constituição dos sujeitos sociais, em suas condições de vida materiais e subjetivas, interferindo na construção de suas identidades” (Ibid., p. 74).

O Estágio Supervisionado, que objetiva capacitar o formando para o exercício profissional a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, devendo ter duração mínima de 15% sobre as 2700 horas previstas para o curso de Serviço Social; e o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), considerado um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional, mantêm-se como atividades imprescindíveis ao currículo.

Quanto às atividades complementares – monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, estas devem corresponder a até 5% da carga horária total do currículo pleno.

Não pretendemos esgotar tal discussão neste espaço, no entanto, destacamos que, ao consultarmos os documentos referentes às Diretrizes

Curriculares para o Curso de Serviço Social, observamos supressões e mudanças em relação à proposta original da ABEPSS. Um exemplo disso é a supressão dos princípios e conteúdos fundamentais, sobretudo no que se refere a direção social e ético-política do perfil profissional definidos coletivamente pela categoria de Assistentes Sociais, no documento aprovado em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, que regula as Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 200-?).

2.3.3.3 Desafios à formação profissional na atual conjuntura

A preocupação com a garantia da qualidade e contemporaneidade no processo de formação profissional dos Assistentes Sociais sempre foi, e continua sendo, uma constante no âmbito do Serviço Social no Brasil.

Segundo Iamamoto (2007), é preciso que a formação profissional do Assistente Social esteja em sintonia com os novos tempos e com o mercado de trabalho, pois, como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, sua reprodução está atrelada à sua utilidade social. Contudo, não basta confirmar sua necessidade; os Assistentes Sociais devem ser capacitados para responder de forma crítica e criativa aos desafios e demandas apresentados.

Os desafios colocados à profissão intensificam-se na atualidade face à expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, sobretudo na modalidade à distância, baseado na produção massificada e com conteúdos banalizados que destoam daqueles previstos nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 200-?).

Associado ao ensino à distância (EAD), há o sucateamento das instituições públicas de ensino e o aumento dos cursos privados que, seguindo à lógica neoliberal e sob o discurso de democratização do acesso ao ensino superior, transformam a educação em mercadoria e criam um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada, com dificuldades de competir no mercado de trabalho (Ibid.).

Face aos desafios apontados, a ABEPSS em parceria com as Instituições da categoria vêm empreendendo esforços no sentido de garantir uma formação profissional qualificada, em consonância com as Diretrizes Curriculares e o projeto ético-político do Serviço Social. Neste sentido, algumas iniciativas têm sido engendradas, dentre as quais destacam-se: a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), a implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior (ABEPSS, 200-?).

Muitos são os entraves e obstáculos a serem transpostos pela categoria a fim de que possamos vislumbrar a atuação de profissionais verdadeiramente qualificados e aptos à exercerem com ética suas atribuições, colocando em prática as competências apreendidas em seu processo de formação acadêmica.

3 O PROCESSO INVESTIGATIVO

“Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.”

(Maria Cecília de S. Minayo)

3.1 MÉTODOS E ETAPAS DA PESQUISA

O tema proposto foi abordado através da interação entre os métodos qualitativo e quantitativo, pois utilizamos elementos característicos de ambos, combinando-os a fim de atingir os objetivos da pesquisa. A combinação de métodos neste estudo levou em conta que “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2002, p. 22).

Quanto ao tipo, a pesquisa pode ser considerada descritiva, pois tem como objetivo descrever o processo de profissionalização e histórico do Serviço Social, além de identificar as características de um determinado grupo de Assistentes Sociais que atuam em Campos dos Goytacazes, estabelecendo possíveis relações entre variáveis e com outros estudos.

As pesquisas descritivas, assim como as exploratórias, são habitualmente realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 1994). Destacam-se os estudos que tem o objetivo pesquisar as características de um grupo, tais como: faixa etária, sexo, nível de formação, crenças, opiniões, entre outras.

Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica na literatura existente sobre o assunto buscando fundamentar a discussão a partir das seguintes

categorias: profissão; profissionalização; perfil profissional; formação e inserção profissional; legislação e prática profissional; credenciais; e Serviço Social. Além disso, realizamos pesquisa documental.

Em seguida, realizamos a pesquisa de campo objetivando responder a dois objetivos específicos: reconstituir a trajetória histórica da profissão e identificar o perfil profissional dos Assistentes Sociais que atuam no município de Campos dos Goytacazes.

A reconstituição da trajetória histórica da profissão no município se deu a partir do levantamento de informações acerca dos marcos históricos das instituições credenciadoras dos Assistentes Sociais na região, sob o ponto de vista da Sociologia das Profissões: a UFF-Campos e a Seccional de Campos do CRESS/RJ (7ª Região).

A escolha destas instituições deveu-se ao fato de considerarmos que o acesso à profissão se dá a partir de uma longa formação acadêmica, com vistas à aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, e da conquista das credenciais necessárias ao exercício profissional – diploma e registro profissional – concedidos, no município de Campos dos Goytacazes e Região, prioritariamente, pelas referidas instituições.

Quanto à identificação do perfil dos Assistentes Sociais que atuam no município de Campos dos Goytacazes, optamos por realizar abordagens com profissionais de diversas áreas de atuação, a fim de conhecer as especificidades da prática profissional do Assistente Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais; apresentando os dados, sobretudo, por meio de gráficos e tabelas.

É importante destacar que o estudo e as análises sobre o perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes tomaram por base o estudo sobre o perfil nacional dos Assistentes Sociais, publicado pelo CFESS em 2005, com o intuito de verificar em que medida as características nacionais se aplicavam ou não à realidade do referido município. Além disso, buscamos examinar, a partir dos apontamentos teóricos da sociologia das profissões, se os elementos inerentes às profissões são aplicados ao Serviço Social, estabelecendo possíveis relações.

3.2 COLETA DE DADOS

3.2.1 Técnicas de Coleta de Dados

O levantamento dos dados utilizados nesta pesquisa se deu a partir da utilização de diversas técnicas: entrevistas estruturadas e semi-estruturadas – ambas individuais; história de vida (tópica); coleta documental.

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário (ou formulário) totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas (MARCONI E LAKATOS, 1999). O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não nas perguntas (LODI, 1998).

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

O tipo de entrevista pode variar, ainda, entre individual (ou de profundidade) e em grupo (ou grupo focal). Isso vai depender das condições de tempo e dos objetivos que se pretende atingir com a entrevista.

Em relação à história de vida, esta técnica é utilizada com a finalidade de retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações com o intuito de identificar reflexos da dimensão coletiva a partir da visão individual. Existem dois tipos de história de vida: a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (MINAYO, 1993) (BONI E QUARESMA, 2005).

Quanto à coleta documental, trata-se de uma técnica de coleta de dados a partir de fontes primárias, isto é, análise de documentos para posterior elaboração de informações.

3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Foram empregados os seguintes instrumentos de coleta de dados: Formulário e Roteiro de Entrevista ou Tópico Guia (GASKELL, 2002).

O formulário utilizado continha perguntas fechadas – apresentam opções de respostas fechadas, devendo o entrevistado selecionar uma ou mais alternativas, conforme a pergunta demandar e/ou permitir; e abertas – não apresentam opções pré-fixadas de respostas, dando ao entrevistado ampla liberdade para respondê-las.

Além disso, vale ressaltar que o formulário é um instrumento de coleta de dados semelhante ao questionário; o que os difere é o fato do primeiro ser preenchido pelo pesquisador durante a abordagem/entrevista, enquanto o segundo é preenchido pelo próprio participante da pesquisa sem a necessidade da presença do pesquisador.

Quanto ao roteiro de entrevistas ou tópico guia, consiste num instrumento planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. Não é uma série extensa de perguntas específicas, mas um conjunto de títulos de parágrafos que funciona como um esquema preliminar para a análise das transcrições, devendo ser flexível (GASKELL, 2002).

3.3 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A pesquisa de campo se dividiu em dois momentos distintos a fim de reconstituir a trajetória histórica da profissão do Assistente Social em Campos dos Goytacazes – RJ e traçar e analisar o perfil profissional dos Assistentes Sociais que atuam no referido município.

Entendendo que a trajetória histórica da profissão perpassa a história das principais instituições credenciadoras de Assistentes Sociais no município e região – UFF - Campos e Seccional de Campos do CRESS 7ª Região – empreendemos, num primeiro momento, esforços no sentido de identificar e reconstituir os principais momentos da história destas instituições.

No que se refere à UFF-Campos, realizamos uma entrevista com a Assistente Social Conceição de Maria Costa Muniz³² (profissional pioneira no município e participante da criação da Escola de Serviço Social em Campos) – utilizando a técnica de história de vida. Ressalte-se que a entrevista foi filmada a fim de possibilitar maior interação entre entrevistador e entrevistado, além de permitir maior fidedignidade e riqueza de informações.

Em seguida, buscamos junto à Universidade materiais e documentos que nos permitissem conhecer a história da instituição, identificando os marcos de sua trajetória. Realizamos, ainda, uma entrevista semi-estruturada com a Professora Leda Regina Barros Silva (ex-diretora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / UFF-Campos) a fim de compreender melhor o processo de expansão do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da UFF, e pesquisa nos sites da Universidade Federal Fluminense e do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes.

O levantamento de informações sobre o histórico da Seccional de Campos do CRESS 7ª Região, se deu a partir de pesquisa documental junto aos periódicos do CRESS/RJ, digitalizados e disponibilizados em DVD à categoria profissional, e dos registros dos livros de atas e posses da Seccional. Além disso, foram-nos fornecidos alguns dados pelo CRESS e Seccional de Campos.

Com o intuito de obter informações acerca da Profissão de Serviço Social a nível nacional, realizamos contato via e-mail com o CFESS e via telefone e e-mail com alguns CRESS, tendo obtido os dados solicitamos.

Num segundo momento, dedicamo-nos ao levantamento do perfil profissional dos Assistentes Sociais que atuam em Campos dos Goytacazes, através da realização de entrevistas estruturadas com utilização de um formulário.

Assim, entrevistamos 50 (cinquenta) Assistentes Sociais de diversas áreas de atuação – Assistência Social, Educação, Jurídica, Previdência, Saúde, Sócio-jurídica – de 23 de novembro de 2010 a 07 de janeiro de 2011.

³² Esta entrevista foi filmada em 25/06/09, na Casa de Cultura Vila Maria – Campos dos Goytacazes / RJ.

As entrevistas foram realizadas nas instituições onde os Assistentes Sociais atuam, tendo sido, em geral, agendadas previamente por telefone ou e-mail, a partir de contatos pessoais e profissionais bem como dos contatos fornecidos pelos Assistentes Sociais participantes da pesquisa. Em alguns casos, porém, ao visitarmos determinadas instituições para realização de entrevista pré-agendada, nos deparávamos com outros Assistentes Sociais da instituição que gentilmente aceitavam participar da pesquisa, sem agendamento prévio.

É importante destacar que, em se tratando de uma investigação com sujeitos humanos, tivemos todo cuidado ético necessário, sobretudo, no que se refere ao consentimento informado e à proteção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 77), há alguns princípios que devem orientar a investigação:

- 1) As identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhes qualquer transtorno ou prejuízo. O anonimato deve contemplar não só o material escrito, mas também os relatos verbais [...]. O investigador não deve revelar a terceiros as informações sobre seus sujeitos [...].
- 2) Os sujeitos devem ser tratados respeitosamente e de modo a obter a sua cooperação na investigação. [...] os sujeitos devem ser informados sobre os objetivos da investigação e o seu consentimento obtido. [...]
- 3) Ao negociar a autorização para efetuar um estudo, o investigador deve ser claro e explícito com todos os intervenientes relativamente aos termos do acordo e deve respeitá-lo até a conclusão do estudo. [...]

Neste sentido, as entrevistas foram iniciadas com esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e solicitação de preenchimento, pelo Assistente Social, do termo de consentimento, a fim de que as informações fornecidas pudessem ser publicizadas em nossa dissertação, com garantia do anonimato.

A duração das entrevistas variou, em média, de 40 a 60 minutos, com algumas exceções. Foram utilizados formulários compostos por 58 (cinquenta e oito) perguntas abertas e fechadas, sendo o referido instrumento preenchido pelo pesquisador durante a entrevista. O formulário, identificado apenas com número, foi submetido, previamente, a um pré-teste, com o intuito de identificar possíveis erros e possibilitar a realização dos ajustes necessários no referido instrumento de coleta de dados.

3.4 SELEÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

A seleção dos profissionais a serem entrevistados para a identificação do perfil profissional estava prevista para ser feita por meio da técnica de amostragem probabilística aleatória simples, na qual os participantes da amostra possuem igual (e diferente de zero) probabilidade de serem selecionados, sendo escolhidos aleatoriamente. Para tanto, solicitamos à Seccional de Campos do CRESS/ RJ - 7ª Região uma listagem dos profissionais registrados no Conselho que atuam no município, a partir da qual selecionaríamos os Assistentes Sociais a serem entrevistados.

Tal listagem, contudo, não nos foi fornecida por se tratar de dados sigilosos, conforme o CRESS – que sugeriu outras possibilidades de contato com os profissionais que não foram consideradas adequadas/pertinentes ao estudo; implicando na substituição da técnica de amostragem mencionada pela associação de duas técnicas de amostragem não probabilísticas – neste tipo de amostragem as amostras não seguem regras de probabilidade para se definir os participantes da pesquisa, implicando no fato de que nem todos têm a mesma probabilidade de ser escolhidos: proposital – na qual os selecionados parecem atender aos objetivos da pesquisa; e bola de neve – na qual uma pessoa pesquisada indica outros participantes e assim sucessivamente.

Desta forma, nos dirigíamos a determinadas instituições – em algumas vezes tendo feito contatos prévios, em função de conhecimentos pessoais e profissionais, e em outras não – nas quais sabíamos que existiam Assistentes Sociais, realizávamos uma abordagem apresentando a pesquisa e com o consentimento do profissional realizávamos a entrevista. Ao final, solicitávamos que nos indicasse outros possíveis participantes da pesquisa. Assim, conseguimos a adesão de inúmeros Assistentes Sociais que, gentilmente, disponibilizaram-se em participar da pesquisa.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados foi realizada em diferentes etapas: transcrição das entrevistas; organização das informações; análise do conteúdo das entrevistas; tabulação e análise dos dados do formulário; análise dos documentos.

No que se refere à análise de conteúdos, Gomes (2002) afirma que esta técnica surgiu nos Estados Unidos no início do século XX e possui duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões; descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos.

Já a tabulação, consiste na disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade de verificação das inter-relações entre eles. Na pesquisa em questão, a tabulação dos dados e posterior criação das tabelas e gráficos foram feitas com o auxílio dos programas *Word* e *Excel*.

Também nesta etapa da pesquisa, a preocupação ética esteve presente, pois, tivemos o cuidado de ser fidedignos no momento de escrever e analisar os resultados. Conforme BOGDAN e BIKLEN (1994, p. 77), “A característica mais importante de um investigador deve ser a sua devoção e fidelidade aos dados que obtém. Confeccionar ou distorcer dados constitui o pecado mortal de um cientista”.

3.6 LIMITES E POSSIBILIDADES DA PESQUISA

A pesquisa nos permitiu conhecer melhor a profissão no município de Campos dos Goytacazes, além de ter possibilitado aos Assistentes Sociais refletirem acerca da profissão, com ênfase no seu processo de formação, inserção e prática profissional; permitindo-lhes pensar acerca de questões como autonomia e corporativismo. Foi possível perceber, ainda, boa receptividade por parte dos Assistentes Sociais, os quais salientaram interesse nos resultados da pesquisa.

Conciliar várias entrevistas num mesmo dia, quase sempre em locais diferentes foi uma das dificuldades encontradas no percurso da pesquisa. Associado a isto, tem-se as questões relacionadas ao deslocamento, ao tempo de espera para realização de algumas entrevistas e constante interrupção de outras, já que as

entrevistas foram realizadas nos respectivos locais de trabalho dos Assistentes Sociais; além disso, é preciso destacar a longa duração de diversas entrevistas, em função não só do significativo número de questões – 58 (cinquenta e oito), como do envolvimento dos profissionais com as mesmas.

Outra dificuldade encontrada está relacionada ao acesso a informações e documentos. A demora na disponibilização de informações (e a não disponibilização em alguns casos) foi um fator que contribuiu para o atraso no cronograma da pesquisa, pois, diante dos obstáculos, éramos obrigados a interromper o processo, pensar em outra forma de conduzir a pesquisa sem comprometer os seus objetivos.

Em geral, as instituições não possuíam os dados prontos, sendo necessário em alguns casos aguardarmos, e em outros, recorrermos a documentos – para obtenção de informações, sobretudo, históricas – que não podiam ser retirados do local e deviam ser manuseados apenas com o acompanhamento de algum responsável pela instituição, o que implicava na conciliação de horários para a realização da pesquisa.

No entanto, apesar de todos os entraves encontrados, acreditamos que os objetivos da pesquisa foram alcançados com êxito e acima de tudo com compromisso ético e profissional; abrindo precedentes para aprofundamentos de questões ou realização novas investigações acerca da profissão não só no município de Campos dos Goytacazes como em outros locais.

4 MARCOS DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.

*“Sonho que se sonha só; é só um sonho que se sonha só.
Mas sonho que se sonha junto é realidade.”*

(Raul Seixas)

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.

O município de Campos dos Goytacazes está situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Seu território compreende uma área de 4.026,712 Km² (IBGE, 2010), sendo, por isso, considerado o maior município fluminense (TCE-RJ, 2010).

O Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE revelou que Campos dos Goytacazes possui uma população de 463.731 habitantes, dos quais 223.259 são homens e 240.472 são mulheres; e uma densidade demográfica de 115,16 habitantes por Km².



Figura 2: Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Destaque: Município de Campos dos Goytacazes.
Fonte: Elaboração Própria.

A região onde está situado o atual município de Campos dos Goytacazes era habitada por índios goitacás, considerados arredios e selvagens pelos portugueses, pois se recusaram a aceitar a colonização e dominação dos europeus.

Palco de violentos conflitos pela posse de terra, a região teve seu processo de colonização iniciado no século XVII. Em 29 de maio de 1677 a área foi emancipada e instalada a Vila de São Salvador (TCE – RJ, 2007).

Em 28 de março de 1835, a Vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Campos, através da lei municipal nº 62. Posteriormente, a cidade teve seu nome modificado para Campos dos Goytacazes, denominação atual, por força da lei municipal nº 559, de 16-10-1986 e homologado por força da lei estadual nº 1371, de 24-10-1988 (IBGE, s.d.).

Durante o século XVII, a pecuária destacou-se como principal atividade econômica, a qual atendia ao mercado do Rio de Janeiro (Ibid.). Enquanto que a partir do século XVIII a atividade açucareira consolidou-se, com intenso uso de mão-de-obra escrava; expandindo-se, no século XIX, inicialmente, com os engenhos e, posteriormente, com as usinas de cana-de-açúcar.

A produção de açúcar na região sofreu oscilações de produtividade durante o século XIX. Houve modernização de algumas unidades, nas décadas de 70 e 80, graças ao apoio dado pelo governo através do Proálcool (Programa Nacional do Álcool); contudo, com o fim dos incentivos, muitas usinas fecharam, desencadeando o empobrecimento da economia da região, na década de 90 (SEMENSATO, 2010).

Segundo Faria (2003 apud OLIVEIRA, 2009), a posição estratégica de Campos facilitou o escoamento da produção agropecuária para os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Outrossim, a existência de um complexo sistema viário aquático permitiu a consolidação da referida cidade como principal centro econômico da região Norte Fluminense.

Atualmente, a exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos constitui-se num dos principais empreendimentos econômicos na região. Tal atividade colabora expressivamente, através dos *royalties*, na composição da receita do município de Campos dos Goytacazes.

A descoberta de petróleo e gás natural na plataforma continental da bacia de Campos tem propiciado o aumento significativo da receita municipal nos últimos anos, por meio do recebimento de *royalties* excedentes e participações especiais. (TCE – RJ, 2010, p. 4)

O município vem se destacando, ainda, no âmbito da formação profissional, já que a partir do final do século XX, tornou-se um pólo universitário, concentrando inúmeras Instituições de Ensino, que são atraídas, sobretudo, pela necessidade de qualificação da população de Campos e municípios circunvizinhos, face aos grandes empreendimentos econômicos instalados na região; com destaque para o Pólo Petroquímico em Macaé e, recentemente, o Porto do Açú, em São João da Barra.

Dentre as Instituições de Ensino presentes na cidade de Campos dos Goytacazes destacamos: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Universidade Cândido Mendes (UCAM), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Direito de Campos (FDC), Faculdade de Medicina de Campos (FMC), Faculdade de Odontologia de Campos (FOC), Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC).³³

Entendemos, a partir do arcabouço teórico da Sociologia das Profissões, que as Instituições de Ensino, sobretudo faculdades e universidades, são responsáveis, juntamente com os Conselhos Profissionais, pelo credenciamento dos profissionais; pois sem o diploma e o registro profissional no respectivo Conselho o profissional não pode exercer suas atividades profissionais.

Neste sentido, apresentaremos, nos itens seguintes, os marcos da trajetória histórica da Seccional de Campos dos Goytacazes do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região (RJ) e do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense – Instituição Pública de Ensino pioneira na região, que durante décadas vem oferecendo o Curso de Serviço Social – considerando-as enquanto instituições credenciadoras no âmbito do Serviço Social, no município de Campos e Região. A partir do histórico destas instituições, acreditamos evidenciar a própria história da profissão de Serviço Social no Município.

³³ Tais instituições foram aqui destacadas em função de sua trajetória histórica no âmbito do ensino superior em Campos dos Goytacazes – RJ.

4.2 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS – UFF.

A criação da Escola de Serviço Social em Campos está cercada de controvérsias, já que existem duas versões distintas para o surgimento da mesma. Uma versão afirma que a Escola surgiu em 1962, integrada à estrutura acadêmica e administrativa da UFF; a outra, contada por docentes que estiveram presentes na origem da Escola, garante que ela foi criada em 1959/1960, como unidade isolada e autônoma, tendo sido incorporada à UFF e federalizada em 1962 (UFF, 200-?).

Há, contudo, um ponto de convergência entre ambas as versões: a motivação para a criação da Escola de Serviço Social em Campos; a qual se deu em decorrência da pressão de setores da sociedade local que visavam a capacitação de profissionais para atuarem nas Escolas Públicas de 1º grau junto às questões sociais que acometiam os alunos. Tal reivindicação coincidiu com o Plano de Expansão dos cursos de Serviço Social, favorecendo a implantação da Escola (Ibid.).

4.2.1 A Escola de Serviço Social de Campos: Um “sonho” que se tornou realidade.

Recém formada pela Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, a Assistente Social Conceição de Maria Costa Muniz retornou a Campos no início de 1960 e pouco tempo depois foi convidada por Heloísa Monteiro Paixão, também Assistente Social, para implantar o curso de Serviço Social na cidade.

Voltei no começo de 1960 [...] e voltando pra Campos, um pouco depois de estar aqui, fui convidada por Heloísa Monteiro Paixão [...] ela já era assistente social e tinha o sonho de implantar aqui o curso de Serviço Social [...] os dois desejos se encontraram, o dela e o de Dona Violeta³⁴ [...]; e ela me convidou pra essa aventura de fundar o curso de Serviço Social em Campos. Eu aderi e nós começamos a trabalhar nesse sonho, e virou realidade (MUNIZ, 2009).

³⁴ Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama foi diretora da Escola de Serviço Social de Niterói de novembro de 1951 até o ano de 1966. (FREITAS, Rita de Cássia Santos. **HISTÓRICO**. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI. Disponível em: <http://www.ess.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32>. Acesso em: 25 de junho de 2011.)

A concretização do “sonho” de implantar o curso de Serviço Social em Campos não teria sido possível sem o apoio de diversas personalidades e, de certa forma, de instituições da cidade, como o Professor Evaldo Máximo de Azevedo – chefe da Inspeção Escolar, e de Dona Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama – diretora da Escola do SESI.

Nesse período de implantação, de começo mesmo, uma figura muito importante foi o Dr. Evaldo Máximo de Azevedo, que era chefe da Inspeção Escolar de ensino de [...] primeiro grau; e ele deu um apoio muito grande, uma cobertura muito grande a esse sonho de Heloísa (MUNIZ, 2009).

Após contato com a Escola de Serviço Social de Niterói e a partir da realização de visitas a diversas instituições, sobretudo escolas, com o objetivo de divulgar o curso, foi sendo montada a primeira turma de alunos da Escola de Serviço Social em Campos.

[...] Heloísa entrou em contato com a Escola de Serviço Social de Niterói, donde ela também provinha, ela era formada pela Escola de Niterói, e tinha acesso. E começou, então, [...] esse trabalho conjunto. Nós começamos então a divulgar o primeiro curso; esse curso já foi implantado [...] a partir da Escola de Niterói, e com o apoio logístico dado pelo Dr. Evaldo Máximo de Azevedo. Visitamos [...] Heloísa mais que eu, visitou estabelecimentos, principalmente escolas, convidando professores, alunos, a conhecerem o que era o Serviço Social e [...] [houve] várias palestras, em vários estabelecimentos e foi nascendo a primeira turma de alunos da Escola de Serviço Social. Essa primeira turma fez o curso [...] pré-vestibular; aí a UFF ainda não estava implantadinha, estava em processo de implantação, a Escola [de Campos] quase que nasceu com a UFF, aqui, o departamento de Campos (MUNIZ, 2009).

Neste período de implantação, a Escola contou com muitas colaborações, dentre elas de professores convidados da cidade, que prepararam a primeira turma, constituída por mulheres, uma característica nacional nos cursos de Serviço Social, predominantemente professoras primárias, para o vestibular.

Então, o curso foi implantado, foram convidados professores daqui de Campos [...] pra dar o curso de pré-vestibular. E [...] as alunas, eram só alunas, só campistas, só mulheres, foram arregimentadas assim, através das visitas; então predominou também nesse curso gente que era professor primário, havia uma grande predominância de professores. [...] foi uma turma brilhante, alunos brilhantes [...]. E aí depois veio a segunda turma, também uma turma muito boa; e foram se sucedendo as turmas, várias, e o mercado também absorveu (MUNIZ, 2009).

No que se refere à classe social, é válido ressaltar que as alunas das primeiras turmas da Escola de Serviço Social de Campos provinham de classe alta.

Olha... [as alunas] eram de nível... médio pra alto. A maioria [das alunas] era de alto nível social. Gente bem... bem situada financeiramente falando e socialmente também (MUNIZ, 2009).

No começo, a Escola de Serviço Social de Campos funcionava num porão da Inspeção Escolar, depois passou a funcionar nas instalações do, à época, Centro de Puericultura de Campos.

[...] o comecinho do Serviço Social foi num porão da inspeção escolar que fica ali na rua, na Praça da República, ela fica na Rua Sacramento... e era um porãozinho onde a gente trabalhou, começou a primeira turma preparatória para o vestibular, o pré-vestibular foi feito ali, professores foram convidados [...] houve muita colaboração e muito assim, muito crédito de confiança pra aquele empreendimento que se estava fazendo. E assim começou o curso, começamos o curso de Serviço Social. Ficamos um bom tempo ali, depois a escola passou a funcionar onde hoje é a APIC, [...] naquele tempo era o Centro de Puericultura de Campos, também um espaço assim, exíguo, pequeno mesmo e convivendo com o Centro de Puericultura que funcionava de manhã e a tarde era a Escola que funcionava. Era uma sala, uma sala de tamanho razoável, uma secretaria ao lado; atrás era uma copa, cozinha, onde também funcionava (...) havia uma sala de aula. Isso aconteceu [...] no período da Revolução, 64 (MUNIZ, 2009).

Neste período, a Escola de Serviço Social de Campos recebeu a visita do reitor da UFF que pôde conhecer as instalações, que eram bastante simples.

[...] Até aconteceu um episódio que eu acho interessante. Nesse período, um dos reitores da UFF, a UFF também que estava dando os primeiros passos, um dos primeiros reitores, eu não me lembro o nome dele, era um senhor bem velhinho; então, ele percorreu, ele visitou a Escola de Serviço Social, ele percorreu as salas e depois falou assim: "O resto é lá em cima, né?" Não tinha nada, ali era só um andar mesmo. Ele pensou que nós tivéssemos mais espaço (MUNIZ, 2009).

Posteriormente, a Escola foi transferida para uma ala do prédio do Hospital Álvaro Alvim (em construção, neste momento). A sede própria só foi adquirida tempos depois, mais precisamente em 13 de julho de 1975 (UFF, 1998).

[...] Dali depois, com muita luta se conseguiu conviver um pouco; ainda não o Hospital Álvaro Alvim, estava em obras o hospital e nós ficamos com aquela ala [...] que dá pra Rua Barão do Rio Branco. Ali a Escola funcionou... foi um período em que... foi quando a gente funcionou, e em termos de instalações, assim, parecia que a gente estava melhor; havia salas de aula, havia uma estrutura que permitia. Até que se conseguiu comprar a sede da escola, a primeira sede que era a antiga casa de Dr. Luiz Sobral, velho médico... um médico famoso e respeitado aqui da... [região]; então aquela casa tem um peso histórico; depois foi ampliado, comprou-se, foram comprados outros dois prédios... e a escola, a UFF agora está em franca ascensão (MUNIZ, 2009).



Figura 3: Fachada do prédio da UFF Campos (Sede própria adquirida em 1975).
Fonte: www.nehmaat.uff.br

4.2.2 Da incorporação da Escola de Serviço Social de Campos à UFF ao Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes / UFF.

Criada em 1959/1960, a Escola de Serviço Social de Campos foi incorporada à UFF em 1962. Por ocasião da Reforma Universitária, ocorrida na década de 1960, “a Escola de Serviço Social de Campos perdeu seu *status* original sendo transformada no Departamento de Serviço Social de Campos (SSC) vinculado à Escola de Serviço Social de Niterói [...]” (UFF, 200-?, p. 2).

Com a transformação em Departamento vinculado à Escola de Niterói, a Escola de Serviço Social de Campos passou a vivenciar uma situação bastante peculiar, pois embora tivesse perdido seu *status* originário de unidade, funcionava, na prática, como tal sem sê-lo.

Na verdade, desde então, o SSC funcionou institucionalmente com a limitação de ser Departamento, enquanto na realidade funcionava mesmo como unidade, mas sem as prerrogativas institucionais, jurídicas e materiais com que contam as unidades. (UFF, 200-?, p. 2).

Para entendermos melhor este processo, faz-se necessário retomar alguns elementos da trajetória da Universidade Federal Fluminense, à qual está vinculado o Curso de Serviço de Campos.

Criada pela Lei nº 3848, de 18/12/1960, sob a denominação de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; a Universidade Federal Fluminense (UFF) teve seu nome atual homologado pela Lei nº 4851, de 05/11/1965. A alteração de nome se fez necessária, pois, nesta ocasião, a Universidade do Brasil passou a chamar-se UFRJ. Desta forma, a medida adotada visou evitar confusões entre as nomenclaturas das duas universidades (UFF, 1998).

Sediada na cidade de Niterói, a UFF foi constituída a partir do agrupamento de cinco faculdades federais, existentes à época na cidade de Niterói, três escolas estaduais e duas particulares. Voltada para a questão da interiorização, “a UFF está presente em 15 cidades, dentre essas Campos dos Goytacazes, constituindo-se num canal efetivo de comunicação da vida acadêmica com municípios dessa região” (UFF, 2005, p. 3).

Tal informação aponta uma característica peculiar à referida universidade, pois

[...] tem a UFF, desde os seus primórdios, um compromisso político e acadêmico fundamental: ser uma Universidade Fluminense, comprometida com o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, mormente com o seu interior. (UFF, 200-?, p. 1)

Destarte, em 1962, seguindo sua vocação de interiorização, a Universidade Federal Fluminense, ainda sob a denominação de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, incorporou a recém-criada Escola de Serviço Social de Campos.

Pouco tempo depois e por ocasião da Reforma Universitária (1966-68), a Escola de Serviço Social de Campos foi transformada num Departamento de Serviço Social vinculado à Escola de Serviço Social de Niterói; pois entendeu-se, naquele momento, que a UFF deveria ter apenas uma Escola Profissional no âmbito do Serviço Social: a Escola de Serviço Social de Niterói, que se subdividiria no departamento de Campos e o de Niterói (UFF, 1998).

O “rebaixamento” sofrido pela Escola de Serviço Social de Campos limitou suas possibilidades de crescimento e atuação. Embora figurasse como a única

Instituição Pública de Ensino Superior da região por cerca de três décadas, a UFF (pólo de Campos), não conseguia acompanhar as demandas decorrentes do crescimento regional, sobretudo após a criação do pólo petrolífero em Macaé.

Isto significa que, isolado em Campos da totalidade da universidade, sofre todas as pressões e exigências de uma unidade, sem ter base política e recursos humanos que as unidades costumam ter. O resultado é uma paralisia e estrangulamento, ficando restrito para atender às novas demandas e necessidades emergentes na região, e não tendo possibilitada pela própria universidade a condição de expandi-la e consolidá-la no Norte-Fluminense (UFF, 1998, p. 6).

Em 13 de julho de 1975, o Departamento de Serviço Social de Campos passou a dispor de sede própria (UFF, 200-?), que foi ampliada, em 1996, com a aquisição de uma área contígua de aproximadamente 4.517 m², elevando a área total para 6.879,94 m² (UFF, 2005, 2008).



Figura 4: Prédio da UFF Campos adquirido na década de 1990.
Fonte: www.proac.uff.br

Insatisfeitos com a situação de subordinação e limitação do Departamento de Serviço Social de Campos, os docentes do SSC engendraram, entre fins dos anos

70 e início dos anos 80, um processo em busca da recuperação da antiga condição de unidade, o que significava:

a) libertar o SSC da sua submissão e dependência em relação à Escola de Serviço Social de Niterói; b) obter a autonomia e independência da unidade de Campos vinculando-a diretamente ao Centro de Estudos Sociais Aplicados (CES); c) reparar a distorção ocorrida quando da Reforma Universitária da UFF (1966/68) ocasião em que a Escola de Serviço Social de Campos fora reduzida à mera condição de Departamento; o que, dada a distância existente entre o SSC e a sede da UFF, engendrou a situação *sui generis* de um Departamento que, na prática, passou a funcionar como uma Unidade, sem sê-la, na estrutura político-jurídica e financeira da Universidade (UFF, 200-?, p. 2).

Em decorrência deste processo, o SSC obteve uma conquista parcial, já que foi desvinculado da Escola de Serviço Social de Niterói, mas não foi elevado à condição de unidade; mantendo-se na condição de Departamento ligado diretamente ao CES – Centro de Estudos Sociais Aplicados. Desde então, o SSC passou a ter autonomia pedagógica e uma Coordenação de Curso própria, o que representou um avanço, ainda que pequeno, no sentido do fortalecimento da Universidade na região (Ibid.).

A partir de 1992, foi retomado o projeto de elevação do Departamento à condição de Unidade, pesando a favor desta iniciativa o aumento das demandas por cursos de nível superior decorrentes da necessidade de capacitação trazida pelo crescimento regional. Dada as limitações impostas pela estrutura departamental, o SSC não possuía condições de responder a estas demandas, que foram sendo atendidas pelas Instituições de Ensino já existentes e as que se instalaram na região, dentre elas a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET Campos) (UFF, 200-?) e a UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, criada em 1993 (UFF, 1998).

Apesar da situação já mencionada, o Departamento de Serviço Social de Campos conquistou o respeito e o reconhecimento da sociedade, estabelecendo parcerias com diversas instituições, com vistas ao desenvolvimento regional. Neste contexto, a situação começou a mudar consideravelmente, o Departamento passou a se empenhar mais em relação à pesquisa e à produção científico-acadêmica, além de desenvolver um programa de atividades de pós-graduação; tudo isso sem deixar

de lado a extensão, atividade característica e estimulada que vem se desenvolvendo desde a década de 1970. Iniciou-se, ainda, uma política de capacitação docente (UFF, 1998).

Os inúmeros projetos de extensão desenvolvidos pelo SSC abrangiam diversas áreas, tais como: terceira idade (UNITI); Comunidades de Baixa Renda; Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente; Saúde e Exclusão Social. E, no que se refere à pesquisa e pós-graduação, foram criadas em 1993 as suas respectivas Coordenações, a fim de impulsionar a pesquisa científica no Departamento. Em seguida, em 1995, foi criada a Revista FALAS, com o objetivo de estimular a publicação da produção acadêmica, a qual teve apenas dois exemplares publicados, extinguindo-se por falta de recursos financeiros (UFF, 200-?).

A Discussão acerca da elevação do Departamento à condição de Unidade adensou-se no decorrer da década de 1990 e em 06 de junho de 1997 foi realizada uma reunião ordinária, em que a plenária departamental do SSC deliberou, por unanimidade, pelo encaminhamento de uma proposta de transformação do Departamento em Instituto (UFF, 200-?; 2005). Tal mudança permitiria a transformação do SSC numa unidade gestora e mais flexível, com possibilidade de ampliação dos cursos de graduação do pólo de Campos da UFF (UFF, 1998).

Assim, em 1999, deu-se a tão almejada transformação do Departamento em Instituto, através da Resolução 62/1999 do Conselho Universitário da UFF que criou o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), integrado por dois departamentos: o Departamento de Fundamentos das Ciências da Sociedade (SFC) e o Departamento de Serviço Social de Campos (SSC) (UFF, 2005).

É importante ressaltar que o contexto de criação do Instituto foi permeado por forte mobilização de toda comunidade acadêmica do, então, Departamento de Serviço Social de Campos (Ibid.).

No ano de 2001, foi requisitada pela comunidade do município de Bom Jesus do Itabapoana a implantação de turmas do curso de Serviço Social de Campos. Tal solicitação foi atendida e o projeto, iniciado em 2003, encerrou-se em 2008 devido à impossibilidade de ser administrado academicamente com os docentes lotados na UFF – Campos (UFF, 2008).

Em 2004, foram criados 05 (cinco) Núcleos e Grupos de Estudos e Pesquisa nas diversas áreas de conhecimento: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Desenvolvimento e Cidadania (NETRAD); Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES); Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Prática Profissional do Serviço Social (GEPSSO); Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Ética, Diversidade de Gênero, Etnia e Racismo (NEDIGER); Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Práticas Rurais, Urbanas e Sociais (GEPURUS) (UFF, 2008).

Em 2005, houve a formalização do projeto de expansão universitária da UFF em Campos, encaminhado à Universidade através da Reitoria, com a representação junto ao MEC, do Magnífico Reitor, Prof. Cícero Fialho. Seu prosseguimento, contudo, foi preterido pelo projeto de criação do Pólo Universitário de Rio das Ostras (SILVA, 2011).

Somente no ano de 2006, a partir de requisições e de questionamentos apresentados pelos dirigentes do ESR – Campos, conduzido pelo então diretor Prof. José Luis Vianna, recolocou-se o projeto de expansão de Campos na mesa de conversas e discussões com o MEC. Assim, o referido projeto foi analisado e posto oficialmente em tramitação (Ibid.).

Em 2006, portanto, o projeto de expansão da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, tão almejado e perseguido por sua comunidade acadêmica e pela população da região, começou a dar seus primeiros passos (UFF, 2008).

Em resposta à solicitação feita pela PROAC – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, a direção do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional em parceria com a Coordenação do Curso de Serviço Social elaborou o projeto de implantação e consolidação do Pólo Universitário para Campos; o qual coincidiu com a política de expansão universitária do MEC (Ibid.).

O projeto inicial priorizou a abertura de cursos de graduação demandados pela população e pouco ou não cobertos pelas instituições de ensino superior públicas, a saber: Ciências Sociais; Geografia; Psicologia; Biblioteconomia; e Produção Cultural (Ibid.).

De acordo com Silva (2011), a partir da revisão dos estudos realizados sobre as demandas regionais e locais bem como dos diálogos estabelecidos com as

instituições de ensino público superior local – UENF e IFF, o projeto original sofreu reformulações, a fim de que não houvesse sobreposição de áreas e turnos para a graduação.

Em 29 de novembro de 2007, o referido projeto foi aprovado no Colégio ampliado de Unidade, sendo incorporado ao REUNI³⁵ – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do MEC – no conjunto de propostas apresentadas pela UFF. No novo projeto foram apresentados 06 (seis) cursos de graduação: Ciências Econômicas (bacharelado), Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura), Geografia (bacharelado e licenciatura), História (bacharelado e licenciatura), Psicologia (bacharelado), Direito (bacharelado e licenciatura) (UFF, 2008; SILVA, 2011).

A implementação do projeto de expansão do Instituto de Campos foi priorizado pela direção geral da UFF a partir de 2008 (UFF, 2008). Neste contexto, foram sendo estruturados os (06) seis cursos de graduação, tendo sido elaborados 09 (nove) Projetos Pedagógicos por uma equipe – formada por 01 pedagoga, 01 bolsista e 01 docente, que assumiu a coordenação acadêmica da expansão; envolvendo diálogos internos na UFF – Campos, e em Niterói, com deferentes instâncias (SILVA, 2011).

Assim, em 2008, foi criado o Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes³⁶ da Universidade Federal Fluminense (PUCG/UFF), concretizando o processo de expansão tão almejado. Inicialmente, foram implantados três cursos: Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Geografia, pois encontravam-se em fase avançada de aprovação nas instâncias da UFF (Ibid.).

Após o 1º Vestibular (extraordinário) realizado em julho de 2009, cuja relação candidato vaga para os três cursos foi de 4 por 1 (SILVA, 2011), o ingresso das primeiras turmas se deu no 2º semestre de 2009, com uma solenidade de abertura

³⁵ O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Seu principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. (Informações disponíveis em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em 27 de junho de 2011.)

³⁶ Situado à Rua José do Patrocínio, nº 71 – Centro – Campos dos Goytacazes - RJ.

oficial do semestre letivo, que contou com a presença do reitor da UFF, Roberto de Souza Salles; da reitora do IFF, Cibele Daher Botelho Monteiro; do reitor da UENF, Almy Junior; do diretor do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes / UFF, José Luis Vianna; da diretora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), Leda Regina Barros Silva; da ex-professora e Assistente Social que esteve à frente da criação da Escola de Serviço Social de Campos, Conceição de Maria Costa Muniz; dentre outros professores e alunos da UFF – Campos³⁷.



Figura 5: Solenidade de Abertura do 2º Semestre Letivo de 2009.
Fonte: www.proac.uff.br

Com a ampliação do número de cursos no PUCG/UFF, fez-se necessária a ampliação da sua área física, pois a avaliação feita pelo MEC indicou inadequação. Diante disso, o Ministério da Educação, através da direção da SESU – Secretaria de Desenvolvimento do Sistema de Rede de Ensino Superior articulou junto ao Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro; resultando na cessão à

³⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.proac.uff.br/campos/abertura-dos-tres-novos-cursos-da-uff-em-campos-com-presenca-do-reitor>>. Acesso em: 14 de julho de 2011.

Universidade Federal Fluminense de uma área de 2.500m² de propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (UFF, 2008). O contrato de doação do terreno – localizado na Avenida XV de Novembro, nº 483, Centro - Campos dos Goytacazes, foi assinado no dia 24 de agosto de 2009³⁸. Nesta área funcionará, futuramente, mais um *campus* do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes.³⁹



Figura 6: Solenidade de assinatura do contrato de doação do terreno.
Fonte: www.proac.uff.br

Com a expansão, foram realizados concursos para a área docente e administrativa, de nível médio e superior. O Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG/UFF) passou a oferecer, desde 2011, seis cursos – Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Geografia, História e Psicologia –, organizados em cinco departamentos, e a contar com um amplo prédio de salas de aula.⁴⁰

³⁸ Informações disponíveis em: <<http://www.proac.uff.br/campos/uff-e-patrimonio-da-uniao-assinam-contrato-de-doacao-de-terreno-em-campos-dos-goytacazes-2482009>>. Acesso em: 14 de julho de 2011.

³⁹ Enquanto a construção do novo *campus* não se concretiza, algumas medidas fizeram-se necessárias diante da expansão dos cursos, dentre as quais destaca-se a utilização de *containers*, ou, como é definido no próprio *campus*, *Módulos Habitacionais*.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/campos/pucg-com-muitas-novidades-para-2011>>. Acesso em: 14 de julho de 2011.



Figura 7: Prédio de salas de aula do PUCG/UFF após reformas e ampliação.
Fonte: www.proac.uff.br

Assistimos, portanto, à expansão da UFF-Campos que passou de departamento vinculado à Escola de Serviço Social de Niterói, à Pólo Universitário. Sua importância se evidencia em função de sua participação direta, desde a década de 1960, no processo de profissionalização – considerado por González Leandri (1999), como um dos princípios estruturadores básicos da sociedade do século XX – através do credenciamento de profissionais, inicialmente e durante quase 05 (cinco) décadas, exclusivamente da área de Serviço Social e, atualmente, de (06) seis diferentes cursos. Tal credenciamento, conforme visto anteriormente, se dá a partir da aquisição do diploma universitário, conquistado após uma longa formação acadêmica, com vistas à obtenção de conhecimentos, habilidades e competências, daí a importância das universidades/faculdades.

4.3 A SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DO CRESS 7ª REGIÃO (RJ).

O CRESS 7ª Região⁴¹ – entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição no Estado do Rio de Janeiro – é dotado de autonomia administrativa e financeira e tem como objetivo básico disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social em seu âmbito de jurisdição.

A primeira diretoria do CRESS 7ª Região, denominado à época CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais, tomou posse em 10 de outubro de 1963, constituindo-se “órgão disciplinador e fiscalizador da profissão de Assistente Social nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara” (BOLETIM OFICIAL, 1964, n. 4, p. 1).

Ao longo de sua trajetória histórica, o CRESS/RJ utilizou-se de materiais impressos para socializar informações e “prestar contas” aos Assistentes Sociais sob sua jurisdição. Tais periódicos, que nos permitem conhecer a história da profissão, tiveram diversas denominações: Boletim Oficial CRAS; Boletim Informativo do CRAS 7ª Região; Circular CRAS; Jornal do CRAS; DemoCRAScia; Jornal Nossa Tarefa; Jornal do CRESS; e, atualmente, PRAXIS.

No âmbito de jurisdição do CRESS 7ª Região há duas Seccionais – *Seccional Norte e Noroeste Fluminense - Campos dos Goytacazes* e *Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda* – as quais estão constituídas por 03 (três) membros efetivos: Coordenador, Secretário e Tesoureiro, e 03 (três) membros suplentes; que são eleitos por via direta, dentre os Assistentes Sociais inscritos na respectiva área de jurisdição, para um mandato de 03 (três) anos, que coincidem com o mandato da Direção do CRESS.

As Seccionais estão sujeitas às normas estabelecidas pelo artigo 12, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.662/93, reproduzidos abaixo, e pelo Capítulo III da Consolidação de Resoluções do CFESS.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

⁴¹ De acordo com o Balanço da Gestão 2008/2011 do CRESS/RJ, até abril de 2011, 11.836 (onze mil oitocentos e trinta e seis) Assistentes Sociais encontravam-se com inscrição ativa no CRESS 7ª Região. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL / RJ, CRESS em números. In: **PRAXIS**; Ano VII, n. 58, mar./abr., 2011, p. 9).

1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção. (CFESS, 2005a, p. 37-38)

Conforme se depreende do parágrafo 2º do art. 12 da Lei 8.662/93, as Seccionais desempenham *atribuições de primeira instância*, o que se justifica, sobretudo, pela proximidade geográfica dos profissionais de sua área de abrangência além de proporcionar maior qualidade no atendimento e dinamização.

As competências das Seccionais existentes na área de jurisdição do CRESS 7ª Região estão estabelecidas no art. 22 do Regimento Interno do referido Conselho, de 19 de abril de 2006. São elas:

Art. 22 - Compete às Seccionais, como órgãos dos CRESS, na sua jurisdição:

I - Colaborar na racionalização dos serviços para melhor atender aos profissionais e participar da dinamização do CRESS, com vistas à defesa e fiscalização da qualidade dos serviços profissionais prestados à sociedade;

II - Receber os pedidos de inscrição dos Assistentes Sociais e de pessoas jurídicas, procedendo o encaminhamento ao CRESS do respectivo processo, instruindo-o em conformidade com as normas vigentes;

III - Fazer entrega das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) de Assistentes Sociais, de acordo com a legislação específica em vigor;

IV - Organizar e manter atualizado o cadastro de registro profissional dos Assistentes Sociais e Pessoas Jurídicas inscritas, com exercício na respectiva área, comunicando ao CRESS as alterações ocorridas;

V - Organizar e coordenar suas eleições e as do CRESS e CFESS na sua jurisdição de acordo com as instruções vigentes;

VI - Cobrar e receber anuidades, taxas, emolumentos e multas, de acordo com as normas vigentes e deliberação das instâncias competentes;

VII - Prestar contas ao CRESS das atividades e movimento financeiro da Seccional, de acordo com as normas vigentes;

VIII - Divulgar e zelar pela observância do Código de Ética Profissional;

IX - Fiscalizar o exercício da profissão de Assistente Social, comunicando ao CRESS as irregularidades constatadas;

X - Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas baixadas pelo CRESS e pelo CFESS (CRESS, 2006, p. 6).

A Seccional de Campos dos Goytacazes do CRESS 7ª Região possui sua sede na cidade de Campos dos Goytacazes e tem sua área de circunscrição constituída por 22 municípios, conforme quadro 3.

1. Aperibé	12. Macaé
2. Bom Jesus do Itabapoana	13. Miracema
3. Cambuci	14. Natividade
4. Campos dos Goytacazes	15. Porciúncula
5. Carapebus	16. Quissamã
6. Cardoso Moreira	17. Santo Antonio de Pádua
7. Conceição de Macabu	18. São Fidélis
8. Italva	19. São Francisco de Itabapoana
9. Itaocara	20. São João da Barra
10. Itaperuna	21. São José de Ubá
11. Laje do Muriaé	22. Varre-Sai

Quadro 3: Municípios da área de circunscrição da Seccional de Campos

Fonte: CRESS/RJ – Seccional de Campos dos Goytacazes.

A Seccional de Campos teve sua instalação simbólica no dia 13 de maio de 1973, sob a denominação de *Delegacia Regional*, sendo composta pelos seguintes Assistentes Sociais (BOLETIM INFORMATIVO DO CRAS, 1973, n. 21, p. 4):

- Hélia Barcelos de Souza – Delegada-Regional Chefe;
- Jacimar Miranda Bensi – Delegada-Regional Secretária;
- Lívia Isabel Tavares Lamego – Delegada-Regional Tesoureira;
- Regina Sobrosa Cordeiro – Delegada-Regional Substituta;
- Gláucio Correa Soares – Delegado-Regional Substituto.

Na ocasião, a caravana do CRAS⁴² composta por conselheiros do CRAS 7ª Região, pelo presidente do CRAS 9ª Região (SP) e por Assistentes Sociais de Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Niterói, que visitou a cidade de Campos, além de instalar simbolicamente a Delegacia Regional, realizou uma solenidade para homenagear algumas autoridades e Assistentes Sociais da região, dentre eles: Conceição de Maria Costa Muniz e Heloísa Monteiro Paixão (Ibid.).

Em maio de 1974, a Delegacia Regional de Campos foi efetivamente instalada na Avenida 13 de Maio, nº 247 (altos), na cidade de Campos dos Goytacazes; apresentando a seguinte composição (BOLETIM INFORMATIVO DO CRAS, 1974, n. 23, p. 13):

⁴² CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais que a partir de 1993 passou a ser chamado CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

- Livia Isabel Tavares Lamego – Delegada-Regional Chefe;
- Jacimar Miranda Bensi – Delegada-Regional Secretária;
- Regina Sobrosa Cordeiro Pereira – Delegada-Regional Tesoureira;
- Gláucio Correa Soares – Delegado-Regional Suplente;
- Myrthides da Silva Nunes – Delegada-Regional Suplente.

Como é possível observar, houve uma alteração na composição da Delegacia em relação àquela apresentada em 1973, com a saída da Assistente Social Hélia Barcelos de Souza, que renunciou por motivos de saúde (BOLETIM INFORMATIVO DO CRAS, 1974, n. 23, p. 13).

Nos dias 25 e 26 de maio de 1974, a Diretoria do CRAS 7ª Região e a sua Delegacia Regional de Campos promoveram uma palestra sobre Comunicação Social, proferida pelo Prof. Raul Domingos Farina, no auditório do Banco do Brasil de Campos, como parte das comemorações da inauguração da Delegacia Regional instalada naquela cidade (Ibid.).



Figura 8: Assistentes Sociais campistas presentes na palestra sobre Comunicação Social, com o Prof. Raul Domingos Farina.

Fonte: Boletim Informativo do CRAS, 1974, n. 23.

Em setembro de 1975, o CRAS noticiou, através da “Circular do CRAS” – periódico do CRAS veiculado à época, a reativação da Delegacia Regional de Campos sob a direção dos seguintes Assistentes Sociais (CRAS, 1975, n.11, p.1):

- Carmem Sylvia Lenoir Dias – Delegada Chefe;
- Conceição de Maria Costa Muniz – Delegada Secretária;
- Junia Pinto – Delegada Tesoureira;
- Zeneth Pires Pinto – Delegada Suplente;
- Terezinha Abud – Delegada Suplente.

Tal notícia nos leva a supor que por um motivo que desconhecemos, pois não encontramos informações a este respeito nos periódicos do CRAS/CRESS pesquisados, a Delegacia Regional de Campos ficou desativada por um determinado período entre 1974 e 1975.

Destarte, o ano de 1975 é considerado, oficialmente, o ano de criação da Seccional de Campos dos Goytacazes; embora a mesma tenha sido criada, ainda que simbolicamente, em 1973.

Em janeiro de 1976 houve uma alteração na composição da direção da Delegacia Regional de Campos. Passou a ocupar o cargo de Delegada Tesoureira, em substituição à Assistente Social Junia Pinto, a, então, Delegada Suplente Zeneth Pires Pinto (CRAS, 1976, n.1).

Transcorridos seis anos, dos quais não obtivemos informações sobre a Delegacia Regional de Campos, passamos ao ano de 1982, quando, segundo registros dos livros de atas da, hoje, Seccional de Campos, houve a convocação de uma assembléia por parte do CRAS 7ª Região a fim de eleger os Assistentes Sociais que passariam a compor a diretoria da Delegacia, que até o momento era dirigida interinamente pela Assistente Social Margarida Estela Mendes do Nascimento.

No dia 26 de novembro de 1982, foi realizada a assembléia, no Palácio da Cultura, para a eleição da nova diretoria da Delegacia Regional de Campos, tendo duas chapas inscritas: uma formada pelas Assistentes Sociais Terezinha Abud e Ângela Maria Leite Gomes, e a outra por Margarida Estela Mendes do Nascimento e Tereza Athém de Carvalho. Os 37 (trinta e sete) Assistentes Sociais presentes na Assembléia elegeram a nova diretoria para o período de 1982-1984⁴³, tendo saído vencedora a chapa composta pelas Assistentes Sociais Terezinha Abud e Ângela

⁴³ Neste período, a sede da Delegacia Regional de Campos do CRAS 7ª Região funcionava numa sala cedida, situada à Rua Antônio Félix de Miranda, nº 10.

Maria Leite Gomes. Posteriormente, a chapa ganhou novos membros passando a ter a seguinte composição:

- Terezinha Abud – Delegada;
- Ângela Maria Leite Gomes – Vice-Delegada e Tesoureira;
- Célia Maria Sarmet Moreira Smiderlet – 1ª Secretária;
- Rosani Nunes – 2ª Secretária/Suplente.
- Roselane Ribeiro Lopes de Carvalho – 2ª Tesoureira/Suplente.

Os anos de 1982/1983 foram marcados por um processo de reorganização da Delegacia Regional de Campos. A diretoria eleita realizou inúmeras reuniões com a participação da categoria, a fim de organizar a dinâmica de funcionamento, reivindicando junto ao CRAS – RJ a contratação de um auxiliar administrativo, o que se deu em 1983.

Em 1984 um novo processo eleitoral foi realizado para a Delegacia de Campos, tendo sido eleita a chapa “Movimento”, única inscrita, composta pelas seguintes Assistentes Sociais (JORNAL DO CRAS, 1984, [s.n.], p. 8):

- Milta Neves – Delegada;
- Isabel Cristina Maiolino Eccard – Secretária;
- Zenóbia Figueiredo Alves de Sousa Duarte – Tesoureira;
- Solange de Oliveira Reis – 1ª Suplente;
- Ester de Fátima Miranda de Souza – 2ª Suplente;
- Mariângela Alves da Fonseca – 3ª Suplente.

A eleição da gestão 1984/1986 foi realizada numa assembléia realizada no dia 28 de agosto de 1984, na sede da Delegacia Regional de Campos. A chapa “Movimento” obteve 48 (quarenta e oito) votos, de um total de 50 votos, dos quais 01 foi nulo e 01, em branco (Ibid.).

De acordo com Lopes (2008, p. 2), ao final da gestão 1984/1986 “a delegacia se engajou no movimento de vinda do pólo petroquímico para Campos, através de assinaturas colhidas entre a categoria, professores e alunos do SSC⁴⁴ e sindicalistas”.

⁴⁴ Departamento de Serviço Social de Campos – UFF.

No ano de 1986, a eleição para a nova diretoria não se realizou por falta de quorum. Assim, uma assembléia foi realizada em 12 de março de 1987, na qual discutiu-se sobre a eleição de uma diretoria provisória, enfatizando-se a dificuldade de contar com a participação da categoria neste espaço.

A diretoria provisória que assumiu a Delegacia Seccional de Campos⁴⁵ no ano de 1987⁴⁶ tinha a seguinte composição:

- Marivalda Benjamim Paes – Delegada;
- Rosa Maria Silva – Secretária;
- Noely Conceição de Oliveira – Tesoureira;
- Cecília de Fátima La Cava – 1ª Suplente;
- Leda Regina de Barros Silva – 2ª Suplente.

No dia 13 de abril de 1987 houve uma assembléia, na qual salientou-se o esforço da diretoria provisória no sentido da realização do processo eleitoral e a necessidade de formação de chapas para a eleição da Diretoria da Delegacia de Campos.

Em 30 de junho de 1987 foi realizada a eleição e a diretoria eleita para o triênio 1987/1990 tomou posse no dia 08 de setembro do mesmo ano, tendo a seguinte composição (JORNAL DO CRAS, 1987, n. 1, p. 4):

- Marivalda Benjamim Paes – Delegada;
- Solange de Oliveira Reis – Secretária;
- Noely Conceição de Oliveira – Tesoureira;
- Cecília de Fátima La Cava – 1ª Suplente;
- Leda Regina de Barros Silva – 2ª Suplente;
- Maria de Fátima Valentim Pessanha – 3ª Suplente.

A gestão 1987/1990 buscou articulação com a Universidade Federal Fluminense de Campos objetivando a garantia de discussões sobre as competências do Conselho Regional, o Código de Ética e a importância da participação nos espaços representativos da categoria. Realizou, ainda, o 1º Encontro Norte Fluminense de Assistentes Sociais, nos dias 27 e 28 de novembro,

⁴⁵ Neste período, as notícias veiculadas no periódico do CRAS utilizavam a denominação “Delegacias Seccionais” para se referir às atuais Seccionais.

⁴⁶ Neste momento, a sede da Delegacia estava situada à Rua Sete de Setembro, nº 380 – 2º andar.

no qual palestraram Vicente de Paula Faleiros e Denise Vantelow. Os temas abordados foram: Política Social, Movimentos Populares, Serviço Social nas Instituições e Prática Política dos Assistentes Sociais (JORNAL DO CRAS, 1987, n.1, p. 4). A referida gestão encaminhou, de acordo com Lopes (2008), as discussões para a criação da ANFAS – Associação Norte Fluminense de Assistentes Sociais.

Em fevereiro de 1990 um grupo de Assistentes Sociais de Campos começou a se articular para a composição de chapa para concorrer às eleições previstas para abril. Neste ano, a Delegacia de Campos⁴⁷ em parceria com Assistentes Sociais, Sociólogos e Psicólogos participou da comissão para apresentação de emendas populares à Constituição Municipal (DEMOCRASCIA, 1990, n. 1).

Tal participação representou um significativo avanço para a profissão no município além de ter demonstrado o engajamento e compromisso dos Assistentes Sociais na luta pela garantia e efetivação dos direitos da população de modo geral.

Após as eleições, a nova diretoria tomou posse no dia 17 de maio de 1990, no auditório do SSC – Departamento de Serviço Social de Campos / UFF; assumindo a gestão da Delegacia Seccional pelo triênio 1990-1993, com a seguinte composição:

- Ana Maria Almeida da Costa – Delegada;
- Leda Regina de Barros Silva – Secretária;
- Isabel Cristina Chaves Lopes – Tesoureira;
- Iris Henriette Cruz de A. Moriguti – 1ª Suplente;
- Teresa Beatriz Azevedo Claudino – 2ª Suplente;
- Germano Gomes de Alvarenga – 3º Suplente.

Em 09 de dezembro de 1991, a Delegacia Seccional de Campos promoveu, no auditório da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia de Campos, o I Fórum Regional do Norte Fluminense em defesa da Assistência Social. O evento foi organizado pela Delegacia Seccional do CRAS 7ª Região de Campos e pelo SSC/UFF, com o apoio da Comissão Estadual do Rio de Janeiro (JORNAL DO CRAS, 1991, n. 8; 1992, n.1).

⁴⁷ Neste período a Delegacia Seccional de Campos estava sediada à Rua Vinte e Um de Abril, nº 272 – 5º andar (sala 507) – Centro – Campos dos Goytavazes - RJ.

O Fórum, que contou com a participação de representantes de diversos municípios da região, abordou os seguintes temas: “Assistência Social – Direito de Cidadania e Dever do Estado”; “A Municipalização da Assistência e a Trajetória da Lei Orgânica e Determinações Constitucionais”; “Assistência Social do Ponto de Vista da População e Apoio Parlamentar no Apoio da Temática” (JORNAL DO CRAS, 1991, n.8; 1992, n.1).

Entre os dias 12 e 14 de maio de 1992, por ocasião da Semana do Assistente Social, a Delegacia Seccional de Campos e o SSC/UFF organizaram o Seminário Regional sobre Ética, que abriu as comemorações pelos 30 (trinta) anos da Criação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos, e ao qual a categoria compareceu maciçamente (JORNAL DO CRAS, 1992, n. 3).

No dia 06 de fevereiro de 1993 foi realizada, na sede da Delegacia Seccional de Campos, uma assembléia na qual foram eleitas para o Encontro CFAS/CRAS, em Salvador, as Assistentes Sociais Carolina de Cássia Abreu e Isabel Cristina Chaves Lopes (JORNAL DO CRAS, 1993, n. 7).

Em 12 de maio de 1993 foi realizada na Delegacia Seccional de Campos uma assembléia que contou com a presença da diretoria do CRAS 7ª Região. Na ocasião, em função da ausência de chapas inscritas para o triênio 1993/1996, foi eleita a diretoria provisória, que tomou posse no dia 15 de maio de 1993, na sala da Delegacia Seccional, sendo composta por (JORNAL DO CRAS, 1993, n. 9, p.6):

- Carolina de Cássia Ribeiro de Abreu – Delegada;
- Amara Regina Cabral Barreto – Secretária;
- Mara Cristina Fritz Ferrão de Azevedo – Tesoureira;
- Isabel Cristina Chaves Lopes – Suplente.

Assim como em 1987, no ano de 1993 fez-se necessária a escolha de uma diretoria provisória em função da ausência de chapas inscritas, o que revela uma baixa participação dos Assistentes Sociais no espaço da Delegacia Seccional.

Durante os seis meses de duração de sua gestão, a diretoria provisória, além da organização do processo eleitoral, preocupou-se com o fortalecimento da entidade nos múltiplos espaços de inserção profissional, além de ter dado

continuidade ao trabalho de participação da categoria nos movimentos sociais e populares, através da entidade (JORNAL DO CRESS, 1993, n. 13).

A diretoria cumpriu o papel de fiscalização da Delegacia Seccional, acompanhou o processo seletivo da ETFC (Escola Técnica Federal de Campos) para o profissional de Serviço Social, socializou o espaço físico da Delegacia de Campos com a ANFAS⁴⁸ e a Comissão Local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e manteve um contato mais próximo com os profissionais de Macaé, Quissamã e São Fidélis (Ibid.).

Nota-se, neste momento, a aproximação da Delegacia Seccional de Campos com os Assistentes Sociais dos municípios de sua área de circunscrição, permitindo melhor atendimento aos profissionais e fiscalização da qualidade dos serviços profissionais prestados à sociedade.

Em 1993, com a promulgação da Lei 8662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão (que revogou a Lei 3252/57 e o Decreto 994/62), foram alteradas as denominações dos Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), que a partir de então passaram a ser chamados CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, e CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

No dia 16 de novembro de 1993, a diretoria eleita para a gestão 1993/1996 tomou posse, na sala da Delegacia Seccional de Campos, sendo composta pelas Assistentes Sociais:

- Maria de Fátima Valentim Pessanha – Delegada;
- Eliana Coimbra Farah – Secretária;
- Ângela Sueli Barcellos Pessanha – Tesoureira;
- Fátima Cristina de Oliveira Candeco – Suplente;
- Adriana de Souza Caetano – Suplente;
- Cláudia Márcia Gomes Marins – Suplente.

⁴⁸ A ANFAS – Associação Norte Fluminense de Assistentes Sociais – era uma associação com caráter sindical criada por volta da década de 1990 e dirigida por Assistentes Sociais de Campos e Região. A partir dos periódicos do CRAS/CRESS, identificamos que as reuniões da ANFAS eram realizadas na sede da Delegacia Seccional de Campos e que a mesma sempre esteve engajada nas lutas e eventos/atividades da categoria.

Em 1994, foi criada a Comissão de Serviço Social de Saúde do município de Campos, com o objetivo de discutir questões ligadas à área (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 2). A comissão possuía um grupo de estudo sobre saúde que se reunia mensalmente no Centro de Saúde de Campos, situado à Rua Gil de Góis, nº 157 – Centro (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 5).

Com o apoio da Delegacia Seccional de Campos, da ANFAS, do SSC/UFF e da Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Serviço Social da Saúde realizou o I Encontro de Serviço Social na área da Saúde, no dia 07 de abril de 1994, no auditório do SSC/UFF. O Encontro, que teve o objetivo de discutir a prática profissional a partir do cotidiano de cada Assistente Social e das experiências acumuladas, contou com a participação de 38 (trinta e oito) Assistentes Sociais; as quais, divididas em grupos, levantaram questões significativas referentes à prática do Serviço Social na área da Saúde (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 2, n. 5).

Como de costume, o Dia do Assistente Social foi comemorado em 1994 com uma programação diversificada que contou com palestra, conferência, debates, grupos, oficinas e missa. A comemoração organizada pela Delegacia Seccional de Campos em parceria com a ANFAS, o SSC/UFF e o DACOM (Diretório Acadêmico Conceição Muniz), aconteceu entre os dias 12 e 15 de maio (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 3).

No dia 24 de outubro de 1994 as Delegacias Seccionais de Campos e de Volta Redonda reuniram-se com a Diretoria do CRESS 7ª Região para apresentação do relatório de atividades de 1994 e programação para o ano de 1995 (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 6).

Dentre as atividades realizadas pela Delegacia Seccional de Campos em 1994 destacamos: organização do II Encontro Norte Fluminense de Assistentes Sociais em maio e do Seminário da LOAS, em junho (em parceria com a ANFAS e o SSC/UFF); realização de entrevistas e visitas de fiscalização; realização de 45 reuniões ordinárias; recadastramento dos profissionais registrados na Delegacia de Campos; participação em eventos; entre outras (Ibid.).

Quanto às atividades previstas para 1995 eram as seguintes:

Curso de capacitação para a categoria; Fiscalização sistemática na região pelo CRESS/Sede; Mapeamento dos locais de trabalho dos profissionais do

Município de Campos; Realização de Fórum com a sociedade civil para divulgação da LOAS; Divulgação do Código de Ética; Realização de encontros mensais entre as representantes da Delegacia e das Comissões; Discussão do orçamento com o CRESS/Sede visando a aquisição de equipamentos para a Delegacia (JORNAL DO CRESS, 1994, n. 6, p. 4).

A escolha da gestão 1996/1999 da Delegacia Seccional de Campos ocorreu em conjunto com a eleição para a Direção do CRESS e do CFESS, nos dias 10, 11 e 12 de abril de 1996, na sede da referida delegacia (JORNAL DO CRESS, 1996, n.1).

Duas chapas concorreram nestas eleições. A Chapa 1: “Renovação” – composta por: Presidente - João Lima dos Santos; Secretária - Flávia Comelli do Nascimento; Tesoureiro - Pedro Luis Barreto de Mello; Suplentes: Jassimery Antonia F. da Silva, Maria Hélia P. da Fonseca, Luzia Helena Galaxe de Lima, que obteve 31 (trinta e um) votos. E a Chapa 2 “Ampliando”, que foi eleita com 90 (noventa) votos.

A posse da diretoria para a gestão 1996/1999 ocorreu no dia 16 de maio de 1996, no auditório da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia⁴⁹. A composição da nova diretoria era a seguinte (JORNAL DO CRESS, 1996, n.1, p. 6; [s.n.], p. 6):

- Iraí Martins Bohrer – Delegada;
- Maria da Penha Lyrio Barreto Moura – Secretária;
- Maria de Fátima Barbosa de Azeredo Silva – Tesoureira;
- Zenóbia Figueiredo Alves de Souza Duarte – Suplente;
- Rita de Cássia de Souza Alves – Suplente;
- Cláudia Márcia Gomes Marins – Suplente.

Ainda em 1996, a Delegacia Seccional de Campos comprou uma sala (Figura 9) situada à Rua Vinte e Um de Abril, nº 272 – 3º andar (sala 311) – Centro – Campos dos Goytacazes, onde passou a ser sediada (JORNAL DO CRESS, 1996, [s.n.], p. 6). Tal fato representou uma conquista para toda a categoria.

⁴⁹ Localizado na Avenida Alberto Torres, nº 217 - Centro - Campos dos Goytacazes/RJ.

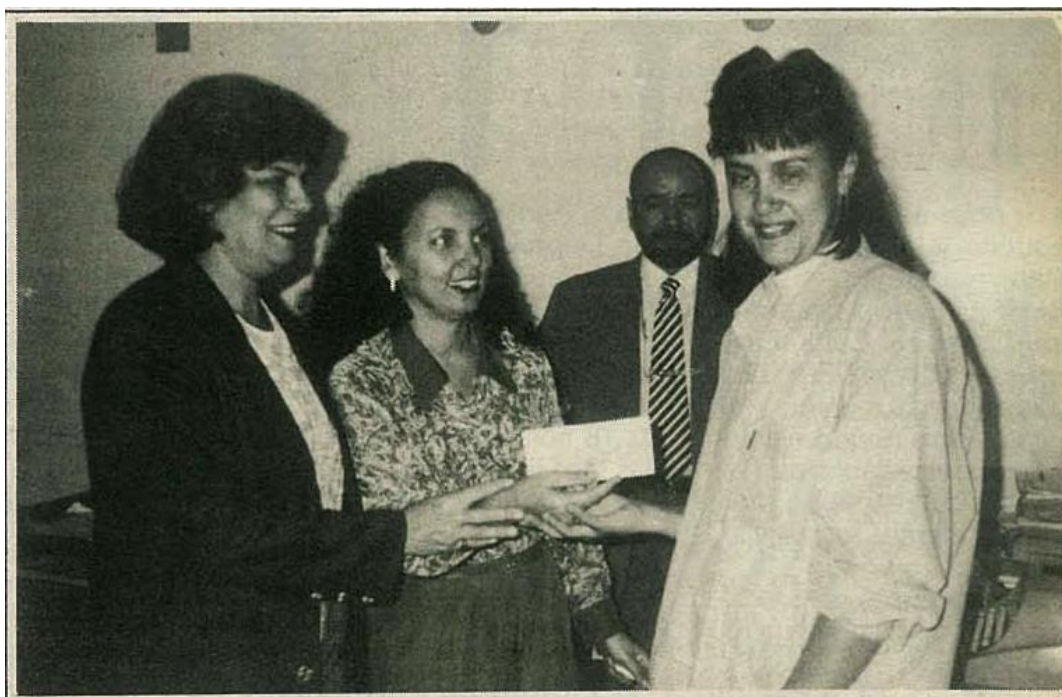


Figura 9: Compra da sala da Delegacia de Campos.
Fonte: JORNAL DO CRESS, [s.n.], ago. 1996.

No ano de 1997, as comemorações pelo mês do Assistente Social foram bastante diversificadas, tendo seu início marcado por uma missa celebrada na Catedral Diocesana de Campos, no dia 15 de maio. O destaque nas comemorações ficou por conta dos *busdoors*⁵⁰ colados em 05 (cinco) ônibus, que percorreram bairros populosos da cidade, felicitando os Assistentes Sociais pelo seu dia (JORNAL DO CRESS, 1997, n. 3).

O evento, que foi encerrado com o curso “Critérios de avaliação para classificação socioeconômica: proposta de um novo instrumental”, ministrado pela Prof^a Maria Inês Gandara Graciano, teve o apoio de diversas instituições de Campos e região (Ibid.).

Destaque-se, ainda, a participação, neste período, da Delegacia de Campos no Encontro Estadual de Seguridade Social através das Assistentes Sociais Iraí Martins Bohrer, Maria Clélia Pinto Coelho e Scheilla Beatriz Alves Bárbara (Ibid.).

Em 1999, a chapa “Fortalecendo a luta” tomou posse no dia 15 de maio, no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET Campos (Rua Dr.

⁵⁰ Propaganda colocada em ônibus. Em geral, no vidro traseiro.

Siqueira, nº 273. Parque Tamandaré – Campos dos Goytacazes/RJ), assumindo a Direção da Delegacia Seccional de Campos para o triênio 1999/2002, sendo composta por:

- Maria Clélia Pinto Coelho – Delegada;
- Eliza Poley Gomes – Secretária;
- Maria Auxiliadora de Barros Freitas – Tesoureira;
- Maria de Fátima B. Azeredo – Suplente;
- Rossana Florêncio M. Ribeiro – Suplente;
- Adriana Paiva Pereira – Suplente.

A Semana do Assistente Social do ano de 2000, promovida pela Delegacia Seccional de Campos com o apoio da categoria e de instituições, teve sua programação composta por inúmeras atividades, tais como: mostra de vídeo, apresentação de trabalhos, exposição de painéis, palestra sobre o projeto ético-político da profissão. Foram realizadas, ainda, como parte das comemorações, palestras nos municípios de Macaé e Bom Jesus do Itabapoana (PRAXIS, 2000, n.2).

No mesmo ano, a Delegacia Seccional de Campos em parceria com o SSC/UFF, realizou, entre os meses de novembro e dezembro, o I Curso de Capacitação de Assistentes Sociais conselheiros em políticas sociais. O curso, que teve 50 (cinquenta) Assistentes Sociais inscritos, todos com inserção em Conselhos de Direitos ou Políticas Públicas, visou oportunizar o debate sobre os parâmetros das políticas públicas de recorte social e sua relação com as novas funções atribuídas aos municípios (PRAXIS, 2000, n. 10).

Em 2001, uma série de eventos marcou as comemorações pelo Dia do Assistente Social. A extensa programação contou com palestras – dentre elas: “A instrumentalidade do Serviço Social” (com Yolanda Guerra), mini-curso sobre Elaboração de Projetos, apresentações musicais, ato público “Dando visibilidade ao Serviço Social” – que contou com a participação de Assistentes Sociais de diversas instituições de Campos, e exposição (PRAXIS, 2001, n. 12).

Em 2002, a Delegacia de Campos promoveu assembléia geral para compor a sub-comissão eleitoral, tendo sido indicadas Ana Maria Almeida da Costa, Ruth Ribeiro do Rosário e Érica Terezinha Vieira de Almeida (PRAXIS, 2002. [s.n.]).

Nas eleições de 2002, ocorridas entre 10 e 12 de abril, a chapa “Participação é Conquista” ressaltou a necessidade de construir meios de participação da categoria profissional em parceria com a comunidade acadêmica (PRAXIS, 2002, n. 14). Observa-se, nesta ocasião, a preocupação acerca da participação da categoria junto à Delegacia Seccional de Campos, aspecto presente ao longo da trajetória da referida Delegacia.

No dia 15 de maio de 2002, a chapa eleita para a gestão 2002/2005 tomou posse, no auditório do CEFET Campos, estando composta pelos Assistentes Sociais:

- Leonardo Marques Pessanha – Delegado;
- Surama Monteiro Fonseca – Secretária;
- Júnia de Souza Elias – Tesoureira;
- Marcelo Barbosa Carvalho – Suplente;
- Maria Isabel dos Santos – Suplente;
- Tânia Elizabeth Gonçalves – Suplente.

A partir de abril de 2003, a Delegacia Seccional de Campos passou a contar com uma Agente Fiscal – a Assistente Social Maria de Fátima Valentim Pessanha, aprovada em concurso público, a qual, enquanto membro da COFI⁵¹ lotada na

⁵¹ A COFI – Comissão de Orientação e Fiscalização – é uma comissão regimental que tem como função principal orientar e fiscalizar o exercício profissional dos assistentes sociais. Sua ação está pautada na Política Nacional de Fiscalização (PNF) aprovada em 1999 no Encontro Nacional CFESS/CRESS. A COFI/RJ foi criada em 1984 e é composta de quatro agentes fiscais (três lotados na sede do Cress, no Rio de Janeiro e uma na Seccional de Campos), diretores e um assistente administrativo. Dentre suas diversas atribuições compete: discutir e implementar a Política Nacional de Fiscalização; encaminhar as denúncias e queixas, que não sejam de natureza ética, procedendo as devidas averiguações e providências cabíveis; promover reuniões com profissionais de áreas específicas de atuação e com instituições onde estejam ocorrendo situações que indiquem: postura profissional inadequada, violação aos princípios éticos e descumprimento de determinações emanada pelas normas administrativas do CRESS, relativas às condições físicas e técnicas para a prestação de serviços sociais, de forma a orientar e alertar aos profissionais e instituições quanto a eventuais inadequações e implicações éticas e legais; realização de visitas de fiscalização, sejam de rotina, de identificação, de orientação e/ ou de constatação de práticas de exercício ilegal, irregular anti-ético da profissão do assistente social; convocar assistentes sociais à comparecerem à sede do CRESS, a fim de prestarem esclarecimentos e/ou serem orientados sobre fatos de que tenham conhecimento ou que estejam envolvidos, tomando suas declarações por termo; realizar em conjunto com outras Comissões do CRESS, discussões, seminários, reuniões e debates que possam subsidiar a prática do Serviço Social; promover reuniões e debates com representantes da ABEPSS/ENESSO e Comissão Permanente de Ética, supervisores e membros de Unidades de Ensino para discussão do estágio e disciplina de ética. (Informações constantes na matéria “Perfil da Comissão de Orientação e Fiscalização”, publicada no Espaço COFI do jornal do CRESS 7ª Região – **PRAXIS** – de março/abril de 2006).

referida Delegacia, passou a atuar nas regiões norte e noroeste fluminense (PRAXIS, 2005, n. 29).

No mesmo ano, a Delegacia de Campos buscou identificar demandas de capacitação profissional destinada aos Assistentes Sociais inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Neste sentido, foram realizadas duas oficinas em parceria com a unidade de ensino de Serviço Social de Campos: uma no dia 22 de julho entre profissionais de Serviço Social e Conselheiros Tutelares, e outra em 27 de agosto com profissionais de Serviço Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social de Campos dos Goytacazes. Ainda em 2003, o CRESS 7ª Região comemorou 04 (quatro) décadas de existência (PRAXIS, 2003, n. 22).

Sempre sintonizada com a realidade a sua volta, a Delegacia Seccional de Campos participou, em 2003, da comissão organizadora do I Seminário sobre Trabalho Escravo e Degradante, realizado entre os dias 17 e 19 de setembro, na cidade de Campos. A iniciativa deste seminário se deu face à constatação da situação vivenciada por muitos trabalhadores da região que encontravam-se trabalhando sob o regime de escravidão e em condições degradantes; e resultou na criação do Comitê de Combate ao Trabalho Escravo e Degradante (PRAXIS, 2003, n. 23).

Em função do número significativo de municípios pertencentes à área de abrangência da Delegacia Seccional de Campos e visando maior proximidade entre esta e os Assistentes Sociais, foram criados, em 2003, os pólos: **Campos**, constituído pelos municípios de São Fidélis, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana e Cardoso Moreira; **Macaé**, formado por Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu; **Itaperuna** constituído por Porciúncula, Natividade, Varre-Sai, Laje do Muriaé, São José de Ubá, Cambuci, Itaocara, Aperibé, Miracema e Santo Antônio de Pádua; **Bom Jesus do Itabapoana** composto por Italva (PRAXIS, 2003, n. 24).

No início de março de 2010, uma nova agente fiscal, Arlene Vieira Trindade, foi contratada pela gestão 2008/2011 “Ética, Autonomia e Luta” para integrar a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS 7ª Região. (CRESS, mar/abr 2010) Assim, a COFI/RJ passou a contar com 05 (cinco) agentes fiscais, sendo quatro lotados na sede do CRESS/RJ e uma na Seccional de Campos.

Visando a garantia dos direitos dos Assistentes Sociais, neste caso o direito de acumulação de vínculos públicos garantidos em lei, o CRESS 7ª Região através de sua assessoria jurídica impetrou, em março de 2004, Mandado de Segurança Coletivo contra a Diretoria do Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, a qual havia negado a posse aos Assistentes Sociais concursados para a Fundação João Barcelos Martins e pressionava os Assistentes Sociais do quadro que já acumulavam cargos (PRAXIS, 2004, n. 25).

Tal iniciativa demonstrou a atenção do Conselho em relação às questões que dizem respeito à efetivação do direito de acumulação de vínculos públicos, conquistado pelos Assistentes Sociais ao serem reconhecidos como profissionais de saúde pela Resolução Nº 218, de 06 de março de 1997, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde⁵²; e pela Resolução CFESS Nº 383/99.

No ano de 2004, o Dia do Assistente Social foi comemorado com diversas atividades como: o Ato Público “O Serviço Social e a garantia de direitos”; mesa-redonda “Garantir direitos à terra, ao trabalho e à Seguridade Social Pública: um dever do Assistente Social”; exposições de dissertações de mestrado; I curso de atualização em Serviço Social; e mini-cursos. Além das atividades realizadas em Campos, houve mini-cursos nos núcleos de Bom Jesus do Itabapoana e Macaé, e palestra de inauguração do núcleo de São Fidélis (PRAXIS, 2004, [s.n.]).

A Delegacia Seccional de Campos participou em abril de 2004 do XIII Encontro Nacional de Direitos Humanos da Assembléia Nacional de Direitos Humanos, em Goiânia. Esteve presente, ainda, no Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante do Norte e Noroeste Fluminense, e na Coordenação do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, criado em 24 de abril de 2004 (PRAXIS, 2004, n. 26).

Neste ano, a Delegacia de Campos esteve envolvida nas discussões sobre a reestruturação do Conselho de Comunidade em Campos. E, participou da

⁵² A Resolução Nº 218 do Conselho Nacional de Saúde reconhece como profissionais de saúde de nível superior as seguintes categorias: Assistentes Sociais; Biólogos; Profissionais de Educação Física; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Médicos; Médicos Veterinários; Nutricionistas; Odontólogos; Psicólogos; e Terapeutas Ocupacionais. Sendo assim, o Assistente Social está amparado no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal que garante o direito de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

organização do seminário “A crise do Sistema Penitenciário e o papel da Sociedade Civil”, realizado nos dias 10 e 11 de novembro (PRAXIS, 2004, n. 27, n. 28).

Como é possível perceber, a Delegacia Seccional de Campos sempre esteve presente nos movimentos ligados aos direitos humanos, participando ativamente dos debates e eventos realizados com o objetivo de ampliar e socializar as discussões em toda região.

Em 28 de fevereiro de 2005, foi realizada uma assembléia ordinária, na sede da Delegacia Seccional de Campos, para a escolha da diretoria provisória que estaria à frente da delegacia até as eleições para a gestão 2005/2008. Desde então, a Delegacia passou a ser dirigida pelas Assistentes Sociais:

- Janaína de Souza Azevedo – Delegada;
- Lígia França de Araújo – Secretária;
- Alessandra Florido da Silva Ribeiro – Tesoureira.

No referido ano houve, através da Resolução CFESS Nº 468/2005, de 28 de abril de 2005, a alteração da designação das “Delegacias Seccionais” que passaram a se denominar “Seccionais”. Neste sentido, a Delegacia Seccional de Campos passou a designar-se “Seccional de Campos, do CRESS da 7ª Região”, conforme art. 1º da referida resolução.

Alterou-se, ainda, de acordo com o art. 2º da mencionada Resolução, “a designação do responsável pela Delegacia Seccional, até então denominado ‘Delegado’ para: **‘Coordenador da Seccional de (Município e/ou Estado) do CRESS da ... Região’**”. Sendo assim, no caso de Campos, o responsável pela Seccional denomina-se Coordenador da Seccional de Campos do CRESS da 7ª Região.

Vale ressaltar, que a mudança introduzida pela referida resolução levou em consideração a confusão feita, não raras vezes, entre os termos “Delegacias Seccionais” e “delegacias de polícia”.

No mesmo ano, após processo eleitoral, a chapa “Efetivando direitos: O tempo não pára” tomou posse dia 16 de maio, no Auditório Miguel Ramalho – CEFET/Campos, assumindo a gestão da Seccional pelo triênio 2005/2008. Na

ocasião, também foram comemorados os 30 (trinta) anos da Seccional em Campos.⁵³

O discurso da gestão 2005-2008, “Efetivando direitos: o tempo não pára”, enfatizou a importância da participação da categoria na defesa do projeto ético-político, apresentou as propostas de trabalho e convidou os profissionais para contribuírem para a efetivação das mesmas (PRAXIS, 2005, n. 31, p. 3).

A gestão 2005/2008 era composta pelos Assistentes Sociais (PRAXIS, 2005, n. 30, p. 6):

- Thaís Tavares Bernardo – Coordenadora;
- Gisele Pereira Luiz – Secretária;
- Júnia de Souza Elias – Tesoureira;
- Janaína Alves Monteiro – Suplente;
- Leonardo Marques Pessanha – Suplente;
- Marco Antônio Pedro Vieira – Suplente.

O mês de maio (mês do Assistente Social) do ano de 2005, em Campos, foi marcado por eventos comemorativos. Foram realizadas palestras com as professoras Terezinha Abud, Isabela Sarmet e Yolanda Guerra.

Foram ministrados, ainda, os mini-cursos: Política de Assistência a Criança e ao Adolescente, com Érica Terezinha Almeida; A Família Contemporânea, com Sheila Bárbara; Direitos Humanos, com Alessandra Florido e Ivana Arquejada; Formulação e Gestão de Projetos, com Denise Juncá e Rita Márcia Paixão; Projeto ATAS: experiências de afirmação do projeto ético-político junto aos profissionais da área de saúde, com Isabela Sarmet de Azevedo e Thais Tavares Bernardo; e Questão do Idoso: estatuto e política nacional, com Ketnen Rose Medeiros Barreto. No núcleo de Bom Jesus do Itabapoana também foram realizadas palestras (PRAXIS, 2005, n. 31).

Durante a gestão 2005/2008 foram realizadas visitas e reuniões da COFI com os profissionais da área de saúde e assistência social dos municípios que compõem a área de abrangência da Seccional. Além disso, a Seccional de Campos esteve

⁵³ O fato de se ter comemorado os 30 (trinta) anos da Seccional de Campos no ano de 2005, reforça que o ano de criação considerado pela entidade é **1975**, quando, segundo os registros históricos, houve a reativação da Delegacia Regional de Campos.

presente em diversas conferências – de Assistência Social, de Direito da Criança e do Adolescente, de Saúde – e no 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado entre os dias 04 e 07 de setembro de 2005 em Manaus (AM) (PRAXIS, 2005, n. 32); apoiou a realização do I Seminário de Gestão Participativa em Saúde da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, realizado no dia 12 de dezembro de 2005 no auditório do CEFET Campos; e participou do II Encontro de Assistentes Sociais, promovido pelo Serviço Social da Fundação João Barcelos Martins no dia 23 de novembro do mesmo ano (PRAXIS, 2005, n. 33).

Em 2006, houve mobilização da Seccional no intuito de propiciar a participação da entidade no Fórum Mundial de Educação, realizado no mês de março, em Nova Iguaçu (RJ). Além disso, a Seccional exibiu diversos filmes dentro da programação do “Cinema no CRESS”, abordando temas relacionados a saúde, educação, assistência e trabalho (PRAXIS, 2006, n. 34).

Visando o cumprimento da Política Nacional de Fiscalização no que se refere à articulação com as Unidades de Ensino, a Seccional de Campos definiu e consolidou ações conjuntas com a Coordenação de Estágio do SSC/UFF. Dentre as ações destacam-se a realização do curso de capacitação para supervisores de campo e o fórum de estágio e supervisores de campo (PRAXIS, 2006, n. 36).

Mais uma vez a parceria entre a Seccional de Campos e o Departamento de Serviço Social de Campos – UFF se destaca como algo extremamente positivo para a categoria profissional, na medida em que tais instituições são as responsáveis pelo credenciamento profissional dos Assistentes Sociais da cidade de Campos e região.

As ações da COFI no período de 2005/2006 estiveram centradas nos espaços das Prefeituras Municipais, sobretudo nas áreas de saúde e assistência social. Tais ações, desenvolvidas pela agente fiscal da Seccional à época, Iraí Martins Bohrer, abrangeram os municípios de Campos, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, São Fidélis e Macaé (PRAXIS, 2006, n. 37).

Dentre as ações ocorridas ainda no ano de 2006 destacam-se: a realização da reunião da Comissão de Educação da Seccional; visitas às secretarias municipais de Campos dos Goytacazes; participação de conselheiras da Seccional no Conselho de Comunidade da Vara de Execuções Penais; reativação dos

trabalhos da Comissão de Saúde da Seccional; reuniões do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (PRAXIS, 2006, n. 39).

No ano de 2007, a Seccional de Campos participou das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública e das Assembléias Populares na Região Norte Fluminense (PRAXIS, 2007, n. 40). Esteve presente, ainda, na comemoração pelo Dia do Assistente Social promovida pela Secretaria de Administração do Município de Campos dos Goytacazes, no dia 06 de maio; e no Fórum de Estágio em Serviço Social, realizado, no dia 25 de maio, numa parceria entre Coordenação de Estágio/UFF e COFI/Seccional de Campos. Esta parceria Universidade-Seccional permitiu a realização de um curso de aperfeiçoamento, visando a formação continuada de assistentes sociais para o trabalho de supervisão de estagiários de Serviço Social, que teve início no dia 1º de junho com palestra de abertura proferida pelo professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (PRAXIS, 2007, n. 41).

As eleições para o triênio 2008/2011 do conjunto CFESS/CRESS ocorreram entre os dias 21 e 23 de novembro e a chapa “Lutar Sempre com Compromisso e Ética” foi eleita para a Direção da Seccional de Campos, com a seguinte composição (PRAXIS, 2007, n. 43, p. 8):

- Janaína Alves Monteiro – Coordenadora;
- Luciana Custódio Soares – Secretária;
- Iraí Martins Bohrer – Tesoureira;
- Gisele Pereira Luiz – Suplente;
- Lidiane Pereira Braga – Suplente;
- Ana Teresa de Sá Santos Cezário – Suplente.

Vale ressaltar, que a posse da referida diretoria ocorreu no dia 15 de janeiro de 2008, na sede da Seccional de Campos (Rua Vinte e Um de Abril, nº 272, Edifício Brasiluso - 5º andar - sala 507 – Centro - Campos dos Goytacazes/RJ).

A Seccional de Campos, objetivando maior aproximação com os Assistentes Sociais, buscou realizar, no mês de maio de 2008, um trabalho de descentralização nos núcleos e nos municípios de sua abrangência, a fim de discutir a questão da precarização da formação profissional, seus impactos no projeto ético-político e o aperfeiçoamento contínuo do profissional (PRAXIS, 2008, n. 45).

Neste sentido, e por ocasião das comemorações pelo mês do Assistente Social, foi realizada, no dia 09 de maio, uma palestra sobre formação profissional com a professora Mavi Pacheco. Outros cursos e palestras também foram realizados durante o mês, com destaque para o curso sobre os Instrumentos em Serviço Social (PRAXIS, 2008, n. 45).

Na busca pela capacitação continuada, a Seccional de Campos, realizou neste período, em parceria com as Assistentes Sociais do município, o Encontro da Saúde e o Encontro da Educação (Ibid.).

A diretoria da Seccional de Campos (gestão 2008/2011) mostrou-se favorável à nucleação, afirmando que:

Desde a gestão 1996/99, esta tem sido uma questão presente na realidade da Seccional de Campos. Nesse período foram instituídos, mesmo que informalmente, os Núcleos de Bom Jesus do Itabapoana e Macaé. O objetivo era de melhorar a comunicação com os profissionais localizados nesta área de abrangência da Seccional e terminar com a dificuldade de acesso. A proposta é a de que a colaboração de alguns profissionais favoreça a participação e maior proximidade do Conselho, possibilitando a descentralização das ações e ampliando o raio de ação do Cress. Esta foi a concepção das gestões subseqüentes, que mantiveram a idéia do Núcleo e, na gestão 2002/04, foi instituído o Núcleo de São Fidélis. Muitas foram as dificuldades para implementar essa idéia, tendo em vista seu formato de origem informal. Ao assumir o debate, a sede do Cress - 7ª Região resgata a esperança de ver viabilizada uma idéia que há muito vem germinando na Seccional de Campos. Vale destacar que a concepção de nucleação não deve e não pode conter a idéia reducionista de Núcleo como suporte logístico, em face da dificuldade e/ou impossibilidade de implantação de novas Seccionais, mas como "... espaços de articulação e organização dos assistentes sociais que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão política do Cress" (CRESS, 7ª Região, Regimento Interno, Rio de Janeiro, D. O, 2006). (PRAXIS, 2008, n. 47, p. 3)

Durante a gestão 2008/2011, a luta pela garantia de direitos e por condições éticas e técnicas para o exercício profissional do Assistente Social foi uma constante. A Seccional de Campos esteve ao lado da categoria realizando reuniões com os profissionais e gestores da Prefeitura de Campos, e dando os encaminhamentos pertinentes. Neste contexto, ressaltou-se o compromisso da categoria com a população usuária e chamou-se a atenção para a realidade do trabalho cotidiano desse profissional (PRAXIS, 2009, n. 50).

No período 2009/2010, a sede da Seccional de Campos - situada à Rua Vinte e Um de Abril, nº 272, salas 311/312 – Centro – Campos dos Goytacazes / RJ -

sofreu uma reforma e houve a ampliação do seu espaço, que passou a contar com duas salas, incluindo um mini-auditório aberto aos Assistentes Sociais (PRAXIS, 2010, n. 52).



Figura 10: Mini-auditório da Seccional de Campos.
Fonte: PRAXIS, 2010, n. 52. Edição Especial.

As comemorações do Mês do Assistente Social de 2010 contaram com panfletagem “Participação e Controle Social”, cursos – “Orçamento público e políticas sociais”, “Parecer Social na Saúde”, “Elaboração de projeto de intervenção profissional”, e mini-cursos – “Os fundamentos éticos da profissão”, “O trabalho do Serviço Social na saúde mental” – na Seccional de Campos; além de palestras nos núcleos de Macaé (“Formação Profissional – Desafios na qualidade da formação”) e Bom Jesus (“Parâmetros da saúde”), e curso sobre Elaboração de projeto de intervenção profissional, em São Fidélis (PRAXIS, 2010, n. 53).

O balanço da gestão 2008/2011 feito pela equipe da Seccional, apontou como desafios a definição das competências e atribuições do Assistente Social atual para a profissão na região, e a política de nucleação, iniciada durante a referida gestão nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Macaé e São Fidélis. Além disso, reforçou a necessidade de se trabalhar a questão da participação da categoria no espaço da Seccional (PRAXIS, 2011, n. 58).

Neste período, a região sediou eventos, que propiciaram a reflexão da prática profissional, tais como: I Seminário do SUAS; Seminário de Devolução das Visitas

programadas aos CRAS⁵⁴ no Município de Campos dos Goytacazes; Seminário da Educação; Seminário da Saúde; e a palestra da professora Marilda Villela Iamamoto, realizada no mês de abril, no auditório do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora, com a participação expressiva da categoria (PRAXIS, 2011, n. 58).

A gestão “Em defesa da ética no Serviço Social”, que estará à frente da Seccional de Campos no triênio 2011/2014, tomou posse no dia 13 de maio de 2011 no auditório do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, foi realizada uma palestra ministrada pela Assistente Social Edilamar Viana da Silva, intitulada: “PROFISSÃO: ASSISTENTE SOCIAL – Trajetória Histórica e Perfil Profissional no município de Campos dos Goytacazes”. Entre os presentes encontravam-se Assistentes Sociais, estudantes e docentes do Curso de Serviço Social da UFF – Campos.

Esta chapa vem trazer à memória os princípios mais importantes que configuram o nosso projeto sócio-político. Portanto, nossas lutas baseiam-se nesses princípios: liberdade; defesa intransigente dos direitos humanos; democratização de procedimentos; compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados (PRAXIS, 2011, n. 57, p. 10).

A atual Diretoria da Seccional de Campos está composta por:

- Liliane Cardoso D’Almeida – Coordenadora;
- Rosângela Maria Amorim Benevides Guimarães – Secretária;
- Júnia de Souza Elias – Tesoureira;
- Thaís Tavares Bernardo – Suplente;
- Iraí Martins Bohrer – Suplente;
- Ana Teresa de Sá Santos Cezário – Suplente.

Atualmente a Seccional de Campos conta com uma assistente administrativa, um auxiliar de serviços gerais e um membro da COFI⁵⁵, que vem realizando fiscalização do exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social com ênfase nas condições éticas e técnicas de trabalho, bem como nas atribuições e competências profissionais (PRAXIS, 2010, n. 53).

⁵⁴ Neste caso, a sigla CRAS refere-se aos Centros de Referência de Assistência Social.

⁵⁵ A agente fiscal Maria de Fátima Valentim Pessanha.

A partir do exposto é possível inferir que durante a trajetória histórica da Seccional de Campos, a preocupação em estabelecer parcerias com as instituições que se relacionam com a profissão, sobretudo a universidade – neste caso, o Departamento de Serviço Social de Campos – UFF, sempre esteve presente, sendo possível a realização de palestras, cursos de capacitação/atualização, seminários, fóruns, entre outros. A Seccional se manteve engajada nas questões relacionadas aos direitos humanos e à formação profissional.

Observa-se, ainda, que a Seccional vem desempenhando suas competências com bastante afinco e responsabilidade, colaborando, sobretudo, para a “[...] *dinamização do CRESS, com vistas à defesa e fiscalização da qualidade dos serviços profissionais prestados à sociedade*”. Destaca-se, também, o empenho na organização e coordenação das suas eleições e as do CRESS e CFESS na sua jurisdição de acordo com as instruções vigentes; e a preocupação com a realização da fiscalização do exercício da profissão de Assistente Social.

Vale ressaltar que somente após a conquista das credenciais necessárias ao exercício profissional é que se está apto à inserção no mercado de serviços. E, no caso do Serviço Social em Campos, tais credenciais vêm sendo fornecidas pela UFF e CRESS/RJ – Seccional de Campos, cujas trajetórias históricas foram apresentadas neste capítulo.

5 PERFIL PROFISSIONAL

“O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais [...]; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos da história.”

(Marilda V. Yamamoto)

O perfil dos Assistentes Sociais não tem sido um tema de interesse investigativo dentro da categoria profissional. Os poucos trabalhos empreendidos e disponíveis na produção acadêmica a este respeito referem-se, em sua maioria, aos “pioneiros” da profissão ou circunscrevem-se a um âmbito da prática profissional, impedindo que se façam ilações ao conjunto da categoria dos Assistentes Sociais (SIMÕES, 2001).

É importante destacar, contudo, que a falta de referências sobre o perfil profissional, na literatura brasileira, não se restringe ao Serviço Social, acometendo outras profissões. Os inúmeros trabalhos empreendidos têm privilegiado as “profissões imperiais” (COELHO, 1999) – Medicina, Engenharia e Advocacia.

Os papéis profissionais são, freqüentemente, confundidos pela população, pelo mercado de trabalho e pelos próprios “futuros profissionais”, em função do desconhecimento das especificidades das diversas profissões, dentre elas o Serviço Social (GONDIM, 2002). Assim, faz-se necessária maior atenção aos estudos sobre o Perfil Profissional, através do qual temos a oportunidade de conhecer melhor os papéis profissionais e, conseqüentemente, as profissões que coexistem em nossa Sociedade Contemporânea.

É neste sentido, e indagando-nos quem é esse profissional, que empreendemos a pesquisa sobre o Perfil dos Assistentes Sociais que atuam no município de Campos dos Goytacazes – RJ, através da qual esperamos, por meio dos resultados apresentados no presente capítulo, contribuir para as discussões acerca do Serviço Social.

5.1 APONTAMENTOS SOBRE O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

Embora sejam escassos os trabalhos acerca do perfil do Assistente Social, os estudos realizados acerca das origens da profissão no Brasil, na década de 1930, revelam que o grupo dos “pioneiros” do Serviço Social era formado por mulheres de famílias abastadas, militantes do movimento católico – as chamadas “Damas de Caridade”.

Trata-se, segundo Iamamoto e Carvalho (2004, p. 216), de uma profissão constituída

fundamentalmente de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais; [além de] constituir-se a partir de moças e senhoras da sociedade, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade; [e] ter como um ponto comum alguma forma de militância nos meios católicos. (grifos dos autores)

Observa-se, nesse período, a exigência de um perfil bastante restrito, pois, para ingressar na Escola de Serviço Social de São Paulo, era necessário ter idade entre 18 e 40 anos, curso secundário (antigo ginásio / 1º grau), apresentar referências de três pessoas idôneas e submeter-se a exame médico (MARTINELLI, 2009).

No entanto, a partir da década de 1940, o Serviço Social, que até então contava com membros oriundos das altas classes, passou a recrutar profissionais em novos segmentos sociais – mais especificamente dos setores médios. O alargamento da base de recrutamento acarretou mudanças no contexto da categoria, já que os “novos componentes não eram movidos apenas por ideais religiosos ou vocação para servir, nem sequer estavam preocupados com a preservação de poderes hegemônicos ou patrimônios particulares” (Ibid., p. 134).

Ao serem absorvidos pelas grandes entidades assistenciais, na década de 1940, os Assistentes Sociais tornaram-se profissionais assalariados. E, enquanto profissão remunerada, o Serviço Social passou a contar com um número crescente de profissionais provenientes dos setores subalternos (IAMAMOTO E CARVALHO, 2004).

Com o advento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, na década de 1960, houve alterações substanciais no interior da profissão que repercutiram no perfil do Assistente Social; não alterando, contudo, uma característica histórica, pois, conforme os dados da pesquisa realizada na década de 1980, a profissão permanece majoritariamente feminina.

Os principais dados obtidos nesta pesquisa e que permitem delimitar o perfil da categoria e sua situação de trabalho dizem respeito a:

– **94,2% da categoria é composta por mulheres, o que confirma que o serviço social é uma profissão eminentemente feminina;**

– 26,8% encontra-se fora do mercado de trabalho (desemprego aberto 7,8% e não exercem 19%);

– 53,9% trabalham em uma jornada de 40 a 45 horas semanais e 23, 2% de 30 a 35 horas;

– 62,5% atuam nas diferentes esferas do serviço público (14,4% – municipal; 28,1% – estadual e 20% a nível federal), 30,6% no setor privado, 6,85% na economia mista;

– 65,1% recebem até 6,7 salários mínimos, sendo que: 1,7% recebem 1,65 salários mínimos. 12,1% recebem 3,5 salários mínimos. 30,1% recebem 5,0 salários mínimos. 21,2% recebem 6,7 salários mínimos. (CENEAS, 1983 apud ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 162-163, grifo nosso)

Dentre os estudos recentes sobre o Perfil do Assistente Social no Brasil destaca-se a pesquisa realizada pelo CFESS em 2004, em parceria com diversas instituições brasileiras, e publicada em 2005. O referido estudo, que evidenciou, segundo Simões (2008), a ausência de dados sobre o tema, vem preencher uma lacuna existente sobre a identidade da profissão, apresentando “subsídios para debates da profissão com objetivo de elaborar um perfil do profissional de Serviço Social em atividade no Brasil, pois até então as pesquisas existentes sobre esse tema tinham abrangência local” (CFESS, 2005b).

Apresentamos, no item seguinte, o estudo acerca do perfil dos Assistentes Sociais que exercem a profissão nas mais diversas áreas e instituições em Campos dos Goytacazes – RJ, estabelecendo possíveis relações com o perfil nacional identificado pela pesquisa do CFESS, que revelou a manutenção de algumas características – tais como sexo, religião, estado civil, dentre outras, presentes na profissão desde sua origem no Brasil.

5.2 PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS⁵⁶ QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.

5.2.1 Identificação

Os dados da pesquisa revelam que o perfil geral dos Assistentes Sociais entrevistados que atuam no Município de Campos dos Goytacazes, no que se refere a sexo, religião, pertença étnico-racial, orientação sexual e estado civil, coincidem com o perfil nacional apresentado pelo CFESS (2005b).

A tendência histórica da profissão se confirma no município, pois a categoria dos Assistentes Sociais é predominantemente feminina (94%), contando com apenas 6% de profissionais pertencentes ao sexo masculino.

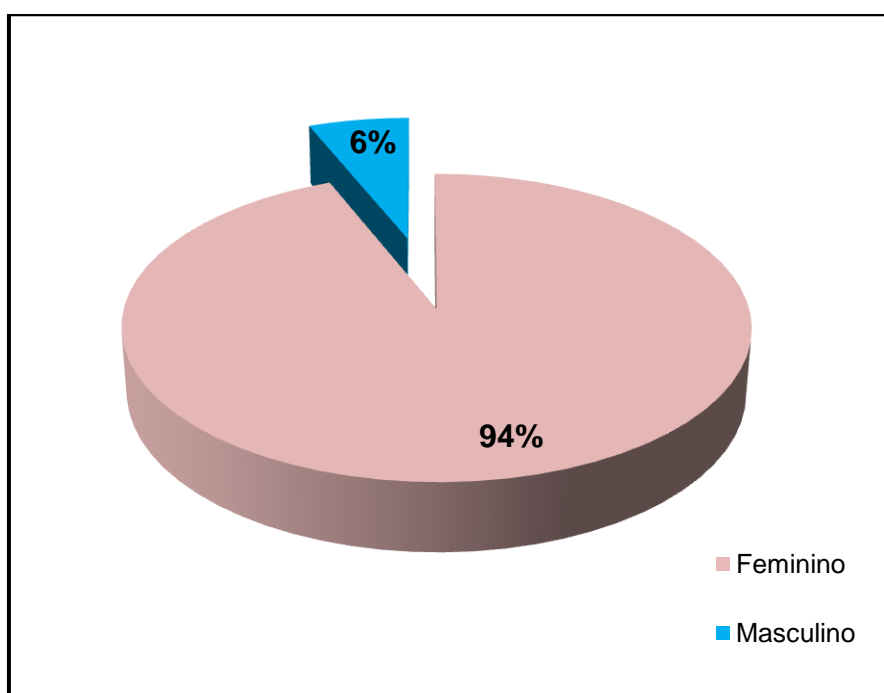


Gráfico 1: Sexo

Em relação à idade, os dados da pesquisa mostram que a maioria dos Assistentes Sociais possui entre 25 e 34 anos (50%), enquanto os demais encontram-se divididos entre as faixas de 35 a 40 anos (24%) e 45 a 59 anos (26%).

⁵⁶ Referimo-nos aos Assistentes Sociais participantes desta pesquisa.

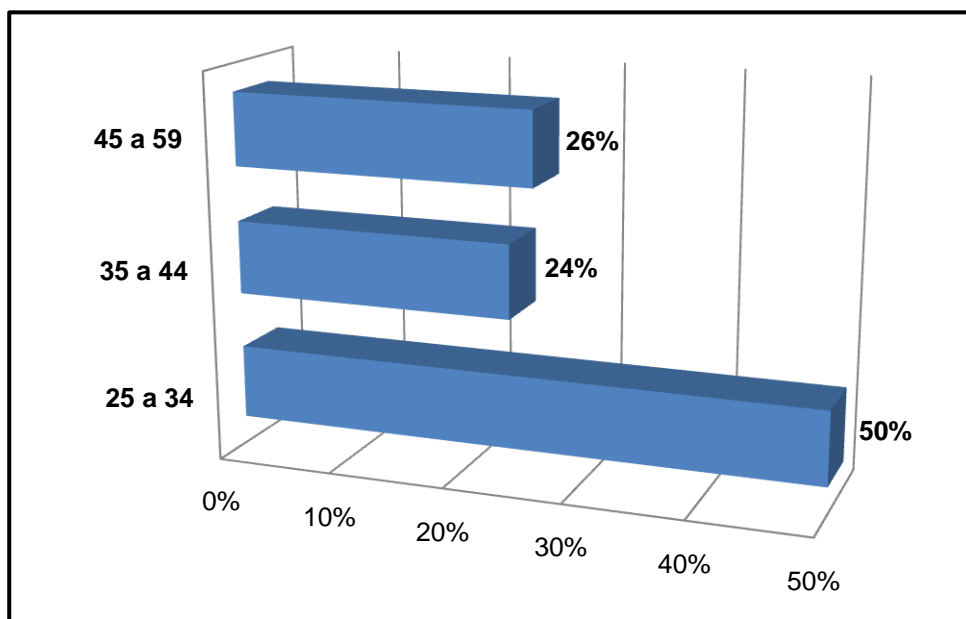


Gráfico 2: Idade

No que se refere à religião, observa-se que a católica é majoritária entre os entrevistados (com 46%), seguida pela protestante (com 28%) e espírita (com 12%). Dos 14% restantes, 10% afirmaram não possuir religião⁵⁷ e 4% declararam-se adeptos de outras religiões.

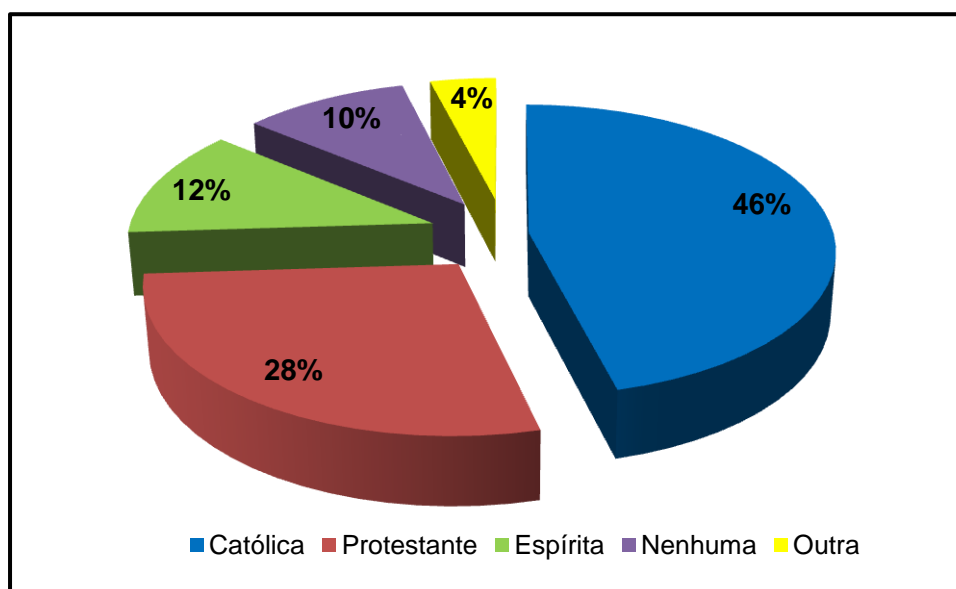


Gráfico 3: Religião

⁵⁷ Os Assistentes Sociais que declararam não possuir religião foram enquadrados na categoria “nenhuma”, na qual estão agrupados aqueles que não são adeptos de nenhuma denominação religiosa; o que não significa, necessariamente, que sejam ateus.

Dentre os que declararam possuir alguma religião, 73% revelaram que são praticantes, enquanto que 27% responderam que não. Conforme observa-se no gráfico a seguir, o grau de assiduidade na religião católica destaca-se em relação às demais.

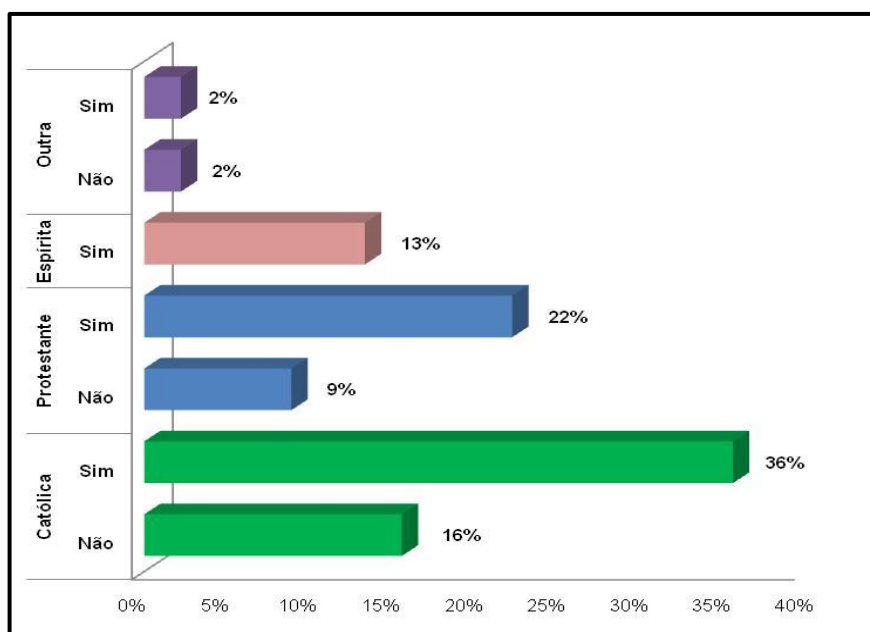


Gráfico 4: Assiduidade Religiosa (Praticante)

No tocante à pertença étnico-racial, perguntamos aos Assistentes Sociais como se identificavam, dando-lhes a possibilidade de se autodeclararem, por meio da resposta aberta. Assim, além da raça branca (com 60%) e negra (com 16%), apareceram mais 05 variáveis de autodeclaração étnico-racial, conforme o gráfico 5.

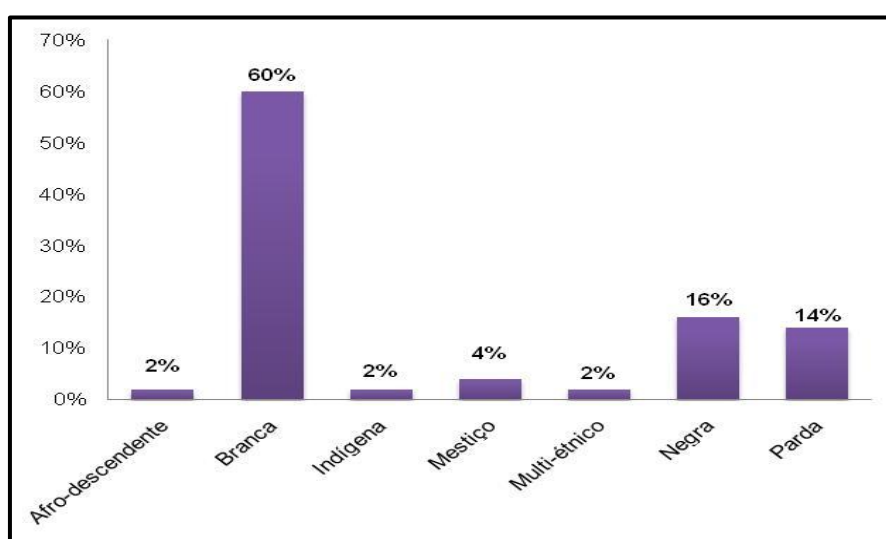


Gráfico 5: Pertença Étnico-Racial

Quanto à orientação sexual, 98% dos Assistentes Sociais entrevistados se declararam heterossexuais, enquanto 2% afirmaram ser bissexuais, como mostra o gráfico a seguir:

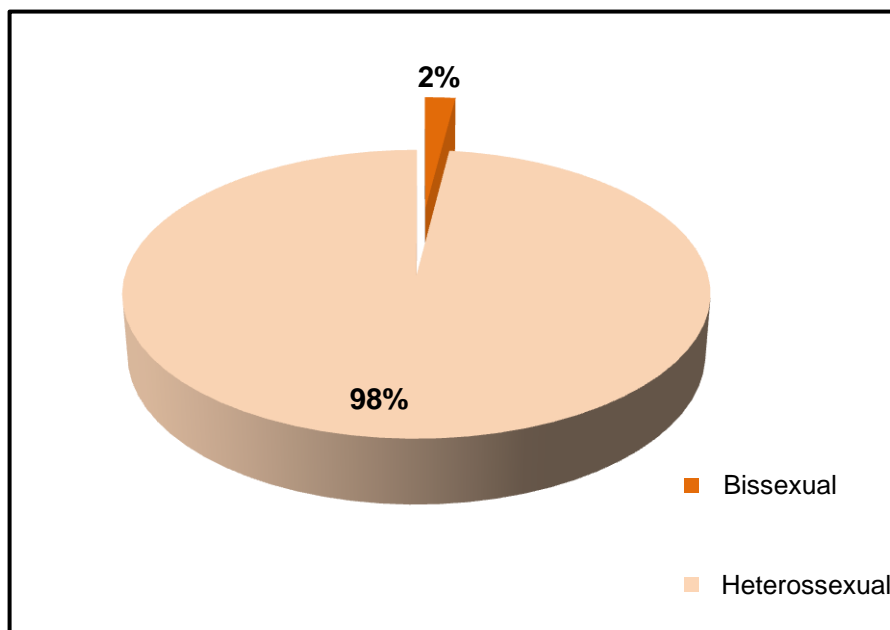


Gráfico 6: Orientação Sexual

Sobre o estado civil, obtivemos as seguintes respostas:

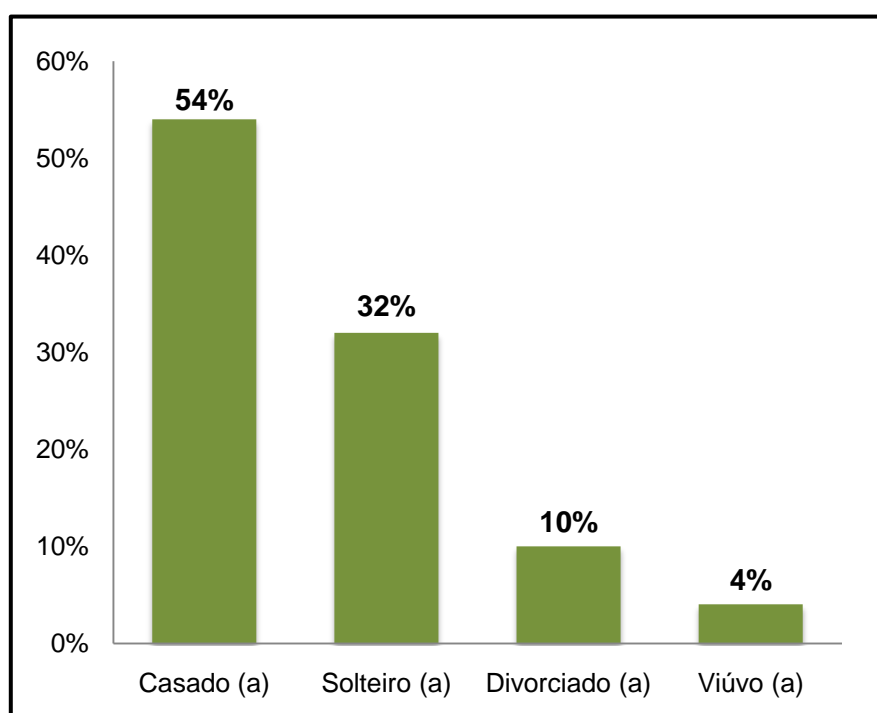


Gráfico 7: Estado Civil

Como é possível verificar no gráfico 7, a maioria dos (as) Assistentes Sociais são casados (as), o que corresponde a 54% dos entrevistados. Já em relação à existência de filhos, a maior parte respondeu não ter filhos (38%). Dentre os que possuem filhos, 24% afirmaram ter um, 30% disseram ter dois, e 8%, apenas, declararam ter três; como se observa no gráfico abaixo.

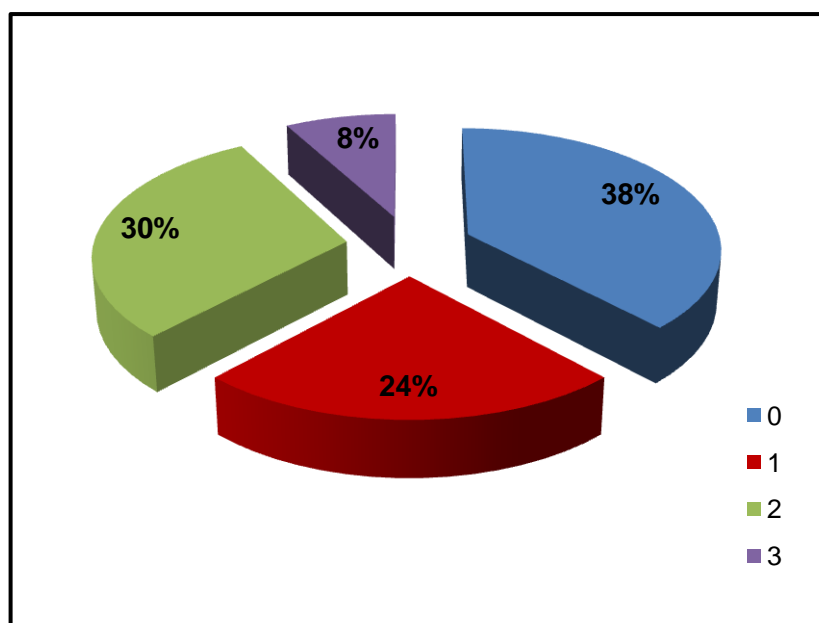


Gráfico 8: Quantidade de Filhos

Em relação à renda familiar, a maioria (62%) dos Assistentes Sociais afirmou que esta perfaz mais de 09 salários mínimos⁵⁸, conforme gráfico a seguir.

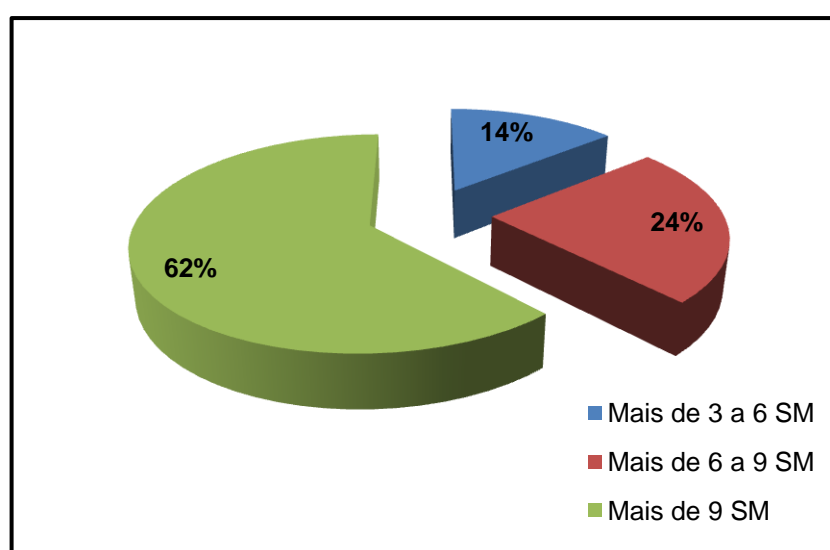


Gráfico 9: Renda Familiar

⁵⁸ Na época da pesquisa – Nov/2010 a Jan/2011 – o Salário Mínimo era de R\$ 510,00.

Quanto ao núcleo familiar, observamos que a maioria dos Assistentes Sociais conta com um número de membros em sua família que varia entre 02 (28%) e 04 (34%); característica que se destaca, sobretudo, entre os Assistentes Sociais que possuem renda familiar de mais de 9 salários mínimos, se comparada às demais faixas de renda.

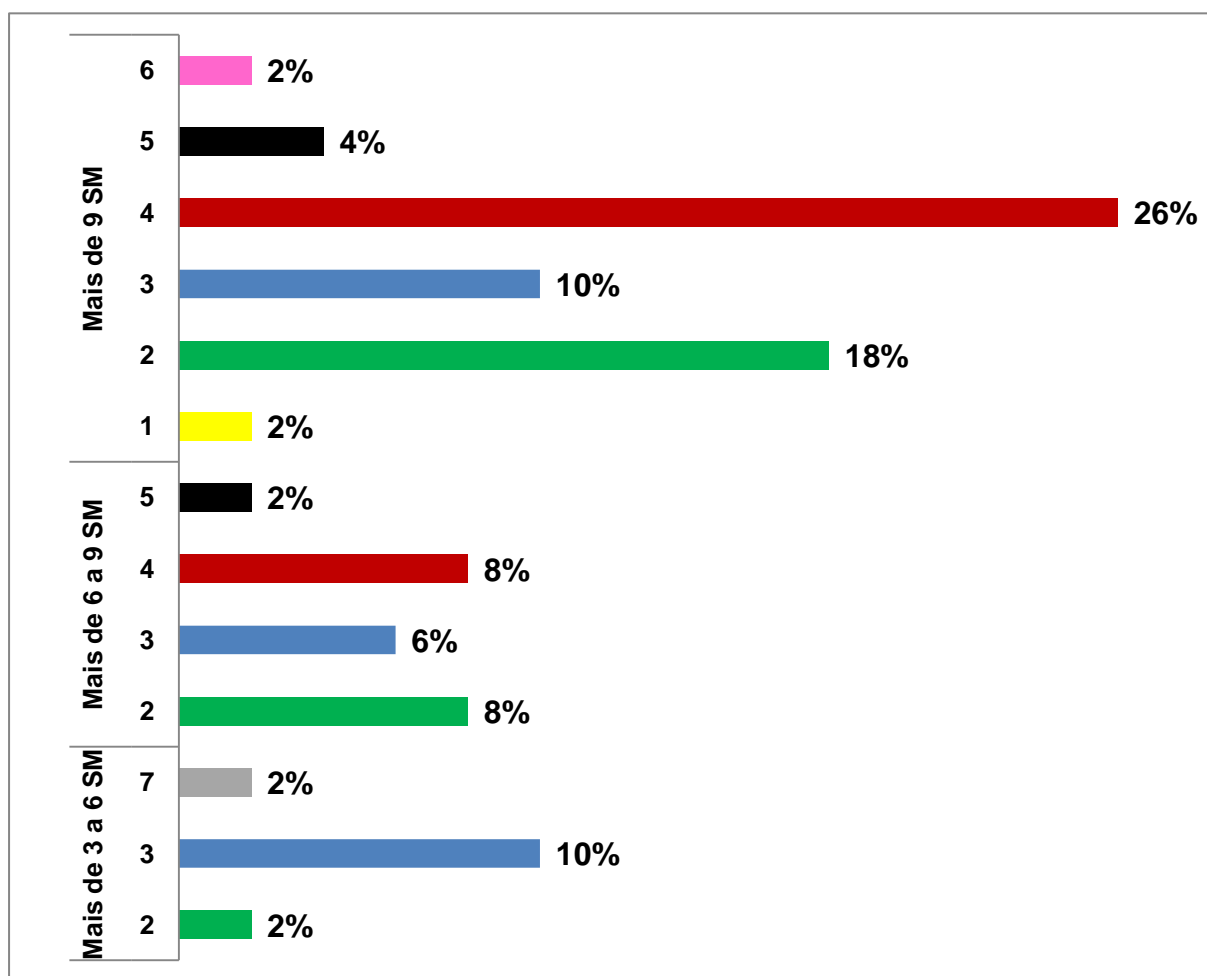


Gráfico 10: Número de membros na família por faixa de renda familiar

A partir dos dados expostos neste item, podemos inferir que o perfil geral predominante entre os Assistentes Sociais entrevistados, que atuam no Município de Campos dos Goytacazes, difere-se do perfil nacional apenas no tocante à faixa etária, caracterizando-se da seguinte forma: mulher, com idade entre 25 e 34 anos, católica praticante, branca, heterossexual, casada e sem filhos. Possuem um núcleo familiar que varia de 2 a 4 membros, com renda de mais de 9 salários mínimos, o que lhes permite gozar de uma condição de vida satisfatória social e economicamente falando.

5.2.2 Escolha do Curso e Formação

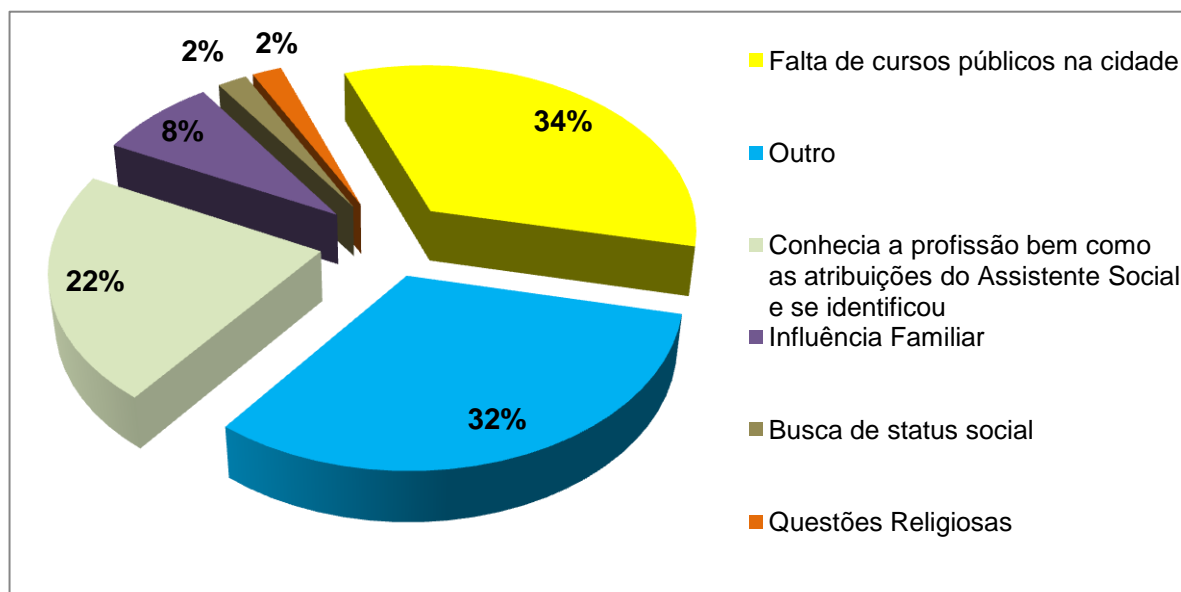


Gráfico 11: Motivo para a Escolha do Curso de Serviço Social

Quando perguntados sobre a razão da escolha do curso de Serviço Social, a maioria (34%) afirmou que a opção se deu em função da falta de cursos públicos na cidade. Este dado é corroborado pelo fato de que 34% dos entrevistados ingressaram no curso de Serviço Social entre as décadas de 1970 e 1990, especificamente até o ano de 1992, quando a UFF figurava como a única instituição pública de ensino superior na cidade, oferecendo apenas o curso de Serviço Social. Com a criação da UENF, em 1993, novos cursos passaram a ser oferecidos à população da cidade de Campos dos Goytacazes e região, que passou a ter outras opções no âmbito da formação de nível superior.

32% dos entrevistados responderam que a escolha se deu por outros motivos, cujas opções apresentadas no formulário não contemplaram, enquadrando-se, por isso na categoria “outro”. Dentre as inúmeras justificativas apresentadas, observa-se que muitos optaram pelo Serviço Social porque o curso pretendido não era oferecido por nenhuma instituição pública da cidade ou apenas pelo fato de ser uma opção de curso público; outros apontaram o impedimento por parte da família de ir estudar em outra cidade; e há os que escolheram o curso em função de correntes teóricas ou filosofia de vida. As falas a seguir ilustram tais justificativas.

“Quería fazer o curso de engenharia, mas não havia o curso em universidade pública. Depois de conversar com uma Assistente Social, me identifiquei.” (AS 06)

“Por ser uma das opções de curso público na cidade.” (AS 13)

“Quería fazer psicologia e ao conhecer a profissão, me identifiquei.” (AS 23)

“Eu tinha intenção de fazer jornalismo e quando comprei o formulário da UFF, a minha mãe não aceitou que eu fizesse o curso em Niterói; por isso, optei pelo curso de Serviço Social em Campos.” (AS 32)

“Pela vinculação que o Serviço Social tem com o Marxismo; eu era militante do movimento estudantil.” (AS 24)

“Por uma questão intuitiva; de vontade de conhecer o campo social, de atuar, de entender a Assistência Social... por princípios filosóficos de vida.” (AS 48)

Como é possível observar, o fato de ser um curso público pesou na escolha de muitos Assistentes Sociais, o que revela a valorização do ensino público, e gratuito; o que pode estar associado ao fato de serem provenientes de classes médias e não possuírem condições financeiras de arcar com os custos de um curso de graduação em uma faculdade particular.

Nota-se, por outro lado, que uma parcela significativa dos Assistentes Sociais (22%) optou pelo curso porque conhecia a profissão e se identificou, o que indica uma escolha consciente pela profissão, ou seja, queriam de fato ser assistentes sociais.

Os demais afirmaram ter escolhido o curso de Serviço Social em função de influência familiar (8%), busca de *status* social (2%) e questões religiosas (2%). Tais informações indicam que “a idéia de ganhar *status* via trabalho” (LARSON, 1977 apud BARBOSA, 1998, p. 132) não se aplica aos que optam pelo Serviço Social; além disso, a vinculação religiosa, existente nos primórdios da profissão no Brasil, não se configura, na atualidade, como uma motivação significativa para o ingresso no curso.

Entre os Assistentes Sociais entrevistados, 94% se graduaram na UFF-Campos, e 6% formaram-se em outras Universidades, conforme gráfico a seguir.

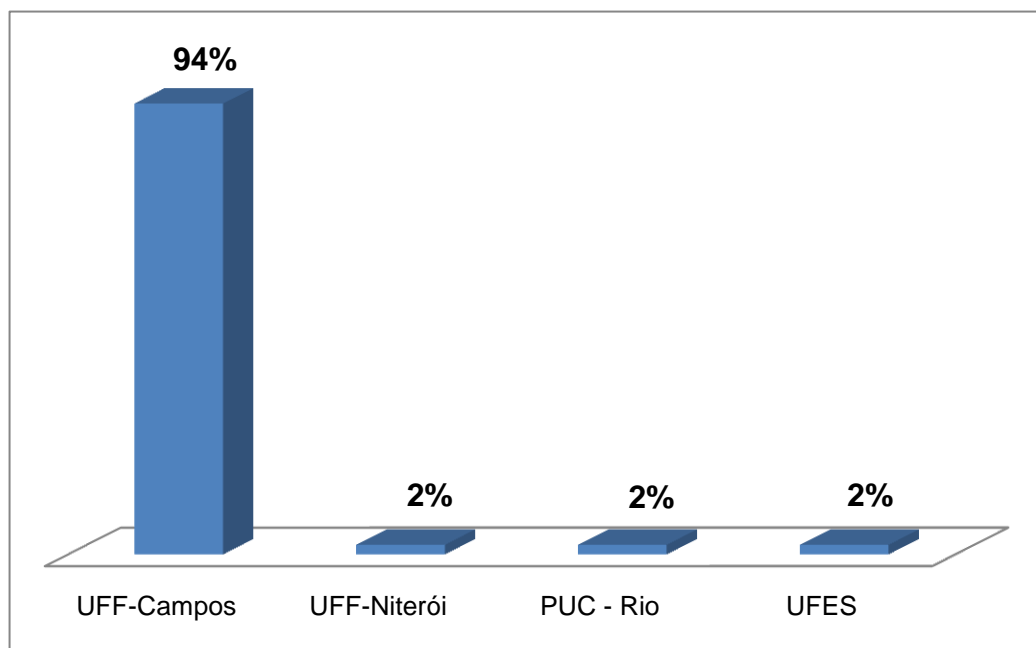


Gráfico 12: Universidade onde se graduaram

Em relação à dedicação à graduação, observou-se um equilíbrio, pois 56% dos entrevistados tinham dedicação parcial, pois trabalhavam; enquanto 44% dedicavam-se exclusivamente ao curso.

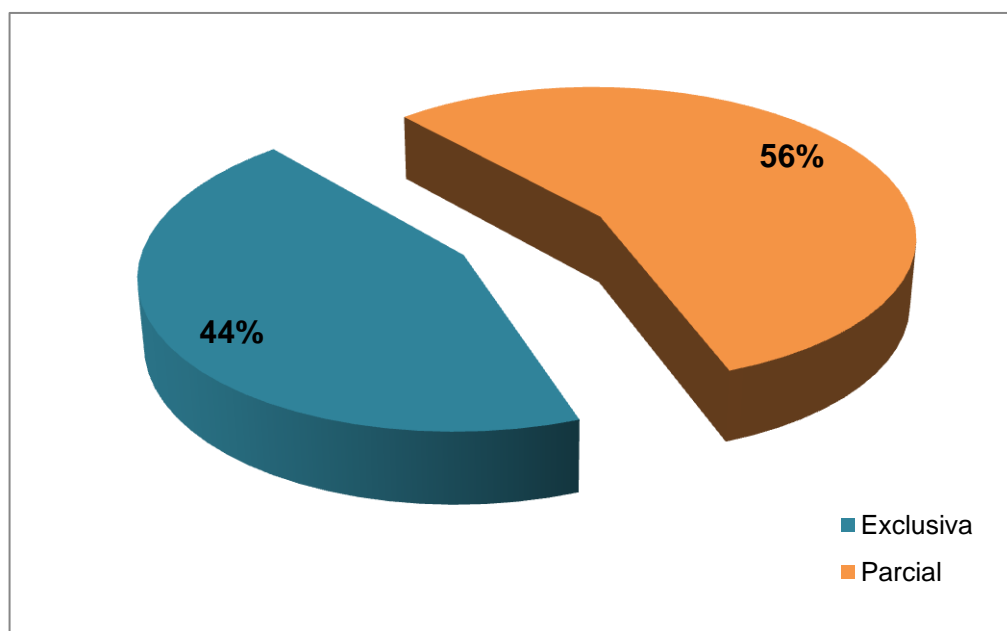


Gráfico 13: Dedicção à graduação

Quando interrogados sobre as disciplinas cursadas durante o curso de Serviço Social, a maioria afirmou que elas não contemplaram os conteúdos necessários à prática profissional, conforme o gráfico abaixo.

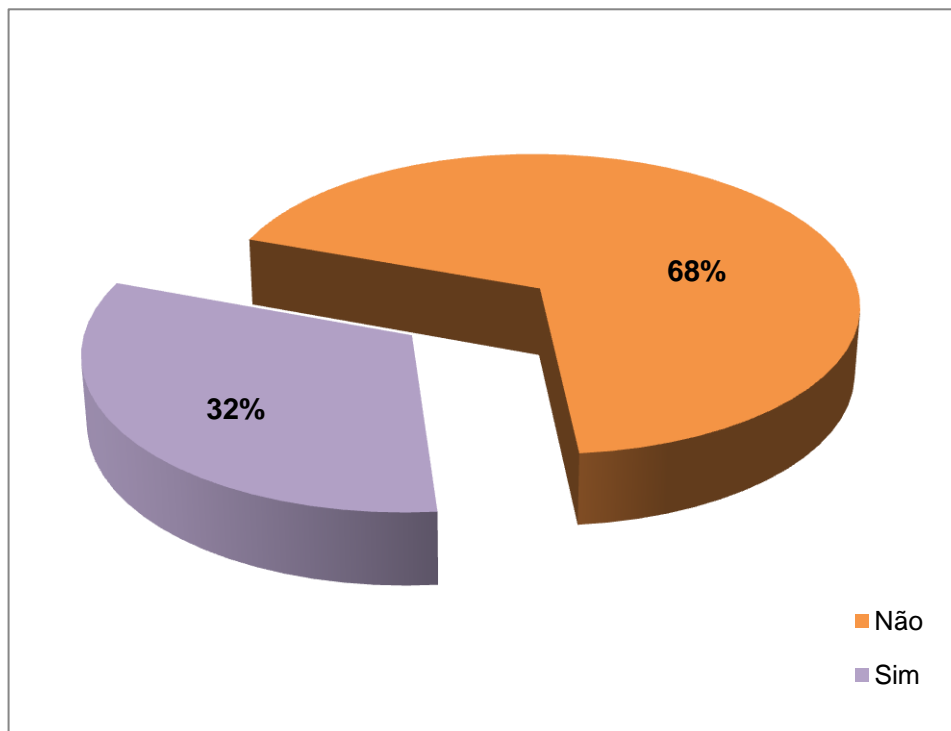


Gráfico 14: Disciplinas contemplaram os conteúdos necessários à prática profissional

De modo geral, os Assistentes Sociais sinalizaram a necessidade de disciplinas que abordassem elementos mais específicos da prática, trabalhando melhor as especificidades das diferentes áreas de atuação profissional – saúde, educação, assistência social, previdência, jurídica etc.

“Acho que de uma maneira geral atende bem, mas a gente sente que alguns pontos poderiam ter sido mais aprofundados. A faculdade deveria trabalhar melhor as diferentes áreas de atuação do Assistente Social.” (AS 16)

“Acredito que poderia ser disponibilizado alguns tópicos das principais áreas de atuação profissional, como por exemplo: saúde, educação, previdência, assistência, meio ambiente, RH.” (AS 01)

“Contemplaram parcialmente. Não estudei nada sobre saúde e quando fui trabalhar tive que buscar. A formação é muito genérica, deveria aprofundar as diversas áreas, sugerir literaturas.” (AS 05)

“A gente não consegue ver as áreas em que o profissional atua... se você estagia numa determinada área, você acaba não tendo conhecimento dos outros campos.” (AS 11)

Além disso, alguns Assistentes Sociais apontaram que o currículo vigente em sua época de graduação deixou lacunas refletindo negativamente na prática profissional.

“Na época não. A gente não viu matérias específicas... como é o trabalho do Assistente Social na saúde, na educação... a gente viu muita história do Serviço Social. Em termos de relação prática, não tinha; era muita fundamentação, mas não tinha disciplina de área de atuação. Sentimos falta em termos de técnicas por área de atuação.” (AS 49)

“Considerando a realidade atual, o meu currículo não contemplou.” (AS 07)

“Eu peguei um momento de mudança do currículo de 1982... ainda tava se adequando; foi na época em que os autores do Serviço Social estavam despontando, a matriz marxista tava surgindo. O currículo era muito genérico e não conseguiu abarcar as particularidades do cotidiano profissional; mas que deu uma base muito boa...” (AS 15)

“Terminei na fase que houve a reformulação do currículo; peguei o fim do currículo e o início do currículo novo, por isso, faltou a parte mais específica da Assistência Social, das políticas públicas.” (AS 20)

“A disciplina de pesquisa, no currículo que eu me formei, deixou a desejar. Eu fui preencher essa lacuna no mestrado. Dei um salto de qualidade no mestrado. No meu currículo, a gente não aprendeu nada de pesquisa e metodologia.” (AS 24)

“Eu acho que... na minha época, faltava uma aproximação da atualidade. A gente tava num momento de transição... eu saí de um currículo antigo e não me sentia preparada para atuar. Quem se formou pós-85, eu acho que já teve uma atuação mais de acordo com a realidade. A faculdade já conseguiu dar um direcionamento melhor.” (AS 27)

Contudo, dada as constantes transformações ocorridas na sociedade, é preciso que os profissionais busquem atualização continuamente; pois, *“formação nenhuma é capaz de te instrumentalizar para exercer uma profissão, isso é uma construção permanente, um processo contínuo” (AS 44 / Educação).*

Ainda em relação ao período de graduação, perguntamos aos Assistentes Sociais qual(is) disciplina(s) destacariam como fundamental(is) na formação⁵⁹; e as disciplinas mais citadas foram: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social (32%); Ética Profissional e Serviço Social (30%); Pesquisa⁶⁰ (28%); Política Social (24%); Estágio (20%). Entre as demais disciplinas citadas,

⁵⁹ Considerando que cada entrevistado teve a possibilidade de apontar mais de uma disciplina, os valores foram calculados em função da quantidade de vezes que uma determinada disciplina foi mencionada.

⁶⁰ Foram agrupadas na categoria “Pesquisa” as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, Pesquisa Social, e Investigação Social por se tratar de disciplinas da mesma natureza.

destacamos as seguintes: Metodologia do Serviço Social; Instrumentos e técnicas do Serviço Social; Filosofia; Sociologia; Psicologia; Serviço Social de Caso; História do Serviço Social⁶¹.

Quando perguntados sobre a participação em atividades extra-curriculares, a maioria dos Assistentes Sociais (64%) afirmou ter participado de grupo de pesquisa, atividades de extensão ou monitoria – em alguns casos, a participação se deu em mais de uma das referidas atividades; revelando a existência do tripé ensino, pesquisa e extensão durante a formação. Dos 36% que disseram não ter participado de nenhuma das atividades extra-curriculares, 24% (o que representa 2/3) trabalhavam no período da graduação; o que possivelmente justifica esta não-participação. Além disso, 6% dos que responderam “não”, declararam que essas atividades não eram oferecidas no período em que cursaram a graduação, na maioria dos casos durante a década de 1980, o que é explicitado pelas falas a seguir:

“Não tinha na época.” (AS 07)

“Acho que nessa época nem tinha.” (AS 47)

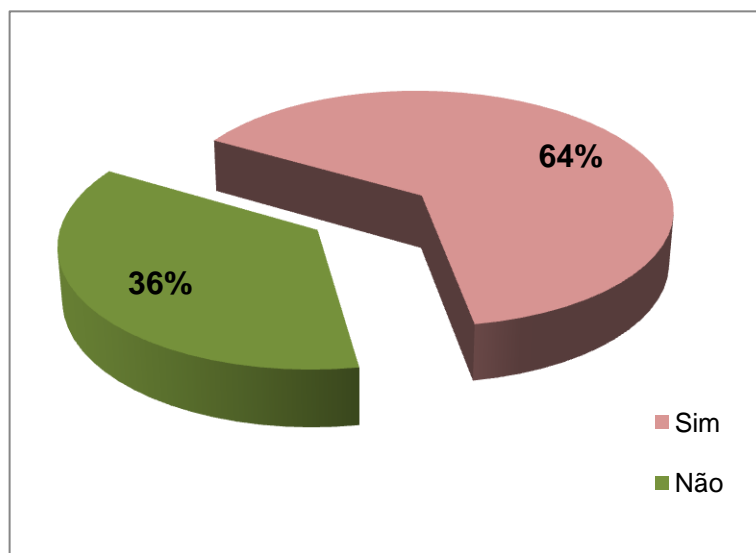


Gráfico 15: Participação em Grupo de Pesquisa, Extensão e Monitoria

⁶¹ Entre 18% e 10% dos entrevistados mencionaram tais disciplinas.

Em relação ao movimento estudantil, a participação se mostrou baixa, pois apenas 34% afirmaram ter participado, sobretudo, do Diretório Acadêmico.

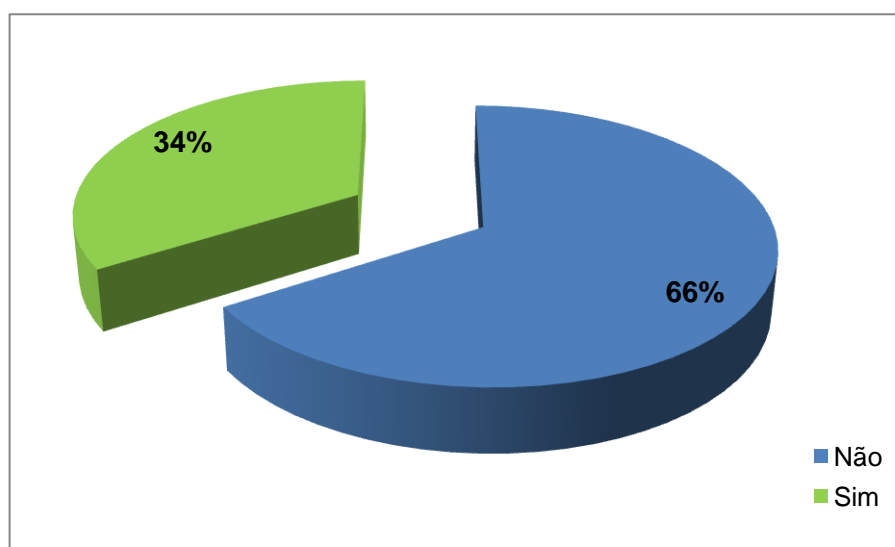


Gráfico 16: Participação em Movimento Estudantil

Quanto ao tempo que levaram para se registrar no CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, 30% afirmaram tê-lo feito no mesmo ano em que se graduaram, 40% após 1 ano; e os 30% restantes levaram de 2 a 9 anos. Tais informações demonstram que o período entre a conclusão do curso e o registro no Conselho tem sido relativamente pequeno.

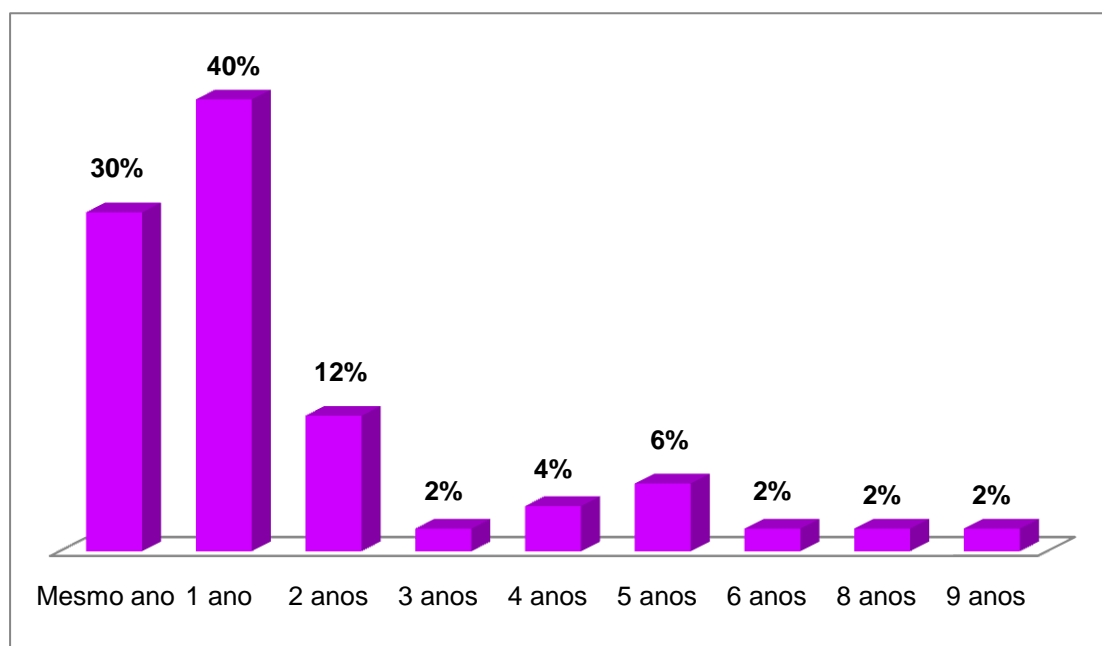


Gráfico 17: Registro no CRESS (Tempo entre conclusão do Curso e registro no CRESS)

Além disso, foi possível identificar que há uma relação direta entre o registro no CRESS e a consecução do primeiro emprego, já que 90% dos entrevistados registraram-se no Conselho no mesmo período/ano em que tiveram sua inserção no mercado de trabalho. Em apenas 10% dos casos a inserção no mercado se deu de 1 a 6 anos após o registro.

Em relação à formação profissional atual, os dados apontam a preocupação dos Assistentes Sociais com este aspecto, já que 64% dos Assistentes Sociais entrevistados afirmaram possuir especialização, o que representa a maioria, e 10% têm mestrado. Os 26% restantes não tiveram acesso à pós-graduação, possuindo apenas a graduação; o que contrapõe a realidade de Campos dos Goytacazes à nacional e à da região Sudeste, nas quais 55,34% e 65,63% (CFESS, 2005b), respectivamente, possuem apenas a graduação.

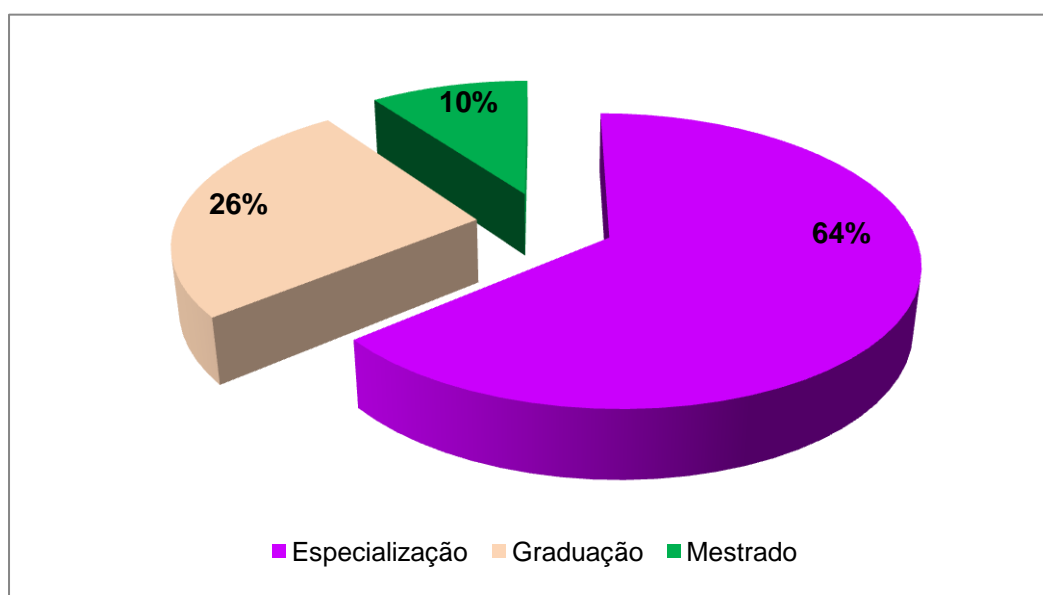


Gráfico 18: Formação

No que se refere à atualização, 100% dos entrevistados afirmaram que esta é necessária para a prática profissional. Entre as fontes de atualização mencionadas a principal foi palestras e cursos, seguida, respectivamente⁶², por: livros, internet, revistas da área e outras.

⁶² O ordenamento foi feito das fontes de atualização mais citadas para as menos mencionadas pelos entrevistados.

Identifica-se, portanto, no que se refere à escolha do curso e formação, que a maioria dos Assistentes Social entrevistados graduou-se na UFF – Campos, tendo escolhido o curso de Serviço Social, principalmente, pelo fato de não haver outras opções de cursos públicos na cidade na época em que ingressaram na graduação. Em relação ao período de formação acadêmica, observou-se que, de modo geral, a dedicação ao curso foi parcial e as disciplinas não contemplaram os conteúdos necessários à atuação profissional; além disso, identificou-se a participação em atividades extracurriculares e a não-participação em movimento estudantil. No momento da pesquisa, uma parcela majoritária dos Assistentes Sociais possuía especialização, tendo se registrado no Conselho Regional de Serviço Social no mesmo período/ano em que tiveram sua inserção no mercado de trabalho.

5.2.3 Inserção no Mercado de Trabalho e Prática Profissional

De modo geral, a maioria, que corresponde a 36% do total de entrevistados, levou mais de 03 meses a 01 ano para conseguir inserção no mercado de trabalho após a conclusão da graduação. 28% conseguiram seu primeiro emprego com menos de 03 meses de formados. Os que levaram mais de 01 a 03 anos, mais de 03 a 05 anos, e mais de 05 anos, totalizam 36%.

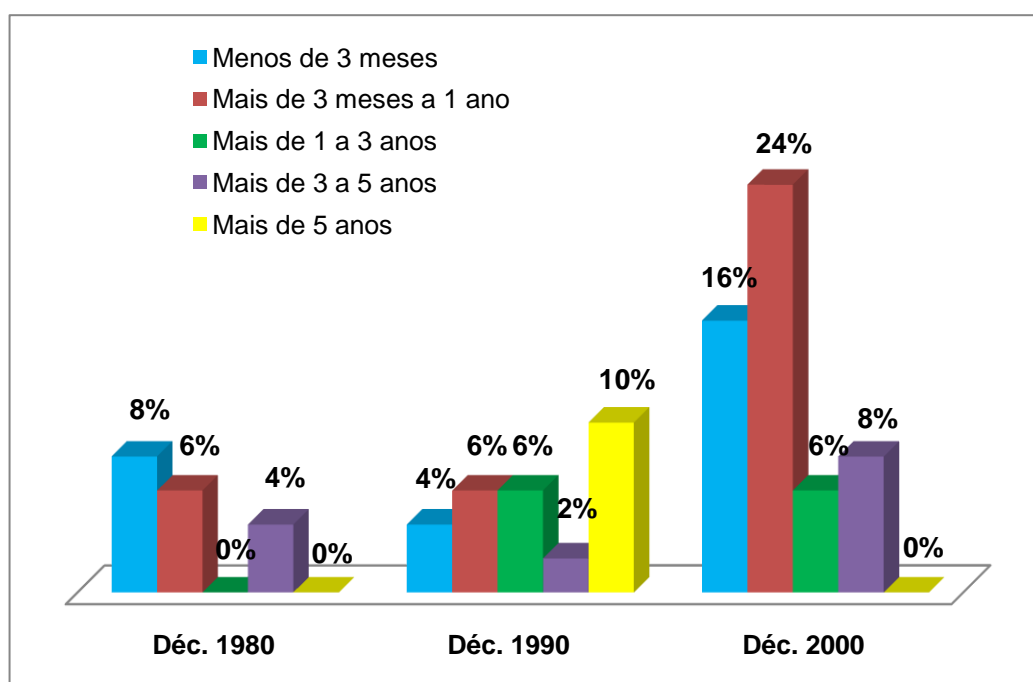


Gráfico 19: Inserção no mercado de trabalho após a conclusão da graduação

Observa-se, portanto, que a absorção dos Assistentes Sociais pelo mercado de trabalho tem sido consideravelmente rápida. Se analisarmos estes dados por décadas, percebemos que esta absorção foi mais rápida (≤ 01 ano) entre os que concluíram a graduação na década de 2000 e mais demorada (> 03 anos) entre os que se graduaram na década de 1990.

É interessante ressaltar que uma parcela majoritária (70%) dos Assistentes Sociais afirmou não ter encontrado dificuldades no processo entre a conclusão do curso e inserção no mercado de trabalho. Entre os que não encontraram dificuldades a inserção foi facilitada pelo estágio ou por já trabalharem na instituição, ou ainda, por haver poucos profissionais formados na cidade em que residia; o que pode ser percebido nas falas a seguir:

“Foi de certa forma facilitado pelo estágio, pois permaneci na Instituição.” (AS 09)

“Foi fácil por um lado porque o tempo de estágio que eu tinha contou bastante. As relações interpessoais interferiram também.” (AS 16)

“Porque acabei sendo convidada para trabalhar no local onde estagiei.” (AS 28)

“Porque a instituição já conhecia meu trabalho. Eu trabalhava como inspetora penitenciária e era desviada como responsável pelo setor de educação.” (AS 17)

“Não; porque já estava inserida na empresa e foi oferecida a oportunidade do cargo.” (AS 42)

“Era na década de 1990; a realidade era outra... no interior (Bom Jesus do Itabapoana) só tinha duas Assistentes Sociais no município, eu era a terceira.” (AS 15)

Dentre as dificuldades apontadas pelos 30% restantes destacam-se: a falta de experiência, a escassez de concursos públicos associada à concorrência acirrada e à questão da indicação para as vagas na iniciativa privada.

“Falta de experiência profissional. Porque na área de Serviço Social é muita indicação; é difícil você conseguir emprego sem conhecimento, sem conhecer alguém.” (AS 18)

“Preconceito pela minha idade, por eu ter me formado jovem; então, quando você participa de processo seletivo, eles te acham muito nova e sem experiência. Muita concorrência.” (AS 23)

“Porque foi um período que não houve concurso público; só foi ter concurso em 2001, pelo menos aqui na cidade. E o nicho de absorção do Serviço Social era muito restrito.” (AS 31)

“Escassez de oferta no mercado de trabalho local. Muita concorrência nos concursos.” (AS 22)

“Escassez de concursos na região nessa época; acesso aos postos que apresentavam vagas que eram sempre acessadas via indicação, política principalmente.” (AS 25)

Constata-se, portanto, que no âmbito privado as vagas são ocupadas, em geral, através de indicações ou convites, tornando os concursos públicos a principal via de inserção profissional, como pode ser corroborado pelos dados apresentados no gráfico a seguir:

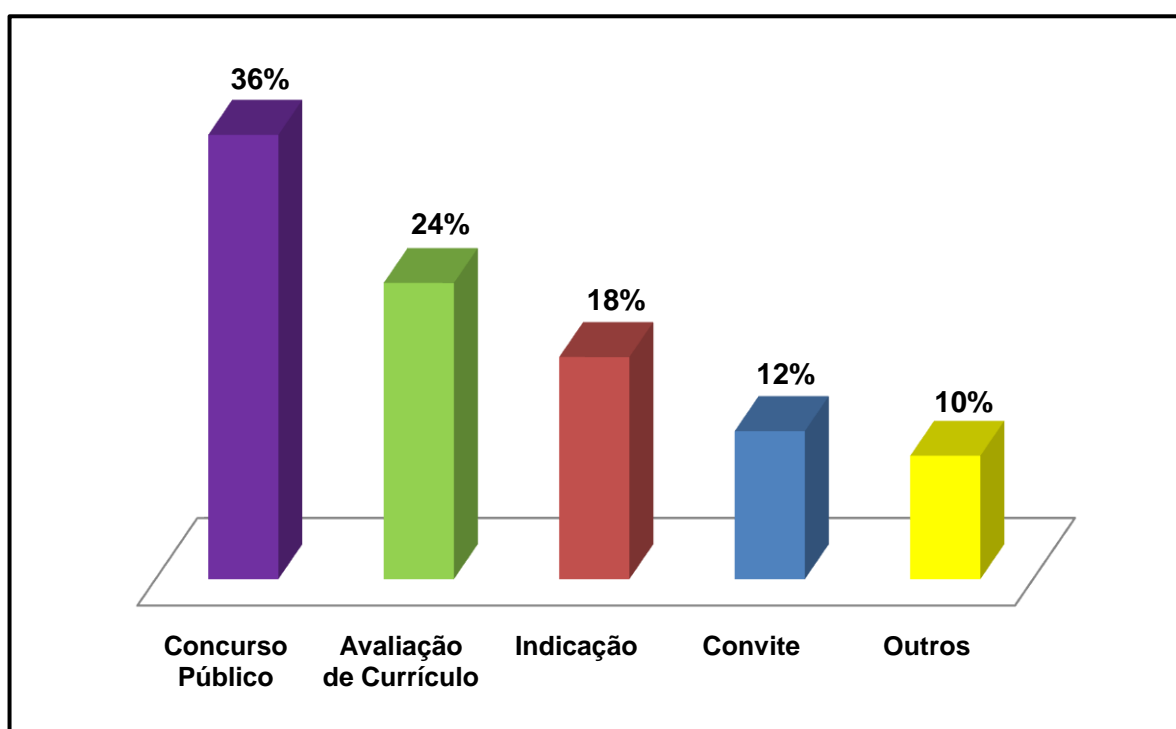


Gráfico 20: Inserção no Mercado de Trabalho

Quanto à quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social, a maioria dos profissionais entrevistados (60%) afirmou que possui dois vínculos, 36% têm um, e 4% possuem três⁶³.

⁶³ Os Assistentes Sociais que, no momento da pesquisa, declaram possuir três vínculos empregatícios estavam aguardando decisão judicial acerca da acumulação de cargos e foram autorizados pelo juiz a manter tais vínculos até a conclusão do processo judicial, quando farão a opção por apenas dois vínculos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

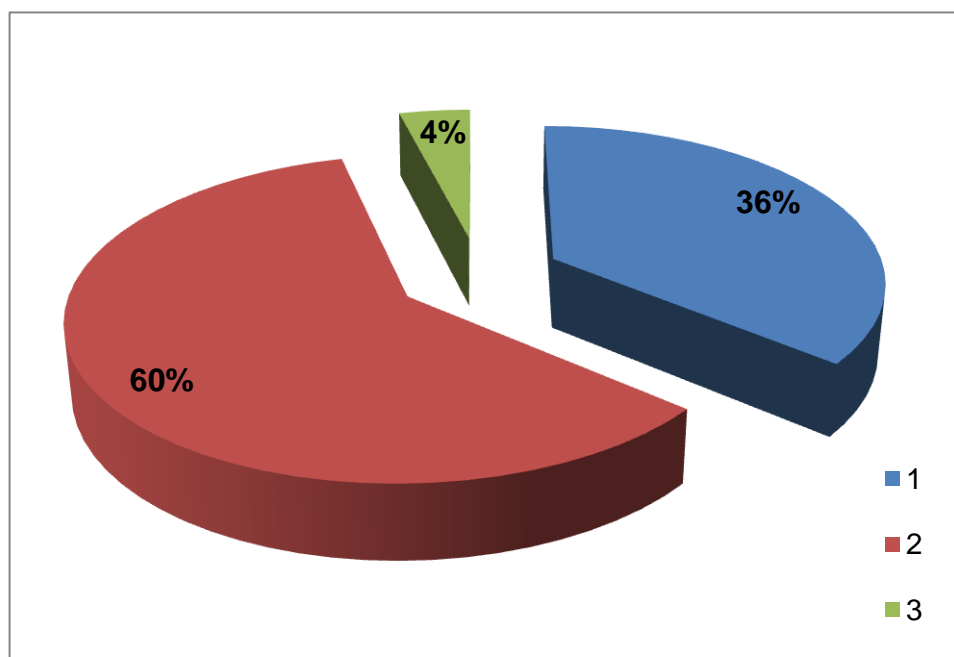


Gráfico 21: Quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social

É importante destacar que em relação à quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social, a realidade atual vivenciada pelos Assistentes Sociais no município de Campos dos Goytacazes contrapõe-se àquela vivida nos primórdios da profissão no município e à nacional⁶⁴, ambas caracterizadas pela manutenção de apenas um vínculo empregatício (MUNIZ, 2009; CFESS, 2005b).

Em relação ao tipo do **principal vínculo empregatício**⁶⁵, a maioria dos profissionais entrevistados enquadra-se como estatutário (66%), seguido por celetista (22%). Uma parcela minoritária dividiu-se entre serviço prestado (6%), contrato temporário (4%) e contrato de trabalho (2%).

⁶⁴ Segundo o CFESS (2005b), a maioria dos Assistentes Sociais (77,19%) possui apenas um vínculo empregatício.

⁶⁵ Entende-se por principal o vínculo empregatício que seja mais estável e / ou de maior carga horária.

Ressalte-se que **as respostas às questões referentes a tipo de vínculo, natureza da instituição, área da instituição e carga horária semanal dizem respeito ao principal vínculo empregatício**, definido pelo próprio Assistente Social no momento da entrevista.

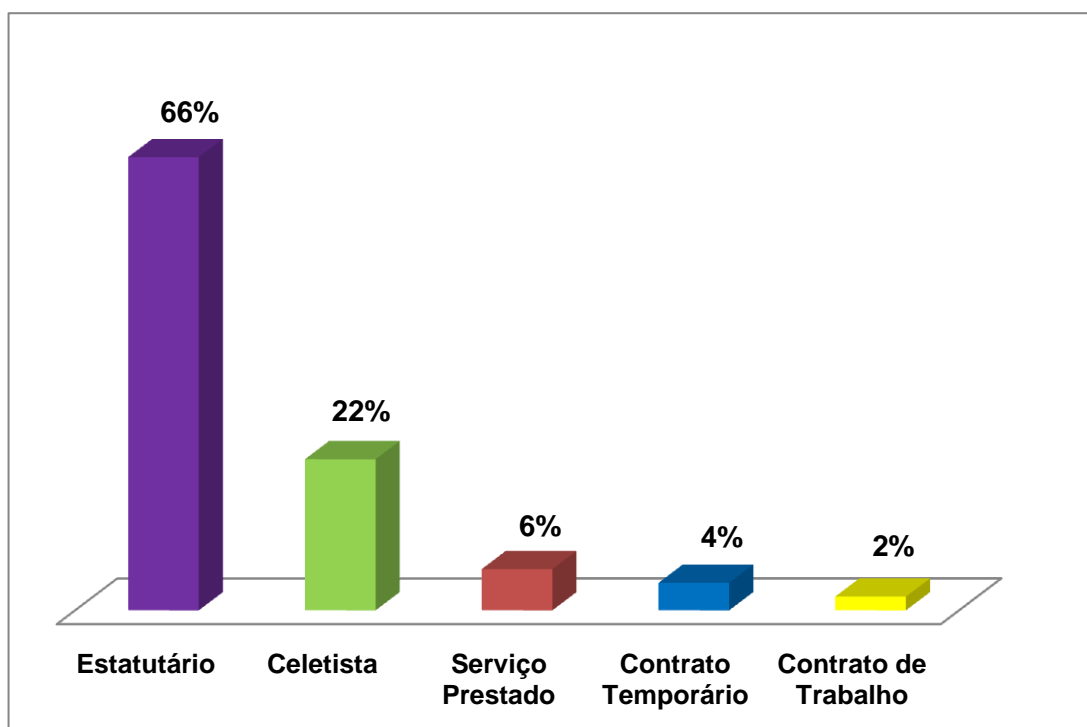


Gráfico 22: Tipo do principal vínculo empregatício

Entre os Assistentes Sociais entrevistados 96% estão inseridos em instituições públicas, conforme os dados apresentados no gráfico 23, ratificando o Estado como principal empregador destes profissionais. Contudo, nem todos os Assistentes Sociais que atuam em instituições públicas mantêm vínculo efetivo, pois, conforme explicitado no gráfico anterior, apenas 66% dos profissionais enquadram-se no regime estatutário.

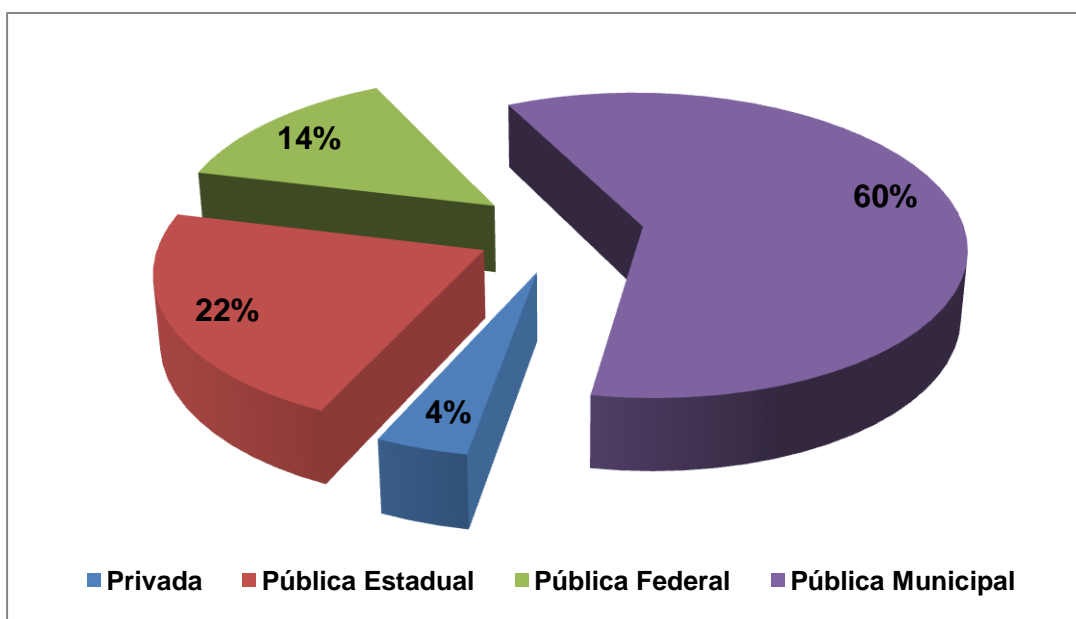


Gráfico 23: Natureza da instituição do principal vínculo empregatício

No cruzamento dos tipos de vínculos e natureza da instituição, identificou-se que em relação ao vínculo estatutário, 36% atuam em instituições públicas municipais, 16% trabalham em instituições públicas estaduais e 14% atuam em instituições públicas federais.

Quanto aos profissionais que possuem vínculo celetista, 18% encontram-se na esfera pública, divididos entre municipal (16%) e estadual (2%), enquanto 2% trabalham na iniciativa privada.

Em relação aos demais tipos de vínculos têm-se: serviço prestado (instituição pública municipal – 6%), contrato temporário (instituição pública municipal – 2%, pública estadual – 2%), e contrato de trabalho (instituição pública estadual – 2%).

No que se refere à área da instituição do principal vínculo empregatício, a maioria dos Assistentes Sociais enquadraram-se na Saúde (42%), em seguida aparecem a Assistência Social (24%) e a Educação (16%), conforme o gráfico abaixo.

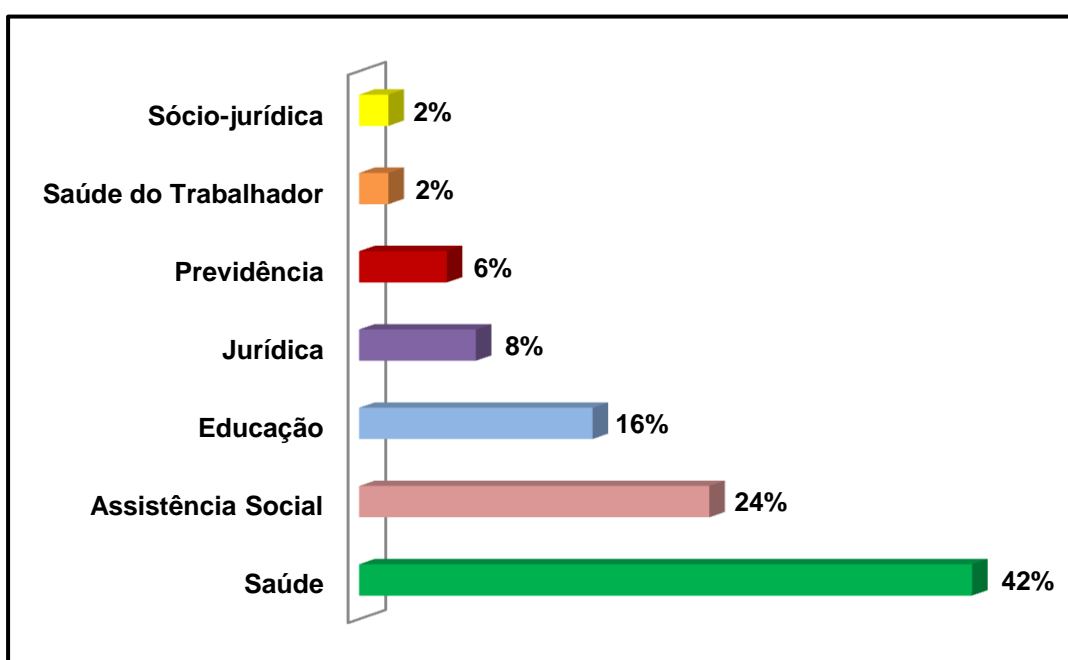


Gráfico 24: Área da instituição do principal vínculo empregatício

Observa-se, portanto, que as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação – campos históricos de atuação do Assistente Social no município (MUNIZ, 2009) – concentram a maior parte dos Assistentes Sociais entrevistados.

Quando indagados sobre a renda total na área de Serviço Social, a maioria (36%) afirmou que recebe mais de 09 Salários Mínimos⁶⁶; 30% recebem mais de 03 a 06 salários mínimos; 26% ganham mais de 06 a 09 salários mínimos; e apenas 8% responderam que recebem até 03 salários mínimos.

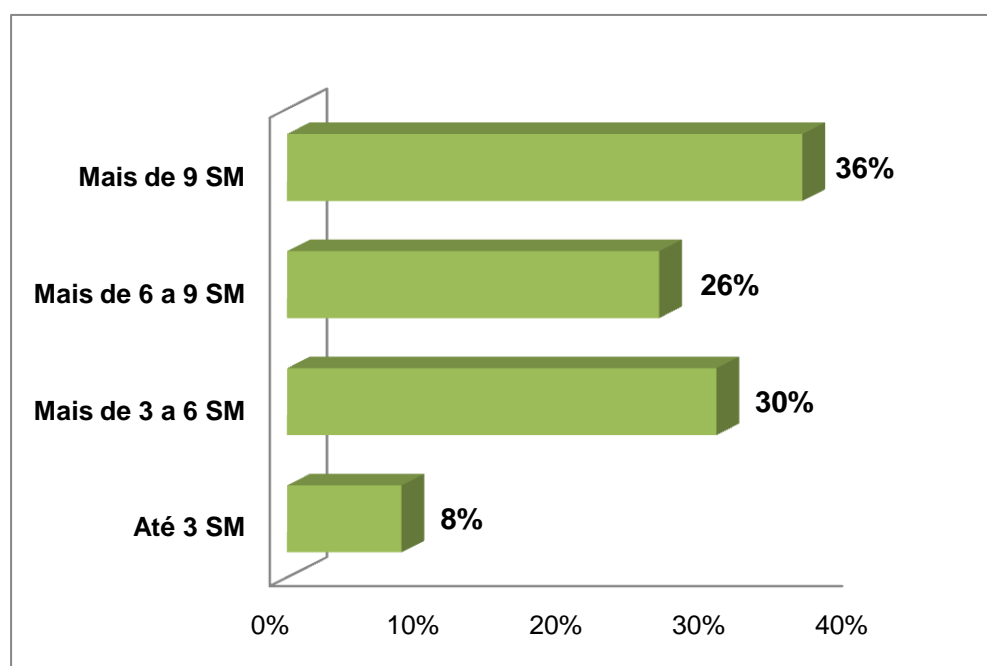


Gráfico 25: Renda total na área de Serviço Social

Cruzando os dados referentes à renda total na área de Serviço Social com a quantidade de vínculos empregatícios na área de Serviço Social (Gráfico 21), identifica-se que entre os que recebem mais de 9 SM e mais de 6 a 9 SM, a maior parte, 67% e 77%, respectivamente, possuem dois vínculos. Já entre os que recebem mais de 3 a 6 SM e até 3 SM, a situação é diferente, pois a maioria, 60% e 75%, respectivamente, possuem apenas um vínculo.

Tais informações sugerem que para possuir uma renda maior, os Assistentes Sociais precisam ter mais de um vínculo empregatício. Isto pode estar associado ao fato de não haver um piso salarial estabelecido para a categoria de Assistentes Sociais, embora esta questão esteja na pauta de reivindicações da categoria desde o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado em 1978 (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

⁶⁶ Na época da pesquisa – Nov/2010 a Jan/2011 – o Salário Mínimo era de R\$ 510,00.

Em relação à carga horária de trabalho semanal dos Assistentes Sociais entrevistados há uma prevalência da carga horária de 20 horas (46%), seguida pela de 24h (28%), como é possível observar no gráfico a seguir.

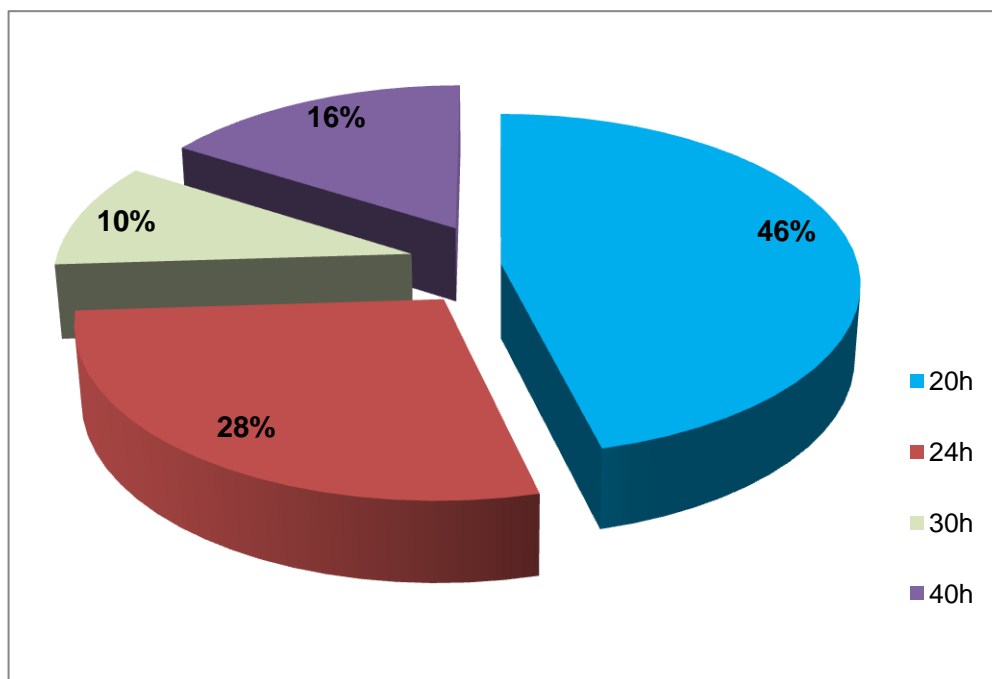


Gráfico 26: Carga horária semanal de trabalho no principal vínculo

Quanto à divisão desta carga horária semanal, entre os que possuem uma jornada de 20h, a maioria (39%) a cumpre em 3 dias, seguido por 22% que fazem em 4 dias e 22% que cumprem em 5 dias.

Dos que cumprem a carga horária de 24h, uma parcela majoritária cumpre em regime de plantão 24h (64,3%). Já entre os que cumprem 30h e 40h, 80% e 62,5%, respectivamente, trabalham 5 dias na semana.

Quando relacionamos os dados referentes à carga horária com a natureza institucional, observamos que as cargas horárias de 20 e 24 horas são mais incidentes nas instituições públicas municipais; enquanto as de 30 e 40 horas são observadas nas federais e estaduais. Nas instituições privadas as cargas horárias identificadas foram 20 e 30 horas.

Observa-se, portanto, a existência de Assistentes Sociais trabalhando em regime de 40 horas apenas em instituições públicas. Isto se deve ao fato da lei 12.317/2010, que estabelece a carga horária de trabalho semanal de 30 horas sem

redução salarial para Assistentes Sociais, estar sofrendo resistência quanto à sua implementação, sobretudo, por parte dos órgãos públicos.

No âmbito federal a situação é ainda mais complexa, já que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou uma orientação normativa que faculta aos Assistentes Sociais a redução de carga horária com redução salarial proporcional, o que fere o disposto na lei. A alegação é de que a lei só se aplica aos profissionais da iniciativa privada, já que os servidores públicos não são regidos por “contrato de trabalho”, termo utilizado no artigo 2º da lei 12.317/2010 que estabelece: “Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário”.

Apesar das negociações que vêm sendo feitas entre o CFESS e os diversos órgãos a fim de que todos os Assistentes Sociais possam usufruir o direito à jornada de 30 horas, em inúmeros casos, os Assistentes Sociais só estão conseguindo garantir tal direito por via judicial.

No que diz respeito à nomenclatura do cargo ocupado pelos Assistentes Sociais, de acordo com o CFESS (2005b), há uma tendência à alteração nas nomenclaturas dos cargos e funções exercidos pelos profissionais, em função das constantes transformações ocorridas no mercado de trabalho. No caso dos Assistentes Sociais, a pesquisa feita com os profissionais que atuam em Campos dos Goytacazes demonstrou que tal tendência ainda não é muito percebida, pois 86% dos entrevistados ocupam o cargo intitulado “Assistente Social”, conforme o gráfico a seguir.

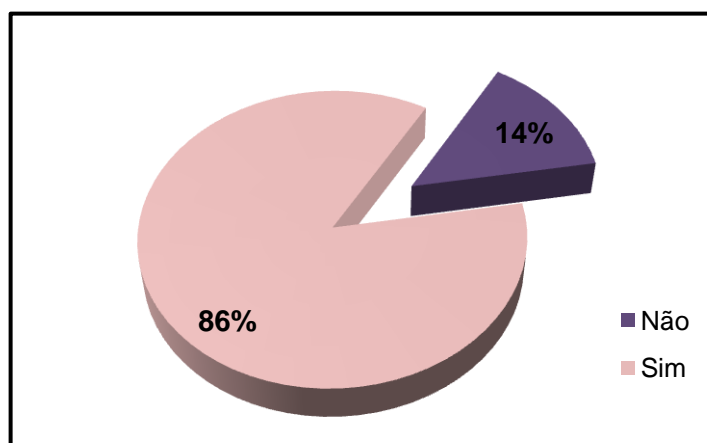


Gráfico 27: Nomenclatura do cargo que ocupa (Assistente Social)

Os 14% que não ocupam o cargo de “Assistente Social”, possuem o principal vínculo na área da Previdência e Jurídica, ocupando cargos com as seguintes nomenclaturas, respectivamente: Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social; Analista Judiciário na especialidade de Assistente Social.

Um dos Assistentes Sociais entrevistados declarou que embora no seu vínculo principal ocupe o cargo de Assistente Social, no outro vínculo que possui a nomenclatura foi alterada para “Assistente de Filantropia”, revelando um retrocesso, já que tal visão do profissional enquanto agente a serviço da filantropia já foi a bastante tempo superada pela categoria.

Apesar das reestruturações dos processos de trabalho, a pesquisa mostrou que a maioria dos profissionais entrevistados (82%) trabalha e reside na mesma cidade, revelando que o mercado de trabalho local tem absorvido os Assistentes Sociais, os quais não necessitam se deslocar para outras cidades para trabalhar, como é possível observar no gráfico 28.

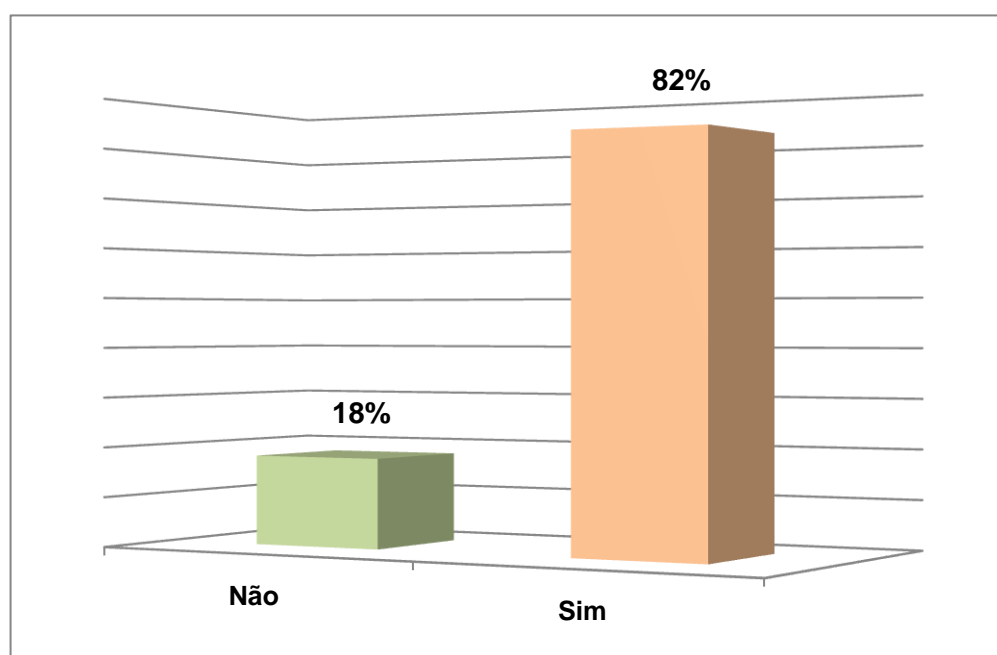


Gráfico 28: Local de trabalho x Local de moradia (mesma cidade)

A fim de conhecer melhor a prática profissional dos Assistentes Sociais, levantamos informações referentes à autonomia profissional, trabalho em equipe multidisciplinar, bem como as atribuições do Assistente Social nos diversos espaços de atuação profissional.

No que se refere à autonomia no espaço de trabalho, uma parcela majoritária dos Assistentes Sociais entrevistados (88%) declarou que possui autonomia, enquanto que 12% apenas consideraram que não, conforme o gráfico abaixo.

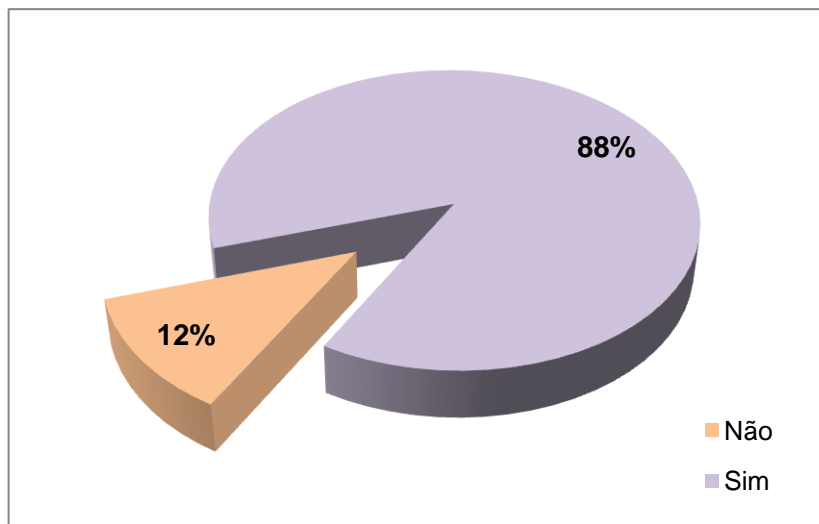


Gráfico 29: Autonomia no espaço de trabalho

As falas dos Assistentes Sociais que afirmaram possuir autonomia revelam que se trata, sobretudo, de uma **autonomia técnica**, já que os profissionais têm a liberdade de definir os instrumentos e técnicas que utilizam, além de dar os encaminhamentos necessários e tomar as decisões pertinentes. No entanto, os Assistentes Sociais não possuem **autonomia hierárquica**, pois estão vinculados a uma instituição e, portanto, inseridos numa estrutura hierárquica, esbarrando, assim, em limites e entraves, principalmente relacionados à falta de recursos.

“Tenho autonomia pra decidir como vou intervir, mas o resultado depende de ‘n’ fatores. Às vezes a gente faz uma intervenção e nem sempre o resultado é o esperado.” (AS 06)

“Tenho autonomia no fazer, aquilo que é específico da atuação do Serviço Social: os encaminhamentos, os relatórios, pareceres... No entanto, os resultados finais não dependem de mim, porque não passa pelo Assistente Social a gestão dos recursos... você propõe, mas não gere.” (AS 08)

“É uma autonomia relativa, porque eu tomo minhas decisões de trabalho, mas tem os limites da instituição, que é militar.” (AS 10)

“Eu acredito que tenho sim. É claro que a gente trabalha numa estrutura hierárquica em que eu respondo aos meus superiores; mas no tocante à análise e ao parecer enquanto Assistente Social, eu tenho autonomia.” (AS 26)

“É claro que num trabalho público você tem hierarquia... eu não digo que a gente seja podado, mas a gente tem que dar ciência ao coordenador. Na minha atuação, eu sou autônoma; os meus encaminhamentos, as definições dos meus encaminhamentos, eu quem defino.” (AS 27)

“É nos dado a oportunidade de definir a melhor estratégia de trabalho junto ao usuário; as dificuldades percebidas são basicamente materiais. Tenho autonomia nas decisões.” (AS 42)

“Tenho autonomia, mas há impossibilidade de recursos que acabam cerceando de certa forma o trabalho.” (AS 50)

As afirmações apresentadas acima corroboram, portanto, o pensamento de Freidson (1986), o qual, conforme Cardoso (2005, p. 70),

considera a autonomia como a liberdade da descrição e julgamento no desempenho do trabalho com base nos conhecimentos técnicos, que não estão disponíveis para os que não possuem o mesmo nível de escolaridade e qualificação. [...] os profissionais empregados na burocracia são tecnicamente autônomos, **pois possuem liberdade para agir de acordo com seu próprio julgamento no desempenho do trabalho profissional**, e na supervisão do trabalho de seus assistentes. (grifo da autora)

Desta forma, podemos afirmar que a autonomia profissional não é absoluta, sendo classificada por muitos profissionais como uma **autonomia relativa**, já que o Estado e as instituições de modo geral detêm o poder.

“[...] Nossa autonomia é relativa, nós somos contratados pelo Estado, não somos autônomos; nem liberal, no sentido de que não trabalhamos por conta própria, temos um chefe.” (AS 44)

Foi possível observar, ainda, que o grau de autonomia varia de acordo com a área em que o profissional atua, conforme depreende-se das seguintes afirmações:

*“Autonomia tenho, mas a gente tem muita dificuldade porque na área da saúde as coisas ficam muito centralizadas na figura do médico. Em relação à minha coordenação, eu tenho autonomia.” (AS 20 / **Saúde**)*

*“Tenho autonomia... o que dificulta a nossa ação é a falta de recursos, principalmente transporte; por conta da falta de recursos a gente acaba não conseguindo efetivar algumas ações, efetivar o trabalho. No sistema judiciário eu identifiquei que tenho mais autonomia, tenho como planejar melhor as ações, fazer estudos sociais; tem uma maior qualidade.” (AS 28⁶⁷ / **Saúde**)*

*“Totalmente... eu sou livre para fazer o meu trabalho do meu jeito; não tem nenhuma ingerência, eu faço meus relatórios, meus estudos, minhas visitas, de acordo com o que eu tenho de elementos, de instrumentos teórico-práticos. Os relatórios e os pareceres não são questionados, não na sua formatação.” (AS 29 / **Jurídica**)*

⁶⁷ O referido profissional atua nas seguintes áreas: saúde e jurídica.

*“Na assistência, eu tenho pouca autonomia, porque eles não estão muito abertos a pensar a prática. Na educação, tenho autonomia total; a coordenação é ótima e as escolas respeitam muito a gente; e requisitam nossa opinião, nosso parecer sempre.” (AS 32⁶⁸ / **Assistência Social**)*

Além disso, o tipo de vínculo foi apontado como aspecto que influencia na autonomia do Assistente Social, pois o receio de “perder” o emprego parece condicionar a atuação profissional dos Assistentes Sociais contratados (ou não-concursados) às intervenções institucionais.

*“Temos um bom campo de atuação. Na área da saúde, os Assistentes Sociais têm mais autonomia que na área da Assistência, onde há uma maior cooptação... **A questão da autonomia tá muito ligada ao vínculo profissional; o profissional contratado tá muito mais sujeito ao intervencionismo que o concursado.**” (AS 19)*

A interferência político-partidária também foi considerada um fator que relativiza a autonomia do Assistente Social.

“Autonomia relativa, porque depende muito das oscilações de poder político partidário; cada gestão, cada governo tem um perfil e é político partidário... depende da zona de interesse do gestor atual e do perfil governamental de um modo geral.” (AS 48)

Entre os 12% que afirmaram não possuir autonomia profissional, as regras e limitações impostas pela estrutura hierárquica na qual estão inseridos são os principais motivos apontados.

“Não podemos colar cartazes na sala que não sejam padronizados com a logo do governo federal. O atendimento tem um tempo controlado, o que prejudica o trabalho. A avaliação do BPC é conjunta com a perícia; não é o Serviço Social que define sozinho, e a parte da perícia tem maior peso.” (AS 22)

“Eu diria que não pela rigidez da estrutura onde nós estamos inseridos. Você tem autonomia para elaborar os documentos, os relatórios, pareceres; mas para fazer com que esses elementos se efetivem, é limitado. A decisão final acaba ficando atrelada a uma instância superior. [A] Autonomia [é] parcial.” (AS 25)

“Uma relativa autonomia; pra algumas coisas a gente às vezes fica limitado ao que a Instituição te possibilita, as limitações da estrutura física, as questões administrativas. A gente opina, tem acesso à administração, mas tem as limitações.” (AS 35)

⁶⁸ O referido profissional atua nas seguintes áreas: assistência e educação.

Face ao exposto acerca da autonomia profissional dos Assistentes Sociais, concluímos que:

Apesar de estarem subordinados cada vez mais a normas preestabelecidas pelas organizações em que trabalham (estatais ou privadas), os assistentes sociais ainda mantêm um elevado grau de autonomia no que concerne ao seu processo de trabalho. (CARDOSO, 2005, p. 106)

Outro aspecto analisado foi a participação dos Assistentes Sociais em equipes multiprofissionais. E, conforme é possível observar no gráfico a seguir, 88% dos profissionais entrevistados afirmaram que trabalham com profissionais de outras categorias, enquanto que apenas 12% disseram que não.

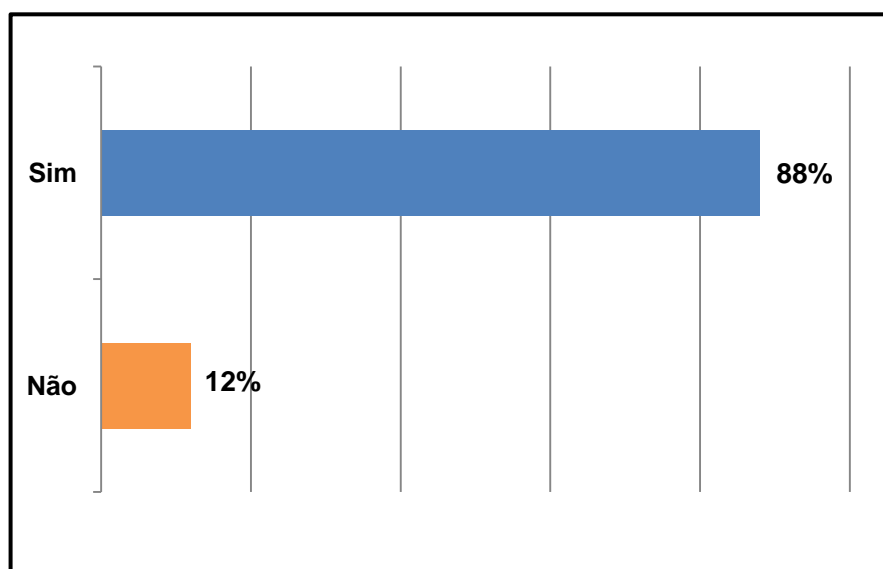


Gráfico 30: Trabalho com equipe multiprofissional

Dentre os que trabalham com equipe multiprofissional, a maioria, que corresponde a 59% dos entrevistados, declarou que a relação com os demais profissionais é de troca e parceria; o Assistente Social é respeitado e as competências reconhecidas. Contudo, observa-se ainda a delegação de atribuições indevidas aos Assistentes Sociais por parte dos profissionais de outras categorias, explicitando certo desconhecimento acerca das atribuições e competências do Assistente Social, que, por vezes, precisa se impor e esclarecer o seu papel.

“Há casos de delegação incorreta de atribuição e a Assistente Social se impõe e é respeitada.” (AS 09)

“Mas que também depende da gente tá mostrando qual é o nosso papel, pra que as pessoas não confundam.” (AS 26)

Este desconhecimento está relacionado, na maioria das vezes, ao fato do Assistente Social inserir-se em áreas diversas, desenvolvendo atividades intrínsecas à área na qual a instituição onde trabalha está introduzida.

Neste sentido, buscamos explicitar as atribuições e atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, nos quais o profissional vem sendo chamado a atuar. No quadro a seguir, apresentamos, de forma sintética, as principais atribuições mencionadas pelos Assistentes Sociais entrevistados, os quais atuam em diferentes áreas.

ÁREA DE ATUAÇÃO	ATRIBUIÇÕES / ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de usuários, famílias, grupos e programas sócio-assistenciais; - Assessoria na elaboração do Planejamento do Sistema Único de Assistência Social; - Atendimentos e entrevistas; - Avaliação para inclusão em programas sociais; - Avaliação e Monitoramento dos programas sócio-assistenciais e da Política de Assistência Social (produção de indicadores); - Contatos com instituições e órgãos de proteção aos direitos; - Coordenação de reuniões e palestras; - Elaboração de relatórios; - Encaminhamentos para os serviços da rede; - Entrega de cestas básicas; - Organização de eventos e capacitações; - Realização de estudos, visitas domiciliares e institucionais.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do rendimento escolar dos alunos; - Atendimento social ao aluno, familiares e comunidade; - Busca pela garantia ao acesso e permanência da criança e do adolescente na escola; - Defesa da efetivação dos direitos da criança e do adolescente; - Elaboração, administração e execução de programas e projetos; - Elaboração de relatórios e pareceres sociais. - Realização de: <ul style="list-style-type: none"> * levantamentos sócio-econômicos; * trabalhos de prevenção à baixa frequência, evasão, violência bem como às DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis); * encaminhamentos internos e externos, visitas domiciliares e institucionais, entrevistas, reuniões.
Previdência	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento individual com orientações sobre os benefícios e direitos previdenciários; - Avaliação social com emissão de parecer para fins de acesso ao BPC – Benefício de Prestação Continuada; - Desenvolvimento de projetos; - Estabelecimento de parcerias com Instituições para realização de palestras sobre os benefícios previdenciários; - Mapeamento da rede sócio-assistencial do município e articulação dessa rede em nível regional.

<p>Jurídica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos processos judiciais; - Captação e formalização de convênios de prestação de serviços com a rede de atendimento; - Encaminhamentos para instituições para prestação de serviços comunitários e acompanhamento/fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas; - Entrevistas/abordagens individuais e grupais; - Realização de estudos sociais e emissão de laudos, solicitados pelo juiz, nos processos das varas de família, cível e criminal; - Realização de visitas domiciliares e institucionais.
<p>Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagens individuais e coletivas; - Acolhimento e contato com as famílias; - Aconselhamento pré-teste de HIV; - Admissão e acolhimento ao paciente; - Alta hospitalar social; - Atendimentos aos pacientes internos e externos e familiares; - Autorização de visitantes / acompanhantes; - Avaliação e acompanhamento social do paciente; - Captação de doação de sangue; - Elaboração de relatórios e pareceres sociais; - Elaboração e acompanhamento de projetos; - Encaminhamentos diversos (internos e externos); - Entrevistas sociais (com preenchimento de ficha social e levantamento do perfil do paciente); - Estabelecimento de contatos com a rede; - Notificações aos Conselhos e órgãos de proteção aos direitos; - Orientações sobre a rotina hospitalar, questões jurídicas e previdenciárias, direitos sociais, funeral, entre outras; - Participação na comunicação do óbito (apoio, orientações e encaminhamentos diversos aos familiares); - Realização de estudos sociais, pesquisas e levantamento estatístico; - Realização de visitas domiciliares; - Reuniões com pacientes e equipe multiprofissional; - Trabalhos com grupos (idosos, diabéticos, sala de espera); - Visitas aos leitos. <p>* Setor: Recursos Humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento das lideranças; - Acompanhamento de prestadores de serviço e medida sócio-educativa; - Atendimento e orientação aos funcionários; - Desenvolvimento e acompanhamento de projetos; - Emissão de atestado de acompanhante; - Organização de capacitações, treinamentos e cursos.
<p>Sócio-jurídica/Jurídica (Sistema Penitenciário)</p>	<p>* Sócio-jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento à situação dos filhos das presas que estão abrigados; - Atendimento espontâneo às presas, familiares e público externo; - Contato com os familiares; - Coordenação da Assistência Religiosa; - Elaboração de relatórios sociais para fins de benefícios. - Participação na Comissão Técnica de Classificação; - Primeiro atendimento à presa quando ingressa no presídio; <p>* Jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento social ao egresso do Sistema Penitenciário e familiares; - Elaboração de projetos e relatórios; - Encaminhamentos para a rede social; - Estabelecimento de parcerias com a rede sócio-assistencial.

Quadro 4: Atribuições dos Assistentes Sociais por área de atuação

Ao final da exposição dos dados referentes à inserção no mercado de trabalho e prática profissional, podem-se identificar as seguintes tendências gerais: rápida inserção profissional (≤ 01 ano após a conclusão da graduação), sobretudo, via concurso público. Prevalece entre a categoria a manutenção de 02 vínculos empregatícios, sendo o tipo do principal vínculo estatutário, já que a maioria dos Assistentes Sociais se encontra inserida em instituições públicas, com destaque para as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação.

A maior parte dos entrevistados ocupa o cargo de “Assistente Social” e trabalha na mesma cidade em que reside. Destaca-se a carga horária de 20 horas semanais e uma renda de mais de 09 salários mínimos.

Quanto à prática profissional, os Assistentes Sociais encontram-se inseridos em equipes multiprofissionais, nas quais são estabelecidas relações de troca e parceria. Em geral, os Assistentes Sociais possuem autonomia profissional, ainda que relativa/condicionada, e independente da área em que se enquadra a instituição em que atuam, suas práticas visam, sobretudo, a garantia e efetivação de direitos.

5.2.4 Conhecimento da Legislação Profissional

A pesquisa empreendida buscou investigar, além dos aspectos já apontados, o conhecimento da categoria de Assistentes Sociais acerca da Legislação Profissional, tentando identificar, dentre outras coisas, o grau de conhecimento dos documentos/leis que consolidam o Projeto Ético-Político Profissional bem como o respaldo dado pela legislação ao profissional no cotidiano de trabalho.

Os dados apresentados no gráfico seguinte demonstram que a totalidade dos entrevistados conhece a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993. Contudo, quando se trata das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, essa situação se altera, pois embora a maioria (66%) tenha declarado conhecê-las, 34% afirmou que não; o que significa que um grupo de Assistentes Sociais não conhece completamente o Projeto Ético-Político Profissional, expresso através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional.

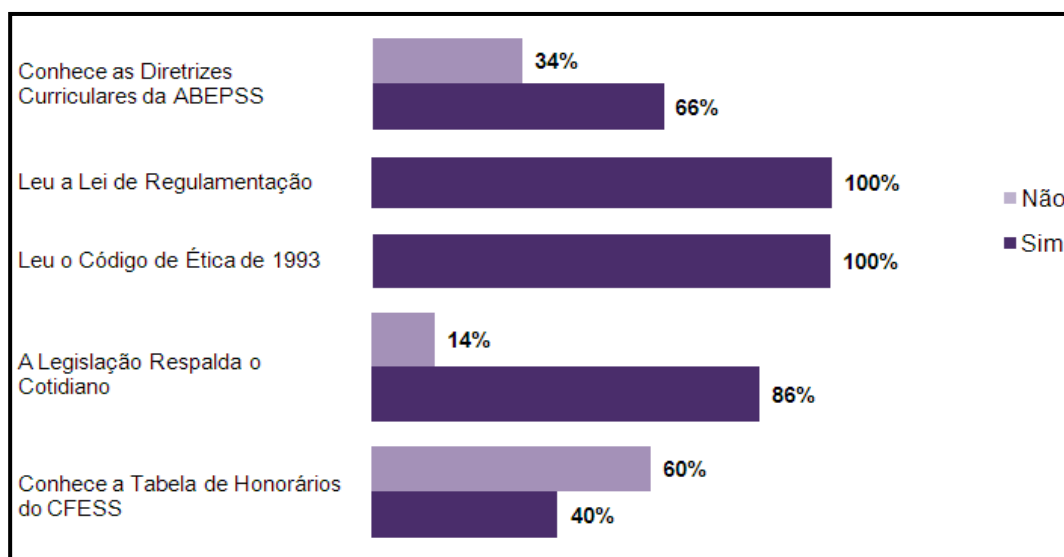


Gráfico 31: Conhecimento da Legislação Profissional

Conforme já trabalhado no Capítulo 2, a década de 1990 foi marcada por muita luta e crescimento para o Serviço Social. No âmbito da regulamentação e legislação profissional, houve um processo de revisão do Código de Ética e da Lei de Regulamentação do Serviço Social culminando com a aprovação em 1993. Já na esfera da formação profissional, as transformações societárias engendradas pelo processo de transição democrática e, conseqüente, emersão de um novo perfil acadêmico-profissional desencadeou um processo de revisão do Currículo Mínimo de 1982, resultando na elaboração de uma proposta, caracterizada como *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*, encaminhada para apreciação do Conselho Nacional de Educação do MEC em 1996.

No que se refere à tabela referencial de honorários, elaborada pelo CFESS em 2001, que estabelece parâmetros para a prestação de serviços profissionais do Assistente Social que trabalhe sem nenhum vínculo empregatício, 60% afirmou desconhecê-la, e apenas 40% declarou ter ciência da mesma. Tais dados revelam, portanto, a necessidade de maior divulgação da referida tabela para a categoria profissional, a fim de que os Assistentes Sociais tenham respaldo e tenham seu trabalho devidamente valorizado.

Retomando a questão dos instrumentos legais da profissão – Código de Ética e Lei de regulamentação da Profissão – é importante destacar que estes possuem importante papel jurídico e político, colaborando para a defesa do Serviço Social como profissão, garantindo a qualidade dos serviços prestados aos usuários, e

norteando a prática profissional do Assistente Social (CFESS, 2005b). Neste sentido, é que buscamos a opinião dos Assistentes Sociais acerca destes e dos demais instrumentos legais que perpassam o cotidiano de trabalho profissional, a fim de saber se os mesmos dão o respaldo necessário; e obtivemos os seguintes resultados: 86% afirmaram que a legislação respalda o cotidiano do trabalho profissional e 14% disseram que não.

As falas dos entrevistados que acreditam que a legislação dá o respaldo necessário, revelam a importância do conhecimento da legislação para a prática profissional, já que o Assistente Social atua no âmbito da garantia e efetivação dos direitos preconizados nas leis; além disso, apontam a existência de lacunas e dificuldades.

“A legislação é fundamental para a viabilização do exercício profissional; ela é a base. Através das legislações é que é possível a efetivação dos direitos.” (AS 15)

“Sem ela a gente não consegue trabalhar; nossos pareceres se embasam nas leis. Temos que ter o conhecimento da legislação.” (AS 14)

“A legislação respalda, mas tem casos que ela deixa algumas lacunas. A gente pauta as ações na legislação.” (AS 30)

“Respaldam. Existem as lacunas, mas elas dão uma orientação muito boa para nossa prática, porque a gente trabalha com os direitos, então a legislação fundamenta bastante.” (AS 49)

“A lei em si, ela é completa; o problema é a efetivação. A gente encontra é dificuldade de efetivar os direitos preconizados pelas leis.” (AS 13)

Entre os que declararam que a legislação não respalda o cotidiano do trabalho profissional, observa-se a ênfase nas limitações da lei, a qual por si só não é suficiente, implicando muitas vezes em estratégias e interpretações por parte do Assistente Social.

“A legislação também é falha, não contempla tudo; tanto é que vira e mexe tem mudanças.” (AS 04)

“Em partes, porque a lei constitui um instrumento importante, mas ela por si só não basta. Você tem que criar estratégias de torná-la concreta, porque a lei é algo frio.” (AS 44)

“Nem tudo a gente encontra na lei. A lei é o que você interpreta dela e aí cada um dá a sua interpretação. Na lei está dito, mas nem sempre a coisa flui do jeito que tem que ser.” (AS 45)

Podemos afirmar, portanto, que o conhecimento da legislação é fundamental para a prática profissional, devendo o Assistente Social estar atento às constantes alterações pelas quais passam as leis. No entanto, muito mais que conhecer a legislação é preciso que o Assistente Social crie estratégias e tenha sensibilidade e empenho, a fim de que os direitos preconizados nestas leis sejam de fato efetivados.

Dentre as leis mais utilizadas no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais⁶⁹, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destacou-se, sendo mencionado por 90% dos entrevistados. Em seguida apareceram a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – 78%; Estatuto do Idoso – 74%; Lei Orgânica da Saúde (LOS) – 56%; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 24%; Lei Maria da Penha – 18%.

Observa-se que, independente da área em que está inserido, o Assistente Social lida com demandas variadas, utilizando diversas leis a fim de efetivar os direitos dos usuários de seus serviços.

Em relação ao Projeto Ético-Político, os dados da pesquisa revelaram que 46% dos Assistentes Sociais têm pleno conhecimento do mesmo, enquanto apenas 2% o desconhecem. É interessante ressaltar, ainda, que 54% dos entrevistados afirmaram que o conhecimento acerca do referido projeto se deu principalmente a partir de leituras feitas depois de formados; 44% cursaram disciplinas durante a graduação que discutiram o assunto; e 6% disseram ter ouvido falar a respeito na Graduação.⁷⁰

Quando perguntamos se consideram que possuem condições de operacionalizar o Projeto Ético-Político da profissão na Instituição onde trabalham, 82% afirmaram que sim; 16% responderam que não; e 2% não responderam a pergunta⁷¹, conforme o gráfico seguinte.

⁶⁹ Nesta questão foi possível resposta múltipla.

⁷⁰ Neste item foi possível resposta múltipla.

⁷¹ O fato de não ter respondido se deu em função do profissional ter declarado na questão anterior que desconhecia o Projeto Ético-Político.

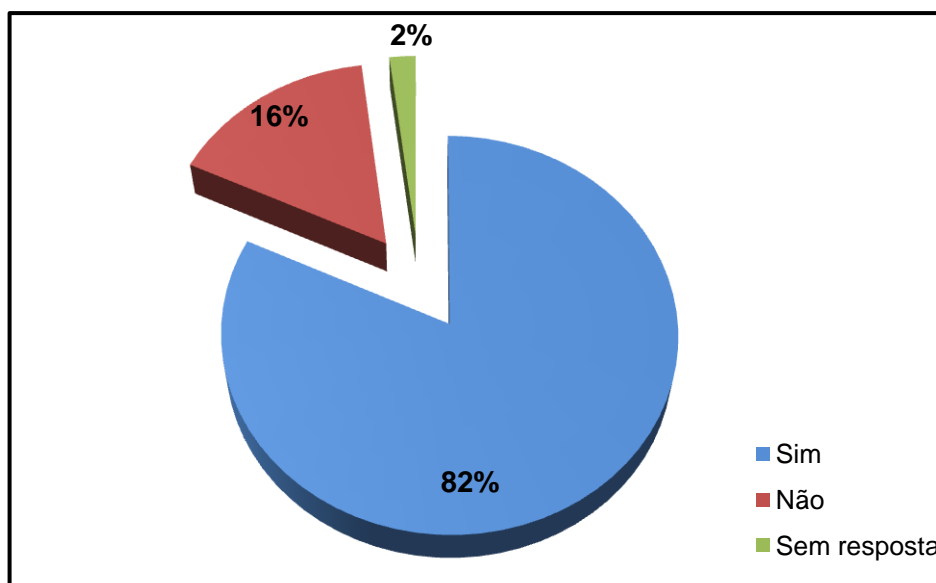


Gráfico 32: Condições de Operacionalizar o Projeto Ético-Político do Serviço Social

Neste sentido, identificamos que os profissionais buscam pautar sua prática no Projeto Ético-Político, valorizando a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética em detrimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, muitas vezes ignoradas.

“A gente tenta... tenta pautar as ações no projeto ético-político, senão a gente perde o respaldo das ações, até mesmo na relação com os outros profissionais.” (AS 02)

“Busco sempre pautar minhas ações nos preceitos ético-políticos, mas há algumas dificuldades.” (AS 06)

“O projeto ético-político nada mais é que o Código de Ética e a lei de regulamentação da profissão... sem conhecer, você não consegue trabalhar.” (AS 14)

Além disso, os Assistentes Sociais apontaram que, mesmo tendo condições técnicas, há dificuldades para operacionalizar o referido projeto, sendo, por isso, necessário que o profissional crie estratégias.

“Condições técnicas, sim; mas nem sempre isso é possível na prática. Isso faz parte do cotidiano profissional que é feito de avanços e recuos.” (AS 19)

“Pelo conhecimento, pelo que eu acredito, sim; mas existem limites institucionais. A gente tem que ser estratégicos, saber o momento de recuar e avançar.” (AS 24)

“Com limitações... porque há coisas que não dependem só do profissional, dependem da instituição, da demanda institucional e da questão dos recursos... da falta de recursos, que são precários.” (AS 30)

Conforme explicitado nas falas acima, há limitações nas instituições, mas é preciso que os Assistentes Sociais não esmoreçam, mantendo sempre uma prática comprometida e articulada com as demais categorias profissionais a fim de construir uma nova ordem societária, conforme preconizado pelo Projeto Ético-Político.

“Eu acho que eu consigo que ele seja minha base de atuação; que a minha prática esteja pautada nos princípios desse projeto. Se a gente esperar que todas as condições sejam favoráveis, a gente nunca vai colocar a nossa prática em consonância com esse projeto da profissão.” (AS 26)

“Eu acho que na totalidade não. Mas o código de ética é uma diretriz para a prática; é com base nesses princípios que se fundamenta o exercício profissional. A construção de uma nova ordem societária sem discriminação, isso é uma construção coletiva.” (AS 15)

Quanto às respostas que a profissão vem dando às necessidades sociais apresentadas na atualidade, os dados demonstram que há um equilíbrio quanto à opinião dos Assistentes Sociais a respeito, já que 58% consideram que tais respostas têm sido satisfatórias e 42% acreditam que são insatisfatórias.

De acordo com os Assistentes Sociais, a profissão vem avançando bastante ao longo de sua história e apesar das limitações – precarização e focalização dos serviços públicos; ausência de articulação da rede e planejamento estratégico; baixa cobertura dos serviços; entre outras – as respostas podem ser consideradas satisfatórias.

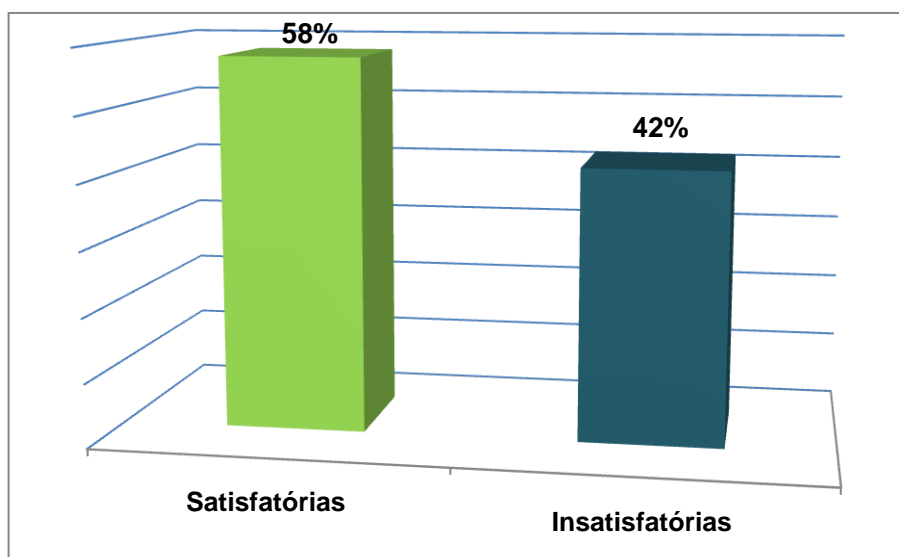


Gráfico 33: Respostas que a profissão vem dando às necessidades sociais

As falas a seguir demonstram o pensamento da maioria dos Assistentes Sociais entrevistados, os quais consideram que a profissão vem dando respostas satisfatórias.

“É satisfatória porque a profissão avançou muito nos últimos tempos... dentro das limitações, as respostas são satisfatórias.” (AS 11)

“Porque tem conseguido responder as demandas que vão surgindo... o Assistente Social tem se inserido em campos de atuação novos, atendendo a realidade atual.” (AS 12)

“Eu acho que são permeadas por grandes desafios... mas eu acho que a intervenção do Assistente Social é fundamental para possibilitar relação mais igualitária, o acesso do usuário aos seus direitos... apesar da precarização e focalização dos serviços públicos.” (AS 15)

“Porque eu considero que o Serviço Social sozinho não vai dar conta de responder sozinho à realidade; porque a realidade é muito mais ampla. E a forma que o Serviço Social responde a estas necessidades está muito ligada à própria história da profissão. Quanto mais aprimorado o Serviço Social vai ficando, maior a possibilidade de devolver para a sociedade ações mais embasadas, mais consistentes.” (AS 25)

“Eu acho que ele responde satisfatoriamente; só que a gente depende das instituições para as quais a gente encaminha. A gente tem que tá sempre encaminhando e chega num determinado ponto que pára.” (AS 36)

“São satisfatórias, mas com muitas considerações, dentre elas a necessidade de articulação da rede, de ampliação da cobertura, de compreensão do planejamento estratégico e da aplicação de indicadores; compreendendo tudo isso como instrumento de formulação de novas políticas públicas.” (AS 33)

Entre os que consideram que as respostas têm sido insatisfatórias, as justificativas apresentadas revelam a forte presença do aspecto político, e não raras vezes político-partidário, no âmbito social. Além disso, os Assistentes Sociais trabalham diretamente com as políticas públicas, que acabam sendo paliativas, interferindo nos resultados do trabalho profissional.

“As respostas não são satisfatórias, não pelo profissional, mas pelo próprio sistema... a gente vive muito o assistencialismo e as ações ficam atreladas à questão política.” (AS 03)

“Porque todas as políticas deveriam ser ligadas e não há esse interligamento. Porque estamos muito atrelados à política que muitas vezes tá ligada à política partidária.” (AS 23)

“Eu acho que elas são insatisfatórias porque elas não se sustentam sozinhas... porque em algumas situações vai esbarrar em questões políticas. Existem limitações... o Assistente Social pode chegar até determinado ponto; na hora de efetivar, esbarra nas limitações.” (AS 29)

“As respostas que a gente dá, elas dependem das políticas sociais, públicas, com as quais a gente atua. [São insatisfatórias] Não por conta da categoria, mas por conta das limitações das políticas públicas; porque elas são construídas para serem paliativas, elas não respondem às necessidades como a gente acha que deveria.” (AS 26)

A falta de articulação da rede e de recursos também foi apontada pelos entrevistados como dificultador para o desenvolvimento de ações, de fato, satisfatórias.

“Porque nós sabemos, conhecemos os direitos das pessoas, procuramos fazer com que eles aconteçam; mas não depende só do Assistente Social, existem os obstáculos da rede.” (AS 38)

“Por conta da ‘falta de recursos’ do município, muitas vezes não conseguimos atender às demandas de maneira adequada.” (AS 50)

Há que se levar em conta, ainda, o sucateamento da prática profissional, vivenciado na atualidade por inúmeras categorias profissionais, dentre elas os Assistentes Sociais, que leva, em determinados contextos, ao imediatismo ou respostas não refletidas. Além disso, o fato do Assistente Social estar sendo um executor terminal das políticas públicas também contribui para este quadro, pois na medida em que não participa da elaboração destas políticas, o profissional acaba se deparando na prática com situações que precisam ser pensadas em nível de planejamento e gestão, e que limitam a atuação profissional, tornando as respostas insatisfatórias.

*“Eu acho que o Assistente Social precisa ser um profissional muito antenado, atualizado; e com o sucateamento da prática do Assistente Social (que não depende só do Assistente Social), não se consegue acompanhar. **O Assistente Social faz parte deste contexto neoliberal como membro do mercado de trabalho e muitas vezes não dá pra você acompanhar e dar uma resposta pensada; não dá pra pensar sua prática. Muitas vezes diante das necessidades emergentes, o Assistente Social dá respostas não refletidas.**” (AS 19, grifo nosso)*

“Eu acho que a profissão tem crescido muito ao longo desses anos; mas eu acho que no Serviço Público, o profissional tem que ser mais ouvido, mais consultado. Eu acho que na elaboração das políticas esse profissional tem que participar, tem que ser co-autor, e ainda não está sendo.” (AS 27)

“Porque eu acho que acima de tudo é pela gravidade da questão social... a gente tem dificuldade de lidar com isso na prática. A gente continua dando respostas isoladas.” (AS 10)

A categoria demonstrou, portanto, conhecer e pautar suas ações na legislação profissional. E, embora haja limitações à prática dos Assistentes Sociais, estes têm buscado colocar o projeto ético-político em prática nas instituições em que trabalham.

Os Assistentes Sociais consideram que a profissão vem avançando bastante ao longo de sua história, transpondo os obstáculos a fim de dar respostas satisfatórias às necessidades sociais apresentadas na atualidade.

5.2.5 Participação Política e Categoria Profissional

A participação política dos Assistentes Sociais tem se mostrado incipiente tanto em nível nacional quanto local. A pesquisa realizada pelo CFESS com Assistentes Sociais de todo Brasil revelou que 68% da categoria não participam de nenhuma atividade política, enquanto apenas 32% participam. Dentre as cinco regiões brasileiras, a região Sudeste destaca-se como a de menor percentual de participação em atividades políticas (25,18%). No município de Campos dos Goytacazes as tendências nacional e regional se confirmam, já que apenas 20% dos entrevistados afirmaram participar de algum tipo de atividade política, e a grande maioria (80%) declarou sua não-participação, conforme o gráfico a seguir.

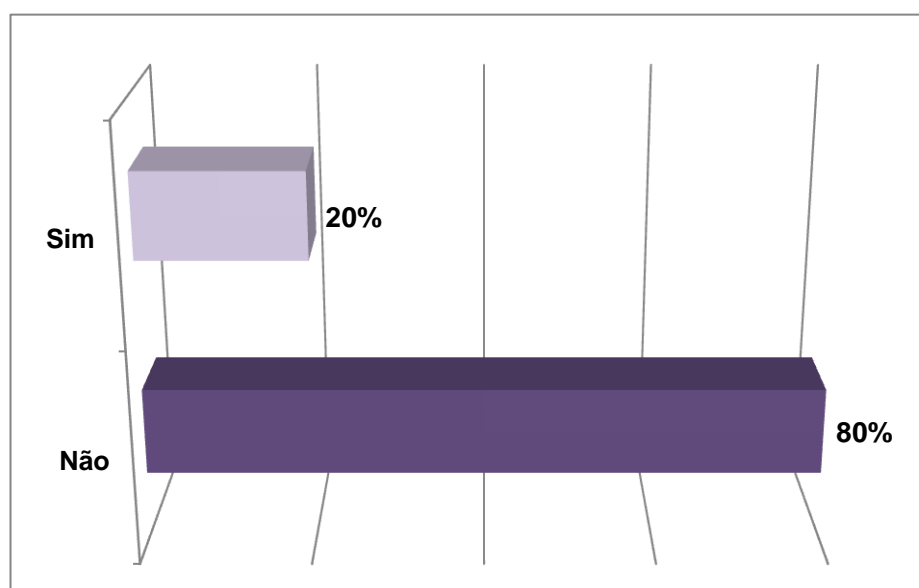


Gráfico 34: Participação em atividade política

Observa-se, desta forma, que embora tenham como princípios fundamentais a **Ampliação e consolidação da cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras e a **Defesa do aprofundamento da democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2005, p. 16), os Assistentes Sociais não participam, em sua maioria, dos espaços de decisão política, onde a luta pela efetivação de tais princípios deve ocorrer.

Vale ressaltar, ainda, que entre os que declararam participar de alguma atividade política, a maioria (70%) possui frequência eventual, e 30% assídua. Já em relação ao tipo de movimento, identificou-se que 60% fazem parte de movimento da categoria de Assistente Social, 30% de movimento sindical e 10% de movimento partidário. No que se refere à situação junto ao movimento, 40% são dirigentes, 30% apenas filiados, 20% enquadraram-se na categoria “outro” e 10% são militantes de base.

Observa-se, contudo, que um percentual significativo de Assistentes Sociais encontra-se envolvido nos movimentos e eventos da categoria. Os dados apresentados no gráfico a seguir, mostram que a maioria dos profissionais que atuam em Campos dos Goytacazes (84%) participam de eventos da categoria, dentre os quais destacaram-se nas falas dos Assistentes Sociais entrevistados⁷²: Palestras (40%); Seminários (26%); Encontros (24%); Congressos (22%); Cursos (14%); Capacitações e Conferências (10% cada); Fóruns e Reuniões (4% cada); Simpósios e Mini-cursos (2% cada).

Foi possível identificar que a maioria dos eventos dos quais os Assistentes Sociais participam são organizados pelo CRESS, em geral por ocasião do Dia/Mês do Assistente Social; o que revela uma preocupação do Conselho em organizar estas atividades e uma boa receptividade por parte da categoria.

⁷² Neste caso, foi possível resposta múltipla.

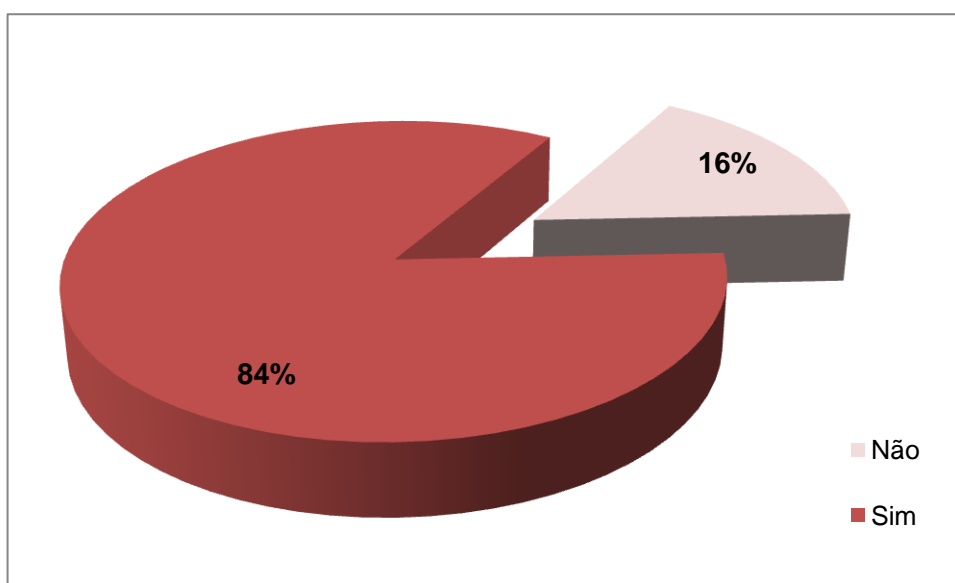


Gráfico 35: Participação em eventos da categoria

Assim como nas atividades políticas, a participação dos Assistentes Sociais no âmbito dos Conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais também se mostrou baixa, pois a pesquisa apontou que apenas 18% participam destes espaços.

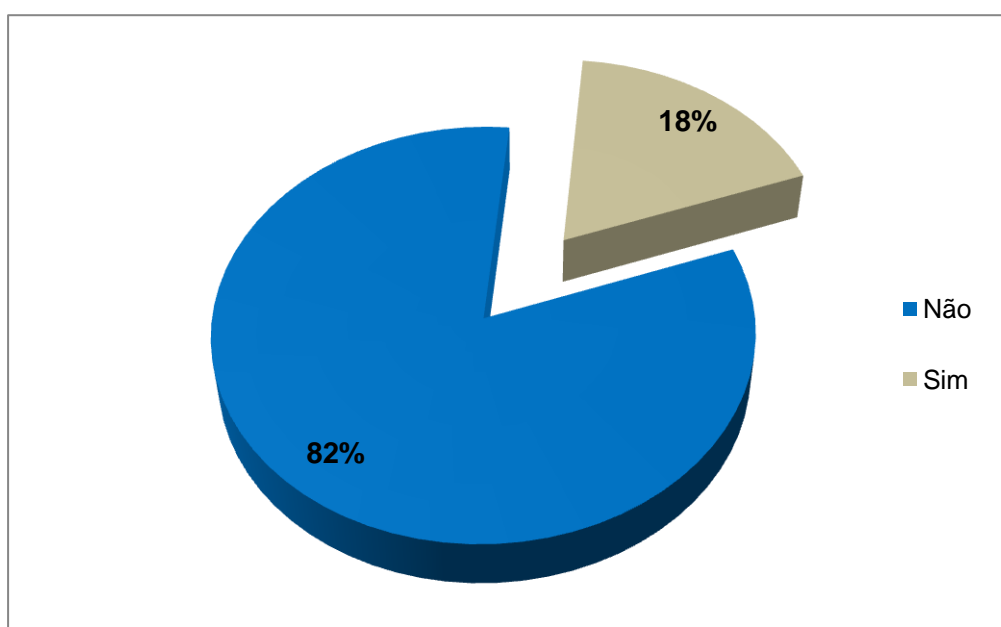


Gráfico 36: Participação em Conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais

Assim, apesar da ampliação do “controle social” das políticas públicas e das diversas possibilidades de participação dos Assistentes Sociais nos Conselhos, os

dados indicam que estes profissionais não têm tido participação expressiva nestes espaços atuando, na prática, como *executor terminal das políticas sociais*, embora na teoria suas competências compreendam a elaboração, implementação, execução e avaliação das mesmas.

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992)⁷³, sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades (IAMAMOTO, 2009, p. 31).

Segundo Iamamoto (2009), com o processo de descentralização das políticas sociais públicas novas funções e competências passaram a ser requeridas dos Assistentes Sociais, os quais “estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*” (p. 31). Para tanto, é preciso que os Assistentes Sociais exerçam suas competências, participando dos espaços políticos, sobretudo, nos Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais.

Observa-se que há predominância de Assistentes Sociais que participam do Conselho de Assistência⁷⁴. Em seguida aparecem os Conselhos da Criança e do Adolescente, e da Mulher. As áreas menos citadas foram: Saúde, Direitos Humanos e Pessoa com deficiência. Observe-se que as áreas de Educação, Previdência e Idoso não foram contempladas por nenhum dos entrevistados.

Entendemos que a maior participação dos Assistentes Sociais no Conselho de Assistência Social justifique-se, de certa forma, em função da relação estreita e histórica existente entre o Serviço Social e a Assistência; no entanto, faz-se necessária a presença do Assistente Social nas instâncias de deliberações ligadas às demais áreas, a fim de que os direitos dos cidadãos sejam efetivados com equidade e qualidade.

⁷³ NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

⁷⁴ Os Conselhos de Assistência Social são instâncias de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Sua organização, composição, e competência são fixadas em lei, possibilitando a gestão democrática da política e o exercício do controle social (CFESS, 2005b, p. 49).

Destarte, entendemos que a participação do Assistente Social nos conselhos de direitos ou de políticas sociais é fundamental, pois “indica o exercício do ‘controle social’, o que implica o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política, do plano da política e dos recursos financeiros destinados à sua implementação” (CFESS, 2005b, p. 48).

Outro aspecto evidenciado pela Sociologia das Profissões como intrínseco às profissões, sobretudo medicina, advocacia e engenharia – as profissões imperiais (COELHO, 1999) – e abordado na presente pesquisa foi o Corporativismo Profissional, o qual é apontado como antítese do pluralismo. De acordo com o Dicionário do pensamento social do século XX (1996, p. 141, grifo nosso), “a teoria corporativista enfatizava um número limitado de organizações politicamente influentes e a **tendência desses grupos a alcançar uma posição monopolista na representação de interesses dentro de categorias sociais particulares.**”

No caso do Serviço Social, de acordo com os Assistentes Sociais entrevistados, esta teoria não se aplica, pois para 86% dos entrevistados a categoria não é corporativista, como mostra o gráfico seguinte.

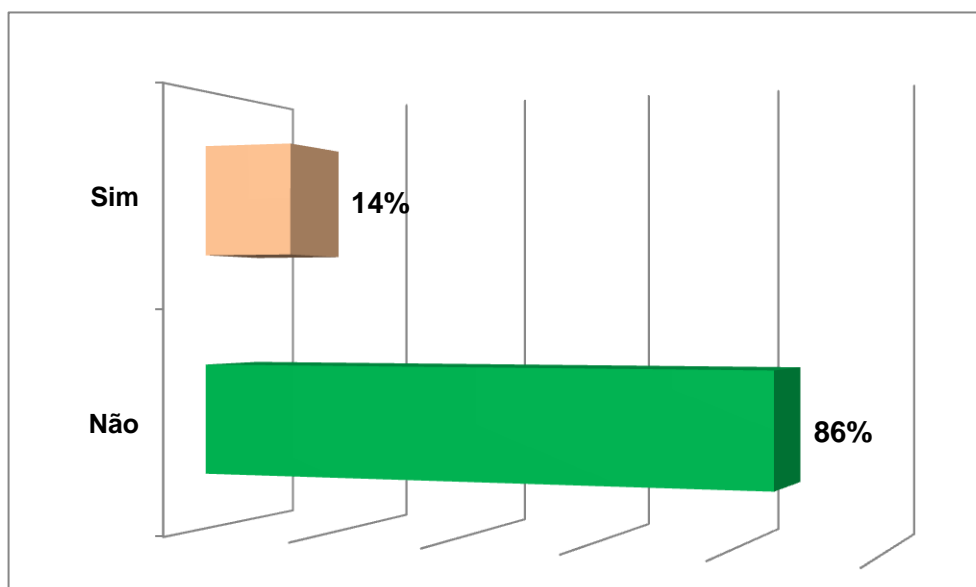


Gráfico 37: Considera a categoria de Assistentes Sociais Corporativista

As justificativas dadas pelos Assistentes Sociais revelaram o entendimento de corporativismo como união, preocupação com a categoria em si, com o coletivo, preservação e valorização de um profissional em relação ao outro.

“[...] Há uma desvalorização de um profissional em relação ao outro.” (AS 01)

“Nem um pouco. É individualista. Nas coisas mais simples, não se tem a preocupação com o coletivo, do usuário e da própria categoria.” (AS 03)

“Cada profissional só olha pra si, pros seus interesses. Não há defesa de um colega pelo outro, muito pelo contrário.” (AS 04)

“Nada de corporativismo; muito longe disso... O Assistente Social tem mania de falar mal do trabalho do outro. Não existe corporativismo nenhum.” (AS 14)

“Eu acho que nós não temos esse sentido corporativo... eu não vejo o assistente social lutar pela categoria... não que a gente não defenda a colega, mas ainda pensamos muito individualizado, na gente. São pensamentos muito diferentes; é muito difícil ter um objetivo único... a categoria ainda pensa muito individualmente.” (AS 15)

“Na luta pelos direitos do profissional eu considero corporativista. Mas na postura profissional no dia-a-dia não. Não há defesa da categoria dentro da instituição, e os nossos interesses não estão sendo compartilhados de forma igualitária. Não há defesa dentro a classe.” (AS 22)

“Porque... eu acho até que precisaria ser um pouquinho. Tem situações que a categoria deveria estar mais unida. Eu acho que a categoria ainda está muito desarticulada em relação aos nossos direitos, principalmente a respeito das condições de trabalho. A gente luta muito pelo usuário, mas a gente tá esquecendo que nossas condições de trabalho, elas refletem no atendimento ao usuário.” (AS 27)

“Não é corporativista. Eu acho que ela não tem uma visão de categoria, não se defende, não tem preocupação com a unidade... há pouca participação nos conselhos... não querem participar das discussões, só participam quando se trata de algo de interesse próprio, imediato. Eu acho que é muito desmobilizado. Quando se trata de algo para imprimir melhor qualidade ao trabalho e melhorar a visão da sociedade quanto à profissão, eu não vejo.” (AS 28)

“Porque, na verdade, é cada um buscando seus interesses pessoais; buscase o interesse da categoria quando os interesses são convergentes com os interesses particulares, individuais, o que não ocorre com outras categorias.” (AS 31)

Foi possível observar, ainda, a identificação da categoria dos médicos como parâmetro no que se refere ao corporativismo.

“[...] Ao contrário dos Assistentes Sociais, os médicos são extremamente corporativistas... as ações são sempre ‘acobertadas’; diante de uma equipe, não há contradição médica. O Assistente Social, ele visa seu próprio bem-estar... e se tiver que denunciar o colega, denuncia.” (AS 02)

“Eu acho que deveria ser um pouco. Falta um pouco de unidade dentro da categoria. Você não vê um médico falar mal do outro, mas vê um Assistente Social criticar, se pronunciar em relação a outro.” (AS 08)

“Esse termo corporativismo, como uma forma de se fecharem, de se protegerem, como os médicos, não é. A gente tem uma visão crítica sobre trabalho; claro que a gente não sai apontando os erros do colega, expondo os colegas, mas a gente sabe fazer uma crítica construtiva.” (AS 26)

A diversidade de tipos de vínculos de trabalho também foi apontada como fator que colabora para o não-corporativismo no interior do Serviço Social. A fala a seguir indica que há divergências de interesses devido ao fato de haver profissionais contratados e concursados numa mesma instituição.

“Hoje, a categoria de Assistentes Sociais ainda se submete muito e não questiona muito o andamento do trabalho. Embora o profissional não concorde, ele acaba fazendo por conta da instituição... falta união entre os profissionais até por conta de uns serem contratados e outros concursados... há interesses diferentes.” (AS 45)

Por outro lado há os que consideram a categoria corporativista sob a alegação de que os Assistentes Sociais têm dificuldade de interagir com outras categorias profissionais.

“[a categoria é] fechada em si mesma... a gente ainda precisa abrir muito mais nossos horizontes... ouvir mais as outras categorias na sua forma de pensar e de ver a realidade.” (AS 10)

“[...] [o Serviço Social] é difícil de se abrir para outras categorias, ela não tem dificuldade de mobilizar, mas de se agregar às demais categorias. Isso não é só um problema do Serviço Social, mas das profissões técnicas de nível superior.” (AS 46)

Neste sentido, entendemos que há duas situações a serem consideradas, pois quando se trata de questões relacionadas ao saber-fazer da profissão, atribuições e competências do Assistente Social, há certo corporativismo. Por outro lado, quando se refere à defesa dos interesses da categoria, sobretudo no âmbito das condições para o exercício profissional, observa-se que os Assistentes Sociais não são corporativistas.

“Não é da natureza do Serviço Social ser corporativista. [...] o Serviço Social é corporativista quando vai falar de questões como o projeto ético-político, da análise do discurso, há um corporativismo. Mas por outro lado, na defesa do espaço de trabalho, condições de trabalho, nesse ponto o Serviço Social não é corporativista. Há uma questão muito individualista nessas questões das condições para o exercício profissional, sobretudo nas prefeituras. Porque quando o Serviço Social opta pela não existência do sindicato nacional, ele sinaliza esse não corporativismo; o que não quer dizer que ele não exista.” (AS 24)

Ao contrário de diversas categorias profissionais (arquitetos, psicólogos, enfermeiros, médicos e engenheiros) que, embora tenham deliberado pela extinção dos sindicatos de categorias e suas federações, e conseqüente adesão ao novo modelo de organização sindical proposto pela CUT – caracterizado pela organização dos trabalhadores por ramo de atividade econômica, não o fizeram na prática; as entidades sindicais da categoria de Assistentes Sociais foram extintas.

Desta forma, acreditamos que, de modo geral, a categoria de Assistentes Sociais não é corporativista, na medida em que optou pela inexistência de um sindicato nacional da categoria, aderindo, no final da década de 1980, à estrutura sindical proposta pela CUT, fortalecendo, assim, a luta unificada da classe trabalhadora.

A pesquisa buscou identificar, dentre outros aspectos, a relação dos Assistentes Sociais com o CRESS bem como a avaliação por parte dos profissionais da atuação não só do Conselho Regional como das demais corporações da categoria.

Assim, constatamos que 64% dos Assistentes Sociais mantêm contato com o CRESS (neste caso, através da Seccional de Campos).

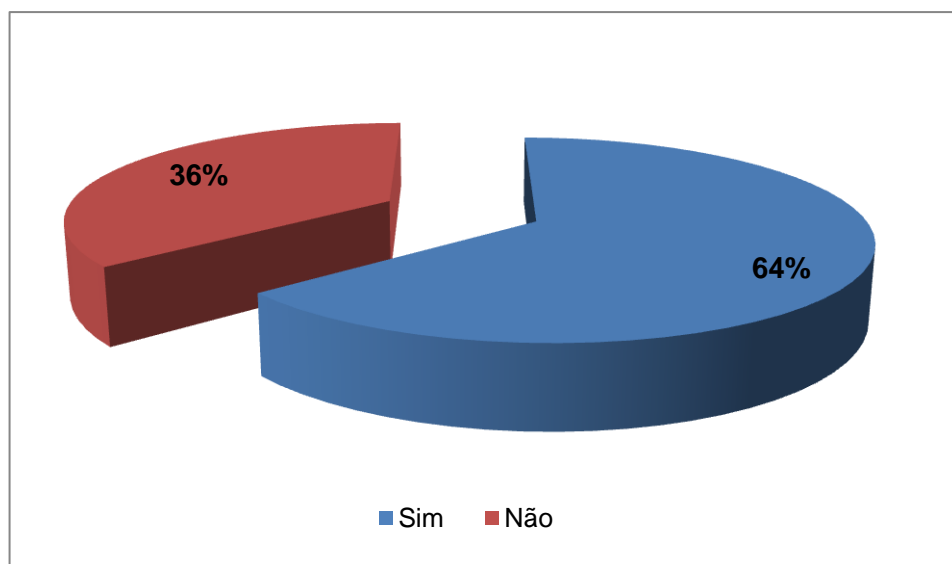


Gráfico 38: Contato com o CRESS

Entre os 36% que afirmaram não manter contato com o CRESS, as justificativas foram: falta de tempo, descrença na instituição, nunca precisou ou não vê necessidade.

“Só pago a anuidade... [não procuro] por falta de tempo, dificuldade de locomoção.” (AS 03)

“Falta de tempo, não me sinto estimulada, não dou prioridade.” (AS 29)

“Porque não tenho tempo.” (AS 49)

“São Instituições falidas. Não acredito mais nestas instituições.” (AS 03)

“Porque já procurei algumas vezes, mas não obtive resultados.” (AS 36)

“Eu acho que o CRESS não é muito ativo em relação às nossas questões, aos nossos direitos. Fizemos contato com o CRESS e não obtivemos retorno. Não vejo amparo do CRESS. Você não vê o CRESS visitando as instituições para ver as condições de trabalho...” (AS 18)

“Porque não vejo necessidade ainda de recorrer ao CRESS.” (AS 11)

“Porque nunca precisei.” (AS 16)

No que se refere às situações em que acionam o CRESS⁷⁵, identificamos que 68,75% dos Assistentes Sociais entram em contato para solicitar informações; 50%, para esclarecer dúvidas; 12,5%, para fazer algum tipo de denúncia; e 37,5%, por outros motivos, tais como: aquisição de materiais e participação em encontros, palestras, reuniões e comissões.

Já em relação à atuação do CRESS e demais corporações da categoria (CFESS, ABEPSS), a maioria dos entrevistados avaliou como boa (62%), como é possível observar no abaixo.

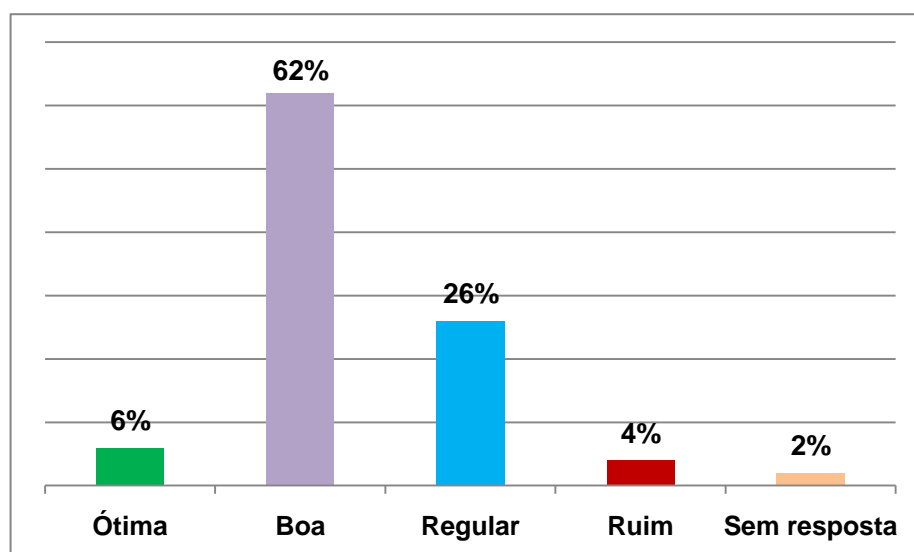


Gráfico 39: Atuação do CRESS e outras corporações (CFESS, ABEPSS)

⁷⁵ Nesta questão foi possível resposta múltipla.

É interessante observar que os Assistentes Sociais acreditam que a atuação do CRESS não é melhor, em partes, em função da falta de participação da categoria neste espaço.

“Em função da própria categoria que não legitima o espaço como de apoio.” (AS 08)

“Há uma parcela de responsabilidade da categoria.” (AS 24)

“Não é perfeita, não é ótima porque deveria ter um maior envolvimento, compreensão da categoria desse espaço.” (AS 28)

“Eu avalio como boa; não vou dizer ótimo, porque eu acho que o leque é muito grande... agradar a todos é muito complicado. Mas na medida do possível eles têm diversificado as atuações.” (AS 37)

“É boa; só não pode ser ótima porque os profissionais não se achegam.” (AS 46)

É possível perceber, através das falas a seguir, que há certo desconhecimento por parte de alguns profissionais acerca das reais competências dos Conselhos (Federal e Regionais), que, embora venham lutando em prol das reivindicações históricas da categoria – definição da carga horária de 30 horas, piso salarial, entre outras – possuem o **“objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional”** (art. 7º / Lei 8.662/93); enquadrando-se tais expectativas no âmbito sindical.

“Tem caminhado muito bem; tem avançado, mas a gente não tem um piso salarial definido. A legislação da carga horária não abarca a todos.” (AS 49)

“Acho que eles podiam lutar mais pela nossa carga horária e salário dos profissionais.” (AS 12)

Para finalizar, perguntamos aos profissionais entrevistados se tinham observado mudanças no processo de profissionalização do Assistente Social desde o ano em que se graduaram até os dias atuais. E, conforme os dados apresentados no gráfico seguinte demonstram, a maioria – que corresponde a 92% – declarou que sim.

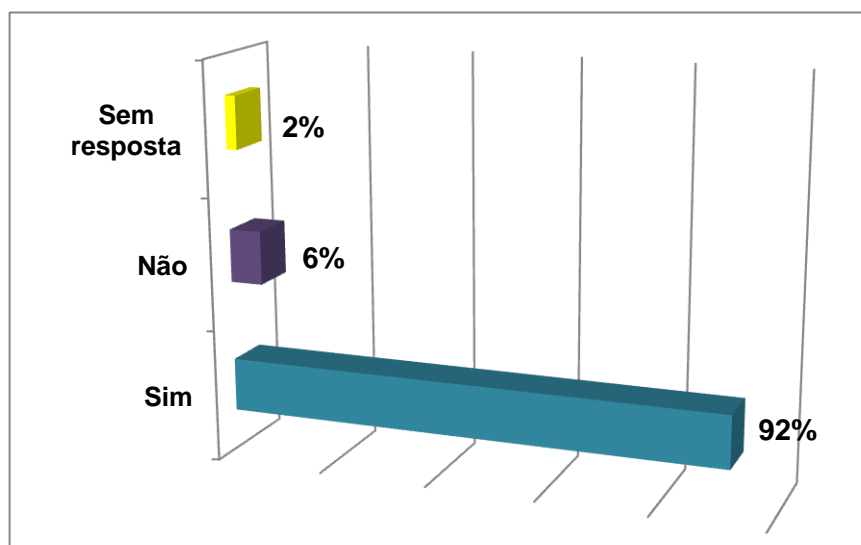


Gráfico 40: Mudanças no Processo de Profissionalização do Assistente Social

As principais mudanças observadas estão relacionadas à formação acadêmica. A atualização no currículo foi apontada como aspecto positivo por muitos profissionais, com destaque para a valorização da pesquisa, adequação da teoria à realidade social e a facilidade de acesso às leituras.

“O que eu percebo, hoje, é que a academia tem se pautado muito na atividade de pesquisa. [...]. Tem também a defesa da monografia. Nós passávamos por todo processo, mas não defendíamos as idéias.” (AS 02)

“Houve a mudança no currículo... houve uma valorização da parte de pesquisa. (AS 09)

“Acho que houve uma atualização do currículo, pelo que eu vou lendo, pelo que vejo através das pessoas que formaram recentemente. Busca-se trabalhar as questões sociais da atualidade brasileira.” (AS 20)

“No currículo houve; eu percebo que eles têm maior contato com a questão das políticas públicas. O que faltou para mim, eles estão tendo; eles estão tendo melhor aproximação das questões da realidade. Essa mudança no currículo acrescentou.” (AS 28)

“Com certeza. As disciplinas mudaram; a faculdade, ela avançou sim, ela vem se adaptando com os novos tempos, os novos direitos... a equipe de professores da UFF está bem à frente do tempo.” (AS 29)

“Um dos pontos que eu acho mais interessante de mudança é a criação dos grupos, dos núcleos de pesquisa; pois possibilitam ao graduando uma convivência maior com a dinâmica do Serviço Social, com as leituras, porque há uma troca maior, maiores conhecimentos.” (AS 31)

“A primeira delas é a mudança da estrutura curricular; as novas exigências em termos de instrumentos e conteúdos para a execução das ações dentro das políticas públicas, e isso exige maior qualificação e capacitação continuada... e a exigência colocada pela própria realidade social na estruturação dos trabalhos de base.” (AS 33)

“Sim. Principalmente na formação teórica que se adequou à realidade e passou a ter um maior compromisso com os usuários, com a formação continuada; as pessoas estão procurando se atualizar mais que antes.” (AS 40)

“Mais basicamente no âmbito da formação... houve muito avanço. Eu vejo que essa mudança de currículo proporcionou um avanço para a profissão.” (AS 49)

“Mudou muito... as pessoas estão mais politizadas... o ensino tá muito bom; o profissional tem aonde buscar. Quando eu me formei era mais restrito... a nível de livros. Hoje, o acesso às leituras é mais fácil.” (AS 07)

Os entrevistados consideram que os Assistentes Sociais com formação mais recente possuem uma postura mais crítica e atuante; o que indica que a profissão vem avançando ao longo de sua trajetória.

“Acho que houve mudanças sim. Eu considero que o profissional formado mais recente é mais atuante, tem mais conhecimento da legislação vigente, dos direitos do usuário. O Assistente Social formado hoje é mais participativo, é melhor preparado; ele sai da formação mais atualizado das políticas públicas. Eu considero a pesquisa muito importante para o trabalho... ele tá mais consciente em relação à importância da pesquisa; a pesquisa te respalda. O profissional fica numa posição de conhecedor, ele domina aquele assunto, ele fala com propriedade... e isso dá maior respeito, credibilidade ao parecer técnico.” (AS 27)

“Eu acho que o profissional hoje é mais crítico, tem uma leitura de realidade mais abrangente, tem um acesso a leituras. Na minha época fazer mestrado era uma coisa inatingível. Essa preocupação com a capacitação, ela é mais presente hoje; os profissionais formados mais recentes têm um poder maior de argumentação, tem uma formação mais qualificada, uma oratória boa. Os profissionais são mais articulados, tem uma relação melhor com as outras categorias. Eu sou de uma época que a ditadura estava numa ‘fase negra’; era perigoso você se reunir no diretório, as reuniões tinham que ser rápidas.” (AS 35)

“Eu identifico que a formação mais recente está mais comprometida com o projeto ético-político da profissão. Antigamente, era tudo muito setorizado, em Serviço Social de caso, grupo e comunidade. O Assistente Social era muito cerceado.” (AS 37)

Destacaram-se, ainda, os avanços ocorridos no âmbito da prática. A profissão adquiriu maior reconhecimento, houve uma abertura no mercado de trabalho que pode ser percebido através da diversidade de campos sócio-ocupacionais nos quais os Assistentes Sociais estão inseridos, atuando não apenas no âmbito da execução, mas do planejamento e gestão.

“Inegavelmente... muito avanço. A categoria ocupou espaços novos; é uma profissão requisitada pelo mercado de trabalho. Eu acho que o Serviço Social ganhou visibilidade nos últimos anos, principalmente na década de

1990, até mesmo por conta da descentralização... você não vê um município sem um Assistente Social. O Assistente Social hoje não é apenas um mero executor; cada vez está conseguindo novos espaços. Estamos sendo chamados para gestão, coordenação de projetos, programas. Essa inserção sócio-ocupacional do Assistente Social vem ganhando muita visibilidade.” (AS 15)

“Eu acho que o Serviço Social está bem mais reconhecido, ele ampliou. Todas as áreas têm o Assistente Social (saúde, direito), nunca se contratou tanto; de 2002 pra cá foi um ‘boom’. O Serviço Social tem uma visibilidade grande; em todos os lugares que você entra, tem um Assistente Social, e geralmente inserido numa equipe multidisciplinar, o que nos torna reconhecidos pelo outro colega que não é da área. O Serviço Social tá mais visível, talvez por estar mais reconhecido.” (AS 42)

“Avanços em termos de abertura de mercado de trabalho e visibilidade; se tornou uma profissão mais visível, mais clara.” (AS 48)

Entre os aspectos negativos apontados, destacam-se a criação e expansão dos cursos de Serviço Social à distância; precarização e sucateamento da educação expressos na “onda de contratações” de professores substitutos; existência do trabalho voluntário.

“Eu acho que o Serviço Social tá perdendo um pouco a qualidade em função dos cursos à distância; onda de professores substitutos [nas universidades públicas] que dão aula sem a qualificação. Os professores têm que ter formação continuada, tem que ter didática... não basta ter o conhecimento.” (AS 06)

“Um aspecto negativo foi a questão do ensino à distância... a gente passa quatro anos e meio na faculdade, na sala de aula, tem todo envolvimento do aluno com o professor, o que não acontece à distância.” (AS 09)

“Eu acho que a questão do ensino a distância... a gente tá formando uma grande parcela de Assistentes Sociais sem ter uma noção ainda de com qual competência serão formados, principalmente no sentido ético e político. Eles estão fora do campo por excelência da formação teórica, que é a academia; e tem também a questão da pesquisa...” (AS 10)

“A mudança tem sido agora por conta das universidades à distância. Há uma desqualificação da profissão a partir do momento que você tem profissionais trabalhando como voluntariado e fazendo coisas que não são atribuições do Assistente Social.” (AS 14)

“Uma coisa negativa que vem acontecendo é a criação dos cursos de graduação em Serviço Social à distância, que pode repercutir, no sentido de precarização da prática do Assistente Social. Tem havido uma ampliação do mercado de trabalho para os Assistentes Sociais, o que não quer dizer que esteja acontecendo um avanço na prática profissional. Não deixa de ser um avanço, mas é uma coisa que tem que ser pensada.” (AS 19)

Outro ponto negativo evidenciado refere-se aos instrumentos utilizados na atuação profissional. De acordo com a fala do Assistente Social 25, reproduzida a

seguir, muitos profissionais têm tido dificuldades em lidar com os instrumentos, colocando-se muitas vezes numa posição de subalternidade nas equipes multiprofissionais.

“Um ponto que eu acho negativo é a questão dos instrumentos de trabalho; a gente vê os alunos e os profissionais recém-formados com dificuldade em lidar com os instrumentos, de elaborar um parecer, ter clareza do que é o espaço do Assistente Social dentro das equipes onde há outros profissionais. O Assistente Social se coloca muitas vezes numa posição subalternizada. [...]” (AS 25)

Os dados levantados pela pesquisa mostram que a participação política dos Assistentes Sociais tem se mostrado incipiente tanto em nível local como nacional. Entre os que participam de alguma atividade política, observa-se que a frequência é eventual, destacando-se o envolvimento nos movimentos e eventos da categoria.

Identifica-se que a categoria mantém contato com o CRESS, sobretudo, para solicitar informações e esclarecer dúvidas, considerando a atuação do referido Conselho como “boa”. Os Assistentes Sociais entrevistados revelaram que não consideram a categoria corporativista e que têm observado mudanças no processo de profissionalização com o passar dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sociológico das profissões vem sendo considerado um tema legítimo e de grande interesse no âmbito acadêmico. Isto se deve ao fato da profissionalização configurar-se como um dos processos essenciais da modernização, na qual a socialização comunitária, em que o *status* é herdado, dá lugar a uma socialização societária, em que o *status* social depende das tarefas efetuadas e dos critérios de competência e de especialização (DUBAR, 2005).

É neste contexto, portanto, que o processo de profissionalização consolida-se como um dos princípios estruturadores básicos da sociedade do século XX (GONZÁLEZ LEANDRI, 1999), na qual passa a vigorar um tipo de cidadania atrelada à regulação ocupacional, intitulada por Wanderley Guilherme dos Santos de “cidadania regulada” (COELHO, 1999).

Diante desta constatação é que procuramos discutir sobre as profissões, enfatizando o Serviço Social. Para tanto, buscamos entender o que é uma profissão, isto é, quais são suas características e importância na sociedade; compreender como se deu o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, com ênfase no município de Campos dos Goytacazes; e conhecer o perfil dos Assistentes Sociais que atuam no referido município.

Ao analisarmos as etapas típicas do processo de profissionalização apontadas por diversos autores, tais como Caldas (2006) e Diniz (2001), e considerando que estas etapas podem sofrer variações em função dos contextos históricos em que se apresentam, identificamos que no caso do Serviço Social no Brasil este processo se deu da seguinte forma: 1) Criação das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 1930; 2) Adoção de um Código de Ética Profissional, aprovado em 1947; 3) Absorção significativa dos Assistentes Sociais por parte do Estado, no final da década de 1940; 4) Criação dos Conselhos Profissionais, na

década de 1950; 5) Regulamentação da profissão, em 1957, através da Lei 3252 – regulamentada, posteriormente, pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962.

Embora não sejam contemporâneos, os processos – nacional e local – seguiram basicamente as mesmas etapas, pois no município de Campos dos Goytacazes, conforme o estudo realizado, primeiramente deu-se a criação da Escola de Serviço Social, na década de 1960; e, posteriormente, houve a criação da Seccional de Campos do CRESS 7ª Região, na década de 1970.

Seguindo uma tendência histórica e nacional, o Estado configura-se como principal empregador dos Assistentes Sociais no município, os quais pautam suas práticas profissionais no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão – instrumentos normativos inerentes às profissões. Além disso, observa-se a mobilização por parte do Conselho Profissional no sentido de ampliar o número de vagas destinadas aos Assistentes Sociais no setor público bem como de garantir, através da fiscalização, as condições necessárias ao exercício profissional àqueles que detêm as credenciais (Diploma e Registro Profissional).

Assim, podemos afirmar que, após passar pelo processo de profissionalização, o Serviço Social conquistou o estatuto sociológico de profissão, requerendo “para seu exercício um alto nível de educação formal usualmente testado em exames e confirmado por algum tipo de credencial” (DINIZ, 2001, p. 18). Desta forma, os profissionais passaram a ter o monopólio de uma determinada área do saber, utilizando os conhecimentos de natureza técnica adquiridos na resolução de problemas, que no caso do Serviço Social são oriundos das expressões da questão social.

Se por um lado, o Serviço Social possui o estatuto de profissão, sendo regulamentado como profissão liberal, por outro vivencia o grande dilema das profissões liberais no que tange à autonomia. Os Assistentes Sociais não têm sido profissionais autônomos, já que não exercem suas atividades de forma independente – estão sempre vinculados a instituições, as quais estabelecem as jornadas de trabalho e a remuneração, oferecem as condições materiais e técnicas para o exercício profissional e, ainda, definem o público a ser alcançado (IAMAMOTO, 2004).

No entanto, os dados de nossa pesquisa demonstram que, mesmo vinculados a instituições e deparando-se com entraves, os Assistentes Sociais possuem autonomia, sobretudo, no que se refere ao seu processo de trabalho. As falas dos entrevistados indicam que esta autonomia é relativa/condicionada, já que os Assistentes Sociais são profissionais tecnicamente autônomos, pois “possuem liberdade para agir de acordo com seu próprio julgamento no desempenho do trabalho profissional” (CARDOSO, 2005, p. 70), mas hierarquicamente condicionados.

Consideramos, contudo, que o fato dos Assistentes Sociais estarem vinculados a instituições não ameaça o *status* profissional do Serviço Social, pois a existência ou não de vinculação hierárquica não é o que define uma profissão na acepção sociológica do termo, mas o caráter sistemático do conhecimento que controla e a significativa autonomia técnica que possui (COELHO, 1999).

Ao analisarmos a história da profissão no município de Campos dos Goytacazes percebemos que as principais instituições credenciadoras de Assistentes Sociais – UFF-Campos e Seccional de Campos do CRESS 7ª Região – passaram por inúmeras mudanças, mantendo-se parceiras e contribuindo não só para a formação e regulação/fiscalização como também para o crescimento e fortalecimento da profissão no município e região. Constatamos, ainda, a existência, por um determinado período, de uma Associação Profissional com caráter sindical no município, a ANFAS Associação Norte Fluminense de Assistentes Sociais – não tendo sido possível o acesso a documentos que nos permitissem acrescer ao nosso estudo o aspecto sindical da categoria no município.

Depreendem-se, ainda, dos dados levantados através da pesquisa, a participação da UFF-Campos no processo de socialização societária no município e região, dada sua importância e pioneirismo na esfera da formação de nível superior, sobretudo no âmbito do Serviço Social. Após todo processo de lutas e conquistas, a instituição se tornou Pólo Universitário, recentemente, ampliando os cursos oferecidos e contribuindo de forma mais abrangente para o processo de profissionalização da população e conseqüente desenvolvimento regional.

No que se refere à Seccional de Campos, algo que nos chamou a atenção foi a baixa participação da categoria neste espaço, o que levou à interrupção de seu

funcionamento entre 1975 e 1982, além da necessidade de eleições de diretorias provisórias, em alguns períodos, dado o fato de não haver chapas inscritas para o processo de escolha da diretoria da Seccional.

Entretanto, verificamos que tal característica não é peculiar à categoria de Assistentes Sociais que atuam no município de Campos dos Goytacazes, estendendo-se a todo território nacional, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto dos Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais.

A partir do estudo realizado constatamos que o perfil geral predominante entre os Assistentes Sociais entrevistados, que atuam no Município de Campos dos Goytacazes, assemelha-se ao perfil nacional da categoria, diferindo-se apenas no tocante à faixa etária (35 a 44 anos⁷⁶), caracterizando-se da seguinte forma: mulher, com idade entre 25 e 34 anos, católica praticante, branca, heterossexual, casada e sem filhos. Possuem um núcleo familiar que varia de 2 a 4 membros, com renda de mais de 9 salários mínimos, o que lhes permite gozar de uma condição de vida satisfatória social e economicamente falando.

Acerca do perfil, alguns aspectos nos chamaram a atenção dentre os quais destacamos sexo, religião e raça. Como é possível observar, a categoria é composta predominantemente pelo sexo feminino, o que revela a manutenção de uma característica presente na profissão desde sua gênese.

No que diz respeito à religião, identificamos que, embora se perceba uma quebra da hegemonia do bloco católico no interior da profissão e um avanço das demais religiões, a religião católica mantém-se como a predominante entre os Assistentes Sociais, os quais declaram-se, em sua maioria, participantes em sua religião.

Quanto à pertença étnico-racial, verificamos que 40% dos entrevistados se autodeclararam não-brancos, evidenciando uma configuração social e profissional que tem a ver com a emergência de setores que, graças à expansão e democratização do acesso ao ensino superior, vêm conquistando espaço na sociedade por meio das profissões, reforçando a presença e importância, na contemporaneidade, da socialização societária e “cidadania regulada”.

⁷⁶ CFESS, 2005b.

Em relação à escolha do curso e formação, verificamos que a maioria dos Assistentes Sociais entrevistados graduou-se na UFF-Campos, tendo escolhido o curso de Serviço Social, principalmente, pelo fato de não haver outras opções de cursos públicos na cidade na época em que ingressaram na graduação.

A escolha pela profissão não se dá, portanto, na atualidade, a partir da noção clássica de vocação – como ocorria nos primórdios da profissão, em que o ingresso nas Escolas de Serviço Social estava atrelado a uma série de qualidades inatas, sobretudo, de ordem moral e humanitária –, estando associada ao acesso à educação pública e a uma lógica da sociedade de mercado.

Segundo Alonso (2006), “profissão” e “vocação” são termos originalmente cunhados no âmbito religioso, aplicados à esfera ocupacional. Ele afirma que ao contrário da palavra “profissão” que assumiu novos significados,

“Vocação” é um termo que ainda hoje tem um sentido primário religioso e que só depois, em sentido figurado, passou a ser utilizado para falar de uma forma de viver a dedicação à profissão como tarefa central na vida de quem a desempenha, do grau de identificação com o papel profissional e também com sua imagem idealizada, sempre com conotações mais ou menos religiosas. (Ibid, p. 241)

Assim, “é cada vez mais difícil compreender a idéia de vocação, já que nossa sociedade é cada vez mais complexa e utilitarista” (BELLAH et al., 1989 apud ALONSO, 2006, p. 240), na qual a escolha pelas profissões está determinada pela demanda que o mercado tem deste profissional, associada à necessidade de trabalhar e à oportunidade de cursar uma graduação numa faculdade/universidade pública.

Em relação ao período de formação acadêmica, observou-se que, de modo geral, a dedicação ao curso foi parcial e as disciplinas não contemplaram os conteúdos necessários à atuação profissional, indicando a necessidade de uma relação mais próxima entre teoria e prática, a fim de que se adéque o currículo à realidade a partir de uma reflexão crítica. Identificou-se, ainda, a participação em atividades extracurriculares e a não-participação em movimento estudantil.

No momento da pesquisa, uma parcela majoritária dos Assistentes Sociais possuía especialização, o que sinaliza a preocupação por parte destes profissionais com a capacitação/atualização. Outro dado interessante está no fato da maioria ter

se registrado no Conselho Regional de Serviço Social no mesmo período/ano em que tiveram sua inserção no mercado de trabalho, evidenciando a relação intrínseca entre a obtenção das credenciais e a inclusão social através do trabalho.

Quanto à inserção e situação no mercado de trabalho e prática profissional, observamos as seguintes tendências gerais: rápida inserção profissional (\leq 01 ano após a conclusão da graduação), sobretudo, via concurso público. Prevalece entre a categoria a manutenção de 02 vínculos empregatícios, sendo o tipo do principal vínculo estatutário, já que a maioria dos Assistentes Sociais se encontra inserida em instituições públicas, com destaque para as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação.

A maior parte dos entrevistados ocupa o cargo de “Assistente Social” e trabalha na mesma cidade em que reside, revelando um padrão tradicional expresso por uma escassa mobilidade geográfica. Destaca-se a carga horária de 20 horas semanais e uma renda de mais de 09 salários mínimos.

De modo geral, os Assistentes Sociais encontram-se inseridos em equipes multiprofissionais, nas quais são estabelecidas relações de troca e parceria. Independente da área em que se enquadra a instituição em que atuam, a prática dos Assistentes Sociais visa, sobretudo, a garantia e efetivação de direitos; para tanto, utilizam os devidos instrumentos e técnicas.

A categoria demonstrou conhecer e pautar suas ações na legislação profissional. E, embora haja limitações à prática dos Assistentes Sociais, estes têm buscado colocar o projeto ético-político em prática nas instituições em que trabalham.

Os Assistentes Sociais consideram que a profissão vem avançando bastante ao longo de sua história, transpondo os obstáculos a fim de dar respostas satisfatórias às necessidades sociais apresentadas na atualidade.

Os dados revelaram que a categoria mantém contato com o CRESS, sobretudo, para solicitar informações e esclarecer dúvidas, considerando a atuação do referido Conselho como “boa”. Os Assistentes Sociais entrevistados declararam que não consideram a categoria corporativista e que têm observado mudanças, positivas e negativas, no processo de profissionalização com o passar dos anos, com destaque para a formação profissional.

Identificou-se, ainda, que a participação política dos Assistentes Sociais tem se mostrado incipiente tanto em nível local como nacional. Entre os que participam de alguma atividade política, observa-se que a frequência é eventual, destacando-se o envolvimento nos movimentos e eventos da categoria.

É possível verificar a partir do estudo realizado que essa baixa participação política vem desde a graduação, revelando-se pela não-participação no movimento estudantil, e se estende à vida profissional, expressa pela não-participação nos Conselhos de Direitos ou de Políticas Sociais e no Conselho Profissional.

O cruzamento das informações apreendidas através da pesquisa nos sugere que a baixa participação dos Assistentes Sociais nos espaços políticos está relacionada ao abandono do ideal de serviço à coletividade que associado à posse de conhecimentos científicos e técnicos constituem-se em fontes legitimadoras das profissões e garantia da sua imprescindibilidade funcional para as sociedades (GONÇALVES, 2007). Além disso, parece estar associada à inexistência do corporativismo entre a categoria.

Tal percepção é corroborada pela fala de um dos entrevistados, que ao ser perguntado se considerava a categoria de Assistentes Sociais corporativista deu a seguinte resposta: *“Nem um pouco. É individualista. Nas coisas mais simples, não se tem a preocupação com o coletivo, do usuário e da própria categoria”* (AS 03, grifo nosso).

Consideramos que, apesar de todos os entraves encontrados, o estudo alcançou os objetivos iniciais com êxito e acima de tudo com compromisso ético e profissional; demonstrando a importância das profissões e revelando a necessidade de maior atenção aos estudos sobre o Perfil Profissional, através do qual temos a oportunidade de conhecer melhor os papéis profissionais e, conseqüentemente, as profissões que coexistem em nossa Sociedade Contemporânea.

Permitiu-nos perceber, ainda, a importância da formação e das credenciais, as quais são, de fato, imprescindíveis no universo profissional, mas não garantem a inserção e permanência no mercado de trabalho. Além disso, revelou que a escolha pelo Serviço Social como profissão não está atrelada à vocação nem busca por *status*, mas às possibilidades que estão colocadas na atual conjuntura – não há a lógica do que eu quero, mas do que eu posso ser.

Constatamos que, embora se encontre no início da adolescência (CARDOSO, 2005), o Serviço Social vem avançando como profissão, afirmando-se “como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais [...]” (IAMAMOTO, 2004, p.16).

Salientamos, enfim, que, sendo a formação o ponto chave no âmbito das profissões, faz-se necessária reflexão crítica acerca dos conteúdos que se ensina e atenção diante do avanço da lógica utilitarista, expresso pelo ensino à distância e sucateamento das universidades; que nos leva a questionar que profissionais estão sendo credenciados.

Neste sentido, acreditamos que muitos são os aspectos a serem discutidos no âmbito do Serviço Social, principalmente, no que tange à formação, organização e participação política da categoria; e esperamos que o estudo realizado abra precedentes para aprofundamentos de questões ou realização de novas investigações acerca da profissão não só no município de Campos dos Goytacazes como em outros locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas.** [200-?] Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/artigo_livro_virada.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

_____. **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS.** São Luís, MA: ABEPSS, 2008.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Serviço Social & Sociedade.** n. 50. São Paulo: Cortez, 1996. [p. 143-171]

_____. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS n. 7.** Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. São Paulo: Cortez, 1997. [p. 58-76]

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios constantes. In: **Serviço Social & Sociedade.** n. 97. São Paulo: Cortez, 2009. [p. 85-108]

_____; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social** - Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978 – 1988. São Paulo: Cortez, 1995. 315p.

ALONSO, Augusto Hortal. **Ética das Profissões.** (Tradução Silvana Cobucci Leite) – São Paulo: Edições Loyola, 2006. 262p.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Ensaio Bibliográfico – As Profissões no Brasil e sua Sociologia. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. [p.593-607]

_____. Renascimento do Profissionalismo: alguns comentários. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 14, n. 39, fev. de 1999. [p. 186-190]

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil? **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 129-142, maio de 1998.

_____. A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n. 36, 2º semestre de 1993. [p. 3-30]

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. [p. 118-122]

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOLETIM INFORMATIVO DO CRAS - 7ª Região. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano X, n. 23, nov. 1974.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano X, n. 21, jan./ago. 1973.

BOLETIM OFICIAL. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano II, n. 4, 1964. Especial.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e construção do Estado: O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e os Limites das Abordagens Centradas no Mercado**. 1998. Disponível em: <http://www.uoregon.edu/~caguirre/bonelli_1.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

_____. As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n. 36, 2º semestre de 1993. [p. 31-66]

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EM TESE**. v. 2, n. 1 (3), jan-jul/2005. [p. 68-80]

CALDAS, Maria Alice Junqueira. **O processo de profissionalização do fisioterapeuta: O olhar em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. 118p. [Tese de Doutorado]

CARDOSO, Denise. **A Sociologia das Profissões de Eliot Freidson: Uma aplicação à análise do Serviço Social como profissão no Brasil contemporâneo.** Florianópolis: UFSC, 2005. 135p. [Dissertação de Mestrado]

COELHO, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais: Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999. 304p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª Região – RJ. **Coletânea de leis e resoluções.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2005. 421p. [p. 15-30]

_____. Lei de Regulamentação da Profissão. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª Região – RJ. **Coletânea de leis e resoluções.** 4. ed., Rio de Janeiro: Lidador, 2005a. 421p. [p. 31-40]

_____. (Org.) **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional.** Brasília: CFESS, 2005b. 73p.

_____. **RESOLUÇÃO CFESS nº 468/2005.** Brasília: CFESS, 2005c.

_____. **RESOLUÇÃO CFESS nº 469/2005.** Brasília: CFESS, 2005d.

_____. Diretrizes curriculares. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª Região – RJ. **Coletânea de leis e resoluções.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2005e. 421p. [p. 345-347]

_____. **Histórico.** Antecedentes: A origem sob controle estatal. CFESS, [200-?]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CRAS) – 7ª Região. **Circular Nº 01-76/CRAS.** Rio de Janeiro: CRAS, jan. 1976.

_____. **Circular Nº 11-75/CRAS.** Rio de Janeiro: CRAS, set. 1975.

_____. Delegacia Regional de Campos. **Livro de ATAS 1982-1989.**

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) – 7ª Região.
REGIMENTO INTERNO DO CRESS – 7ª Região. Rio de Janeiro: CRESS, 2006.

_____. Seccional de Campos. **Livro de ATAS** - Gestões 1999/2002 e 2002/2005.

DALLARUVERA, Margareth Alves. **Resgate histórico da organização política da categoria.** Rio de Janeiro: FENAS, 2003. Disponível em:
<<http://www.saserj.org.br/index02.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

DEMOCRASCIA. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano III, n. 1, fev. 1990.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber.** Profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 192p.

DUBAR, Claude. **A Socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. (Tradução Andréa Stahel M. da Silva) – São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343p.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo.** Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. – (Clássicos; 12). 280p.

_____. Para uma análise comparada das profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** n. 31, 1996. Disponível em:
<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. [p. 64-89]

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Coleção Temas Sociais. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. [p. 67-80]

GONÇALVES, Carlos Manuel. **Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento**. Portugal: Porto, Março de 2007. [p.177-223]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5512.pdf>>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 7, n. 2, julho, 2002. [299-309] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a11v07n2.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo. **Las profesiones: entre la vocación y el interés corporativo**. Fundamentos para su estudio histórico. 1ª ed. Madrid: Catriel D. L., 1999. 160p.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 495p.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DIREITOS SOCIAIS E COMPETENCIAS PROFISSIONAIS**. Brasília: CEAD, 2009. Módulo 4. Brasília: UnB; CFESS; ABEPSS, 2009. (Texto introdutório)

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 326p.

_____. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças no mundo do padrão de acumulação e regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999. [p. 112-128]

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16. ed. São Paulo: Cortez: 2004. 380p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. **Histórico – Campos dos Goytacazes – RJ**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

JORNAL DO CRAS. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano XXVIII, n. 9, jun. 1993.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano XXVIII, n. 7, jan./fev. 1993.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano XXVIII, n. 3, maio/jun. 1992.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano XXVIII, n. 1, jan./fev. 1992.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano XXVII, n. 8, nov./dez. 1991.

_____. (DEMOCRASCIA). Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, Ano I, n. 1, dez. 1987.

_____. Rio de Janeiro: CRAS – 7ª Região, [s.n.], set. 1984.

JORNAL DO CRESS. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXXIII, n. 3, jul. 1997.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, [s.n.], ago. 1996.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXXII, n. 1, mar. 1996.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXX, n. 6, dez. 1994.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXX, n. 5, ago. 1994.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXX, n. 3, maio 1994.

JORNAL DO CRESS. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXX, n. 2, abr. 1994.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano XXVIII, n. 13, nov. 1993.

LODI, João Bosco. **A entrevista** – Teoria e Prática. 8ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

LOPES, Isabel Cristina Chaves. **Breve histórico do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região / Seccional Campos dos Goytacazes (1975-1993)**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2008. [Relatório de pesquisa]

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. (Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos) – 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 176p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 165p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Coleção Temas Sociais. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 223p.

MUNIZ, Conceição de Maria Costa. **Entrevista**. Campos dos Goytacazes - RJ. 25 de junho, 2009. Entrevista concedida a Edilamar Viana da Silva; Marcelo Carlos Gantos.

NASCIMENTO, Cristiane Amante Santório et al. **Sindicalismo e Serviço Social: Notas críticas sobre o movimento pela reativação do sindicato dos Assistentes Sociais em Sergipe**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 334p.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva para a profissão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.17, n.50, abr. 1996.

NÓVOA, António. (org.) Profissão Professor. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. **Estado local como produtor e modelador do espaço urbano**. Um estudo de caso das políticas municipais de habitação em Campos dos Goytacazes - RJ. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem (CCH), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Campos dos Goytacazes / RJ. 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. [p. 159-173]

PRAXIS. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano VII, n. 58, mar./abr. 2011.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano VII, n. 57, jan./fev. 2011. Especial.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano VI, n. 53, mar./abr. 2010.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano VI, n. 52, 2010. Edição Especial.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano V, n. 50, ago./set. 2009.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano V, n. 47, nov./dez. 2008.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano V, n. 45, maio/jun. 2008.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 43, nov./dez. 2007.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 41, maio/jul. 2007.

PRAXIS. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 40, mar./abr. 2007.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 39, nov./dez. 2006.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 37, jul./ago. 2006.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 36, maio/jun. 2006.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 35, mar./abr. 2006.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 34, fev. 2006.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 33, dez. 2005.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 32, out./nov. 2005.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 31, jun./jul. 2005.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 30, mar./abr. 2005.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 29, jan./fev. 2005.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 28, nov./dez. 2004.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 27, ago./set. 2004.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 26, jun. 2004.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, [s.n], maio 2004. EXPRESSO.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 25, mar. 2004.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 24, dez. 2003.

PRAXIS. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 23, out. 2003.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 22, ago. 2003.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano IV, n. 14, mar. 2002.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano III, n. 12, jun. 2001.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano II, n. 10, dez. 2000.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano III, jan. 2002. Especial – Eleições.

_____. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, Ano I, n. 2, jun. 2000.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. Dilemas e desafios do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos(as) assistentes sociais. In: **Serviço Social & Sociedade**. n. 94. São Paulo: Cortez, 2008. [p. 38-59]

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo. **As Conferências Municipais de Cultura como Estratégia de Descentralização e Participação para as Políticas Culturais: O caso de Campos dos Goytacazes**. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem (CCH), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Campos dos Goytacazes / RJ. 2010.

SILVA, Leda Regina Barros. **Expansão Universitária da UFF Campos**. Campos dos Goytacazes - RJ. 13 de julho de 2011. Entrevista concedida a Edilamar Viana da Silva.

SIMÕES, Pedro. **As Continuidades do Perfil Profissional**. In: XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Lima, Perú, 2001. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-087.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

_____. PORQUE ESTUDAR O PERFIL PROFISSIONAL? In: **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 17, n. 1, 2008. [p. 45-61] Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/ssrealidade/SSR_17N1.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE-RJ. **Estudo Socioeconômico 2007 – Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, TCE-RJ: 2007. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?View={3E2EC6C4-7885-4703-BF6D-A590430CFD4D}¶ms=pMunicipio=11#>>. Acesso em: 28 de junho de 2011.

_____. **Estudo Socioeconômico 2010 – Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, TCE-RJ: 2010. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/main.asp?View={3E2EC6C478854703BF6DA590430CFD4D}¶ms=pMunicipio=11#>>. Acesso em: 28 de junho de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Referências Históricas da Universidade Federal Fluminense em Campos Dos Goytacazes – Rio de Janeiro**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2008.

_____. **PROJETO – Implantação e Consolidação do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2005.


_____. **Projeto Político-Pedagógico**. Campos dos Goytacazes: UFF, [200-?].

_____. DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS. **Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional – Campos dos Goytacazes, RJ. Projeto de Criação**. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: UFF, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE PESQUISA (Perfil Profissional).....	199
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	205
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1.....	206
APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2.....	207

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE PESQUISA (Perfil Profissional)

	<h3>PERFIL PROFISSIONAL</h3>	Formulário N°: _____
Identificação:		
1. Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	10. Qual a sua renda familiar?
2. Idade:	<input type="checkbox"/> 20 a 24 <input type="checkbox"/> 25 a 34 <input type="checkbox"/> 35 a 44 <input type="checkbox"/> 45 a 59 <input type="checkbox"/> 60 ou Mais	<input type="checkbox"/> Até 3 SM (até R\$ 1.530,00) <input type="checkbox"/> Mais de 3 a 6 SM (de R\$ 1.531,00 a R\$ 3.060,00) <input type="checkbox"/> Mais de 6 a 9 SM (R\$ 3.061,00 a R\$ 4.590,00) <input type="checkbox"/> Mais de 9 SM (mais de R\$ 4.591,00)
3. Qual a sua religião? <i>[Se a resposta é Nenhuma, pular para a 5]</i>	<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Protestante <input type="checkbox"/> Espírita <input type="checkbox"/> Umbanda <input type="checkbox"/> Outra*	Escolha do Curso e Formação
<i>* Especifique:</i> _____	4. Você é praticante nessa religião?	11. Por que decidiu fazer o curso de Serviço Social?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	5. Qual a sua pertença étnico-racial?	<input type="checkbox"/> Influência Familiar <input type="checkbox"/> Questões Religiosas <input type="checkbox"/> Falta de opções de cursos públicos na cidade <input type="checkbox"/> Busca de <i>status</i> social <input type="checkbox"/> Conhecia a profissão, bem como as atribuições do Assistente Social e se identificou <input type="checkbox"/> Outro – <i>Especifique:</i> _____ _____ _____
<i>* Especifique:</i> _____	6. Qual a sua orientação sexual?	12. Em que ano entrou na faculdade?
<input type="checkbox"/> Hetero <input type="checkbox"/> Homo <input type="checkbox"/> Bissexual	7. Qual seu estado civil?	_____
<input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Outro - <i>Especifique:</i> _____	8. Quantos filhos você tem?	13. Em que Universidade / Faculdade se graduou?
<input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Um <input type="checkbox"/> Dois <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Quatro ou Mais	9. Contando com você, quantas pessoas residem em sua casa? _____	_____ _____
		14. Sua dedicação à graduação era: <input type="checkbox"/> Exclusiva (só fazia a graduação em Serviço Social) <input type="checkbox"/> Parcial, pois trabalhava. <input type="checkbox"/> Parcial, pois fazia outro curso.

15. Você considera que as disciplinas de sua graduação contemplaram todos os conteúdos necessários à sua prática como Assistente Social? () Sim () Não*

* Justifique: _____

16. Qual (is) disciplina (s) você destacaria como tendo sido fundamental em sua formação?

17. Você participou de grupo de pesquisa ou extensão durante a graduação?

() Não () Sim*

* Especifique: _____

18. Você participou de movimento estudantil?

() Não () Sim*

* Especifique: _____

19. Em que ano concluiu seu curso de graduação em Serviço Social?

20. Em que ano se registrou no CRESS?

21. Seu nível de formação é:

() Graduação () Especialização

() Mestrado () Doutorado

() Pós-Doutorado

22. Acha necessário se atualizar?

() Sim () Não [Caso Não, pular para 24]

23. Onde busca atualizações?

() Livros () Internet

() Revistas da Área () Palestras e Cursos

() Outro - Especifique: _____

Inserção no Mercado de Trabalho e Prática Profissional

24. Quanto tempo depois de formada conseguiu seu primeiro emprego?

25. Você encontrou dificuldades no processo entre a conclusão do curso e sua inserção no mercado de trabalho?

() Não () Sim*

* Justifique: _____

26. Sua inserção no mercado de trabalho se deu via:

() Concurso Público () Indicação

() Avaliação de Currículo () Convite

() Outro - Especifique: _____

27. Quantos vínculos empregatícios, na área de Serviço Social, você possui?

() Um () Dois () Três ou Mais

28. Qual o tipo do seu principal vínculo empregatício? *[Entendo-se por PRINCIPAL o vínculo empregatício que seja mais estável e/ou o de maior carga horária]*

() Estatutário () Contrato Temporário

() Celetista () Serviço Prestado

() Outro - *Especifique:* _____

29. Qual a natureza da Instituição do seu principal vínculo empregatício?

() Pública Federal () Pública Estadual

() Pública Municipal () Privada

() Terceiro Setor

30. Em que área se enquadra a instituição do seu principal vínculo empregatício?

() Saúde () Educação

() Assistência Social () Jurídica

() Previdência () Empresarial

() Outra - *Especifique:* _____

31. Qual a sua renda total na área de Serviço Social?

() Até 3 SM (Até R\$ 1.530,00)

() Mais de 3 A 6 SM (De R\$ 1.531,00 a R\$ 3.060,00)

() Mais de 6 A 9 SM (De R\$ 3.061,00 a R\$ 4.590,00)

() Mais de 9 SM (Mais de R\$ 4.591,00)

32. Qual a sua carga horária semanal no principal vínculo?

() Menos de 20H () 20H () 24H

() 30H () 40H () Mais de 40H

* Como é dividida essa carga horária?

33. O cargo que você ocupa tem a nomenclatura de Assistente Social?

() Sim () Não

34. Você considera que tem autonomia no seu espaço de trabalho?

() Sim () Não

Justifique: _____

35. Você trabalha com equipe multiprofissional?

[Caso a resposta seja Não pular para 37]

() Não () Sim

36. Como é sua relação com os profissionais de outras categorias?

() A relação é de troca e parceria. O Assistente Social é respeitado e suas competências reconhecidas.

() O trabalho não se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar, pois os profissionais de outras categorias não valorizam a função do Assistente Social.

() Os profissionais de outras categorias delegam ao Assistente Social atribuições que não lhe são pertinentes.

() Outro - *Especifique:* _____

37. Quais são suas atribuições/competências na Instituição onde trabalha?

38. Você trabalha na mesma cidade em que reside?

Sim Não

*Conhecimento acerca da
Legislação Profissional*

39. Você conhece as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social elaborada pela ABEPSS?

Sim Não

40. Você já leu a Lei de Regulamentação da Profissão (Nº 8662/93)?

Sim Não

41. Você já leu o Código de Ética de 1993?

Sim Não

42. Que leis você utiliza em sua prática profissional?

LOAS LOS ECA

LDB Estatuto do Idoso

Outras - *Especifique:* _____

43. Na sua opinião, a Legislação respalda o cotidiano do Trabalho Profissional?

Sim Não*

* *Justifique:* _____

44. Qual seu nível de conhecimento acerca do Projeto Ético Político da profissão?

Desconheço

Ouvi a respeito na Graduação

Cursei disciplinas que discutiam sobre o assunto na Graduação

Li materiais a respeito depois de formada

Tenho pleno conhecimento dos documentos que subsidiam o Projeto Ético Político da profissão.

45. Você considera que possui condições de operacionalizar o Projeto Ético Político da profissão na Instituição onde trabalha?

Sim Não

Justifique: _____

46. Você conhece a tabela referencial de honorários elaborada pelo CFESS em 2001?

Sim Não

47. Você considera que as respostas que a profissão vem dando às necessidades sociais apresentadas na atualidade são:

Satisfatórias Insatisfatórias

Justifique: _____

*Participação em Eventos,
Movimentos da Categoria ou Outros*

48. Você participa dos eventos da categoria?

Não Sim* * Qual (is)? _____

49. Você participa de alguma atividade política?

[Se a resposta é Não pular para a 53]

Sim Não

50. Em qual desses movimentos você participa?

- Movimento da Categoria de Assistente Social
 Movimento Sindical
 Movimento social (associações, mov. Negro, mov. De mulheres, etc)
 Movimento Partidário
 Outro - *Especifique:* _____

51. Qual a sua frequência nesse movimento?

Assídua Eventual

52. Qual a sua situação junto a esse movimento?

- Sou Dirigente
 Sou Militante De Base
 Sou Apenas Filiado
 Outro - *Especifique:* _____

53. Você participa de algum Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais?

Não Sim*

*Em qual (is) área(s)?

- Direitos Humanos Assistência
 Saúde Idoso
 Criança e Adolescente Mulher
 Outro - *Especifique:* _____

Sobre a Categoria Profissional

54. Você considera a categoria de Assistentes Sociais corporativista?

Sim Não

Justifique: _____

55. Você mantém contato com o CRESS?

Sim Não* [Pular para a 57]

* Por quê? _____

56. Em que situação, prioritariamente, você aciona o CRESS?

- () Para esclarecer dúvidas
() Para fazer algum tipo de denúncia
() Para solicitar informações
() Outra - *Especifique:* _____

57. Como você avalia a atuação do CRESS e outras corporações (CFESS, ABEPSS)?

- () Ótima () Boa
() Regular () Ruim

58. Na sua opinião, houve mudanças no processo de profissionalização do Assistente Social desde o ano em que se graduou até os dias atuais?

- () Não () Sim*

* *Quais?* _____

Entrevistador

Data: ____/____/____

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____,

Assistente Social, aceito ser entrevistado pela pesquisadora Edilamar Viana da Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para o projeto de pesquisa intitulado “**O Processo de Profissionalização do Assistente Social: Em busca de um perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes – RJ**” orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos. Tal pesquisa tem como objetivo analisar o processo de profissionalização do Assistente Social e, ainda, traçar e analisar o perfil profissional com ênfase no processo de escolha pela profissão, formação e inserção profissional no mercado de trabalho.

Fui esclarecido sobre os objetivos da pesquisa e aceito a divulgação das informações que forem autorizadas, com sigilo total do meu nome, embora possa ser identificado através de alguma característica contida no relato.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado

Edilamar Viana da Silva
Pesquisadora

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Roteiro de entrevista 1

- Conte-nos um pouco sobre sua biografia.
- Fale-nos sobre o processo de criação da escola de Serviço Social em Campos.
- Escolha pelo Serviço Social.
- Como era o curso? Como estava estruturado?
- Disciplinas que mais a marcaram.
- Bibliografia marcante.
- Profissão e gênero.
- Como entende ou definiria a profissão?
- Com que profissionais o Assistente Social mais se aproxima?
- Rotina de trabalho do Assistente Social. Quais eram as tarefas?
- De que camadas sociais provinham as alunas das primeiras turmas?
- Período do Estado Novo.
- Por que o curso de Serviço Social aqui em Campos e não outro?
- Como o poder público local interferiu nesse processo?
- Quais eram as principais instituições que empregavam os assistentes sociais aqui em Campos?
- Como era a relação com a classe usineira, com o mundo do açúcar?
- No início da profissão, o profissional tinha um único vínculo ou ele já tinha o costume de trabalhar em várias instituições?
- O salário era compatível ao salário das demais profissões com mesmo nível de formação?
- Corporativismo. Como se institucionaliza e organiza a categoria em Campos?
- Desde o início, aqui em Campos, o profissional pra trabalhar tinha que ter o registro profissional no conselho?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Roteiro de entrevista 2

- Como se deu o processo de expansão da UFF – Campos?

- Fale-nos sobre o processo de criação do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da UFF.
 - 1) Quando foi criado o Pólo e por quê?
 - 2) Quais os fatores que influenciaram nesse processo?

- Como está estruturado o Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da UFF?
 - 1) Quantos departamentos existem atualmente e quais são eles?
 - 2) Quantos e quais cursos são oferecidos atualmente?
 - 3) Quais são os Grupos/Núcleos de pesquisa e projetos de extensão existentes?
 - 4) Há cursos de Pós-Graduação?